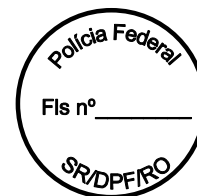




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**PROCESSO Nº 08475.017512/2013-63**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2013**

A União, por intermédio da Superintendência do Departamento de Polícia Federal em Rondônia, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO global por grupo**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto nº 5.450, de 2005, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, ao Decreto nº 3.722, de 2001, ao Decreto nº 3.931, de 2001, do Decreto nº 7.892, de 2013, à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, à Lei Complementar nº 123, de 2006, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

**Data da abertura da sessão pública:** 13 de novembro de 2013

**Horário:** 10:30 (Dez horas e trinta minutos - horário de Brasília)

**Endereço:** Portal Comprasnet - [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**Encaminhamento da proposta e anexos:** a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet, até a data e horário da abertura da sessão pública

**Nº da UASG 200378**

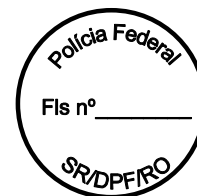
**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta licitação é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTA com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, localizados por todo o país, principalmente junto às unidades elencadas no subitem 1.4 deste, para abastecimento e manutenção operacional, preventiva e corretiva, incluído o fornecimento de peças de reposição, acessórios, socorro mecânico e transporte por guincho dos veículos e embarcações que compõem a frota da Superintendência Regional em Rondônia e órgão participante, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será subdivida em GRUPOS, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos GRUPOS forem de seu



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



interesse; deverá, porém, oferecer proposta para todos os itens que compõem cada grupo em que pretende competir.

**1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL por grupo,** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4.** A prestação dos serviços de gestão da frota atenderá as Unidades Administrativas em Rondônia:

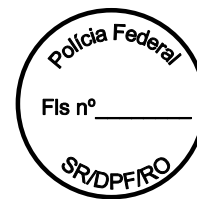
UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO
Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/DPF/RO)	Av. Lauro Sodré, nº 2905, bairro Nacional <b>Porto Velho/RO</b>
Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná (DPF/JPN/RO)	Rua Eng. Manoel Barata Almeida da Fonseca, 262 – Dois de Abril - <b>Ji-Paraná/RO</b>
Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO (DPF/GMI/RO)	Av. Presidente Dutra, nº 108 - bairro Centro <b>Guajará-Mirim/RO</b>
Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO (DPF/VLA/RO)	Av. Quinze de Novembro, nº 3.485 – bairro Centro - <b>Vilhena/RO</b>
<b>Posto Avançado – Operação Roosevelt</b>	Rua Floriano Peixoto, 336, bairro Alvorada <b>Pimenta Bueno – RO</b>
<b>Base Operacional – CONFRON</b>	Avenida Brasil nº 883, bairro Centro - <b>Pimenteiras - RO</b>
<b>Base Operacional – Arco de Fogo</b>	Rua Independência, nº 1950, bairro Centro <b>Espigão Doeste – RO</b>
UNIDADE ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO
<b>Comando da Aeronáutica - Base Aérea de Porto Velho (BAPV).</b>	Av. Lauro Sodré, s/nº, Bairro Belmont <b>Porto Velho/RO</b> – CEP: 76.803-260 – Telefones (69) 3211-9700 / 3211-2727 (próximo ao Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira).

**1.5.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**1.5.1.** ANEXO I - Termo de Referência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**1.5.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços**

**1.5.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços**

**1.5.4. ANEXO IV - Minuta do contrato**

## **2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**2.1. O órgão gerenciador será a SUPERINTENDÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA- UASG: 200378;**

**2.2. São participantes os seguintes órgãos, que manifestaram sua concordância com o objeto a ser licitado, mediante o procedimento da Intenção do Registro de Preços (IRP) anexado a este Edital, ou de forma direta e prévia, e que formalizaram estes atos, conforme os documentos aprovados pela autoridade competente, também anexados ao processo administrativo, nas quantidades e condições especificadas no termo de referência:**

**2.2.1 BASE AÉREA DE PORTO VELHO (BAPV) – UASG: 120081**

**2.3. São de competência do órgão participante:**

a) tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

b) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador”

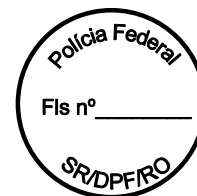
## **3. DA ADESÃO À ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**3.1. A adesão à ata por órgãos não participantes seguirá o seguinte procedimento:**

**3.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993. A adesão à ata por órgão não participante somente será autorizada pelo órgão gerenciador após a primeira aquisição ou contratação por órgão que integre a ata, exceto quando, mediante justificativa anexada aos autos, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

**3.2.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.2.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.2.3.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata

**3.2.4.** Após a autorização do órgão gerenciador, caberá ao órgão não participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observando-se o prazo de vigência da ata.

**3.2.5.** Cabe ao órgão não participante realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento por parte do fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das cláusulas contratuais relativas às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciado.

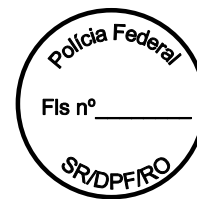
**3.2.6.** Faculta-se aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a esta ata de registro de preços.

**3.3.** Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se de que a contratação atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico, em situação regular, por meio do Portal Comprasnet, para participação de Pregão Eletrônico.

**4.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

**4.2.1.** Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

**4.2.2.** Em dissolução ou em liquidação;

**4.2.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com o órgão licitante;

**4.2.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;

**4.2.5.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

**4.2.6.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**4.2.7.** Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**4.2.8.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**4.2.9.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

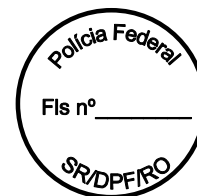
**4.3.** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

**4.4.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

## **5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**5.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal Comprasnet, conforme procedimento da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010.

**5.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico.

**5.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

**5.5.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**5.6.** Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet até a data e horário da abertura da sessão pública.

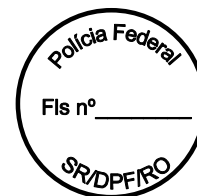
**6.1.1.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**6.2.** Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:

**a.** que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**b.** que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;

**c.** que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002.

**d.** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**6.2.1.** O licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e a cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), deverão declarar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**6.2.1.1.** O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá declarar sua condição de ME/EPP no sistema Comprasnet.

**6.2.2.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

**6.3.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relativos a:

**6.3.1. Para o Grupo 01, composto pelos itens 01 e 02, será para o item 01,** quantidade 12 meses, percentual de desconto sobre o preço mensal relativo ao fornecimento de combustíveis.

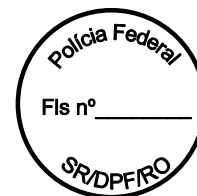
**6.3.2. Para o item 2:** Quantidade (12 meses), valor mensal da taxa de administração calculado sobre estimativa de consumo de abastecimento de veículos e valor total.

**6.3.3. Para o Grupo 02, composto pelos itens de 4 a 8, será:** No item 8, a quantidade 12 meses, valor mensal da taxa de administração calculado sobre estimativa de manutenção somado ao valor da reposição de peças e valor total.

**6.3.3.1.** Nos itens 4 e 5, a quantidade de 12 meses, o percentual de desconto calculado sobre o valor estimado para as peças. **Os itens 6 e 7 NÃO SERÃO OBJETO DE DISPUTA**, devendo os licitantes lançarem os mesmos valores estimados e quantidades em suas propostas de preços.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**6.3.4. Para o Grupo 03, composto pelos itens de 3, 9 e 10, será:** No item 3, a quantidade 12 meses, valor mensal da taxa de administração calculado sobre estimativa de manutenção somado ao valor da reposição de peças e valor total.

**6.3.4.1.** No item 9, a quantidade de 12 meses, o percentual de desconto calculado sobre o valor estimado para as peças. **O item 10 NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA**, devendo os licitantes lançarem os mesmos valores estimados e quantidades em suas propostas de preços.

**6.3.5.** No preço cotado deverão estar incluídos todos os custos decorrentes da execução contratual, tais como, despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

**6.3.5.1.** O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada;

**6.3.6.** Descrição detalhada do objeto ofertado, contendo as seguintes informações:

**6.3.6.1.** Produtividade adotada, e se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, a respectiva comprovação de exeqüibilidade;

**6.3.6.2.** A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

**6.3.6.3.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

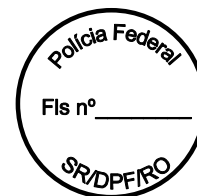
**6.4.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.4.1.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

**7.1.1.** No decorrer da sessão pública, caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.1.2.** Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## **8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**8.1.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**8.1.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

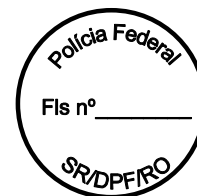
**8.3.** As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

**8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



## **9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**9.1.** Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**9.1.1.** O lance deverá ser ofertado para o Grupo 1: no item 1 o percentual de desconto sobre o valor mensal de referência registrado no sítio do comprasnet. No item 2 o valor mensal referente a taxa de administração dos serviços referente a sistema informatizado para via internet e tecnologia por meio de cartão magnético para abastecimento.

**9.1.2.** Para o Grupo 2 : no item 8 o valor mensal referente a taxa de administração dos serviços de gestão de frota em sistema informatizado para manutenção preventiva e corretiva dos veículos e embarcações. No item 4 e 5 o percentual de desconto sobre o valor mensal de referência para peças automotivas e de embarcações, registrado no sítio do comprasnet. **Os itens 6 e 7 não serão objeto de disputa.**

**9.1.3.** Para o Grupo 3: no item 3 o valor mensal referente a taxa de administração dos serviços de gestão de frota em sistema informatizado para manutenção preventiva e corretiva dos veículos. No item 9 o percentual de desconto sobre o valor mensal de referência para peças automotivas, registrado no sítio do comprasnet. **O item 10 não será objeto de disputa.**

**9.2.** O licitante será imediatamente informado do recebimento de seu lance no sistema e do valor consignado no registro.

**9.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos.

**9.3.1.** Os lances enviados pelo mesmo licitante com intervalo inferior a 20 (vinte) segundos serão descartados automaticamente pelo sistema, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 03, de 16 de dezembro de 2011.

**9.4.** Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

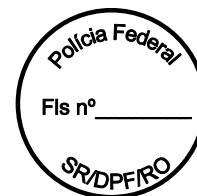
**9.5.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.6.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**9.7.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**9.8.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**9.9.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**9.10.** Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

**9.10.1.** O Sistema de Pregão Eletrônico identificará em coluna própria as ME/EPP e COOP participantes, fazendo comparação entre os valores do licitante com menor preço e das demais ME/EPP/COOP na ordem de classificação, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

**9.10.2.** Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**9.10.3.** Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

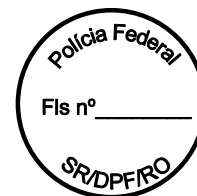
**9.10.4.** Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, na faixa dos 5% (cinco por cento) de diferença para a primeira colocada, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, conforme subitem acima.

**9.10.5.** Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

**9.10.6.** Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**9.11.** Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**9.11.1.** Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

**9.12.** Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**9.12.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.13.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

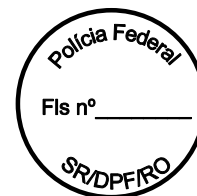
## **10. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**10.1.** Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

**10.1.1.** Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**10.1.2.** Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

**10.2.** Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

**10.2.1.** Os preços não poderão ultrapassar o valor máximo da contratação definido no Termo de Referência.

**10.3.** O licitante deverá no prazo de 24 (vinte e quatro horas) encaminhar a planilha de custo e formação de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico.

**10.3.1.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

**10.3.2.** Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

**10.4.** O Pregoeiro também poderá solicitar ao licitante que envie imediatamente documento contendo o detalhamento da proposta, para fins de verificação de sua exequibilidade, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

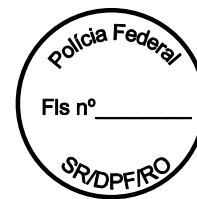
**10.5.** Será desclassificada a proposta final que:

**10.5.1.** Contenha vícios ou ilegalidades;

**10.5.2.** Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico ou Termo de Referência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**10.5.3.** Apresentar preços unitários superiores àqueles constantes da Planilha de Custo e Formação de Preços, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

**10.6.** Também será desclassificada a proposta final que:

**a.** Apresentar preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;

**b.** Não vier a comprovar sua exeqüibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade apresentada.

**10.6.1.** A inexeqüibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

**10.6.2.** Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exeqüibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**10.6.2.1.** Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexeqüibilidade;

**10.6.2.2.** Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

**10.6.2.3.** Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

**10.6.2.4.** Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

**10.6.2.5.** Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

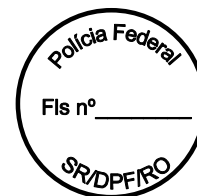
**10.6.2.6.** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

**10.6.2.7.** Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

**10.6.2.8.** Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**10.6.2.9.** Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

**10.6.2.10.** Estudos setoriais;

**10.6.2.11.** Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

**10.6.2.12.** Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e

**10.6.2.13.** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**10.6.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**10.6.4.** Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecüibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exeqüibilidade da proposta.

**10.7.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos apresentados, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

**10.8.** Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

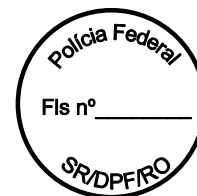
**10.8.1.** Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.9.** No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**10.10.** Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



## 11. DA HABILITAÇÃO

**11.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.ius.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.ius.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**11.1.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.1.2.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.2.** Não ocorrendo inabilitação, o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar deverá comprovar, no prazo máximo de 24 **(vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação no sistema eletrônico, sua condição de habilitação, por meio do fax número **(69) 3216-6230** ou do email [cpl.srro@dpf.gov.br](mailto:cpl.srro@dpf.gov.br), com posterior encaminhamento do documento pertinente por via postal ou similar no prazo máximo de 02 **(dois) dias úteis**.

**11.2.1.** Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

**11.3.** Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

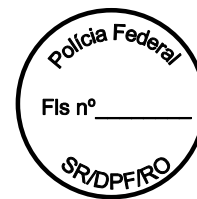
### **11.3.1.** Relativos à Habilitação Jurídica:

**a.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**b.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**b.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**c.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**d.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

**e.** No caso de cooperativa:

**e.1.** A ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

**e.2.** O registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**e.3.** O regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com ata da assembléia que os aprovou;

**e.4.** Os editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;

**e.5.** A ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

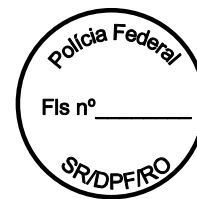
**f.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**11.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**b.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**c.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**d.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

**e.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

**f.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

**11.3.2.1.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

**11.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

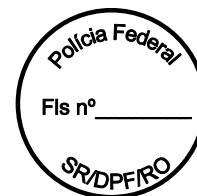
**a.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **180** (cento e oitenta) dias contados da data da sua apresentação;

**b.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**b.1.** O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**b.2.** As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

**b.3.** No caso de licitação para locação de materiais, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

**b.4.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**b.5.** A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**b.6.** O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui **capital mínimo ou patrimônio líquido** equivalente a 10% (**dez por cento**) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

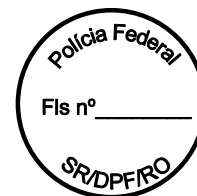
**11.3.4.** Relativos à Qualificação Técnica:

**a.** Comprovação da capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

**11.4.** O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

**11.4.1.** A verificação se dará mediante consulta on line, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.

**11.4.2.** Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será advertido a encaminhar, no prazo de 48 **(quarenta e oito) horas**, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e das cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**11.4.3.** O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

**11.5.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**11.5.1.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**11.6.** Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

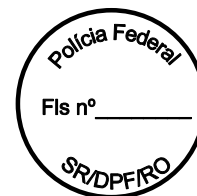
**11.7.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.8.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**11.9.** No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**11.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**11.10.1.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**11.10.1.1.** Como condição para o deferimento do prazo de regularização, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

**11.10.1.2.** Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a negativa do prazo de regularização e consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

**11.10.2.** A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

**11.10.3.** A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

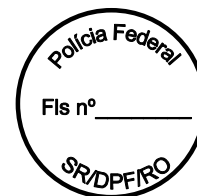
**11.10.4.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**11.11.** Ao preço do licitante declarado vencedor poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observado o artigo 6º do Decreto nº 3.931, de 2001.

**11.12.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



## **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**12.1.** A proposta final, contendo a planilha atualizada de custos e formação de preços e eventuais justificativas apresentadas pelo proponente vencedor, deverá ser encaminhada no prazo de 48 **(quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

**12.1.1.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**12.1.2.** A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**12.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato, no momento da repactuação ou de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

## **13. DOS RECURSOS**

**13.1.** Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

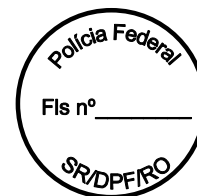
**13.1.1.** O Pregoeiro assegurará tempo mínimo de 30 (trinta) minutos para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.

**13.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**13.3.** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**13.3.1.** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

**13.4.** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.5.** Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

#### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 10 **(dez) dias**, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

**15.1.1.** O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

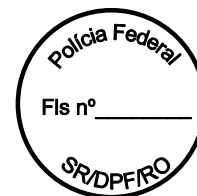
#### **16. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 **(doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

#### **17. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**17.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 3.931, de 2001, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

## **18. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**18.1.** A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, obedecidos os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 12, do Decreto nº 7.892, de 2013.

**18.1.1.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 9º, inciso XI, do Decreto nº 7.892, de 2013).

**18.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em ata para, a cada contratação, e dentro do prazo de validade da Ata, no prazo de 10 **(dez) dias úteis**, assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**18.3.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, desde que se respeite o prazo de validade da Ata.

**18.4.** Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

**18.5.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços devem ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços e poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993

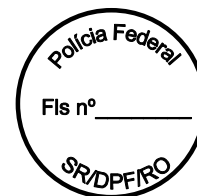
**18.6.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**18.7.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**18.8.** A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**18.9.** Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

## **19. DA GARANTIA**

**19.1.** Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (**cinco por cento**) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de 10 (**dez**) dias úteis a partir da data da celebração do contrato.

**19.1.1.** Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Contratante fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

**19.2.** A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a.** Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b.** Seguro-garantia; ou
- c.** Fiança bancária.

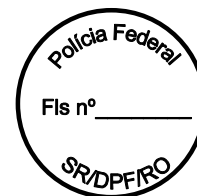
**19.2.1.** Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas.

**19.3.** No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

**19.4.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**19.5.** A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

**19.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**19.7.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**19.8.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 **(dez) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.

**19.9.** Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

## **20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO**

**20.1.** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

**20.1.1.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**20.2.** Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

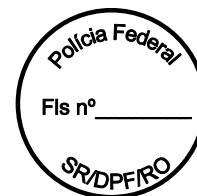
**20.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando:

**20.3.1.** A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos;

**20.3.1.1.** Para tanto, a Contratante consultará o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)), e o Cadastro Nacional de Condenações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), em nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**20.3.2.** A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**20.3.3.** A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

**20.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**21.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato.

## **22. DO PAGAMENTO**

**22.1.** O prazo para pagamento será de 30 (**trinta**) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

**22.2.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

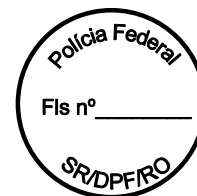
**22.2.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

**22.2.2.** Os valores a serem efetivamente pagos serão:

**22.2.3. PARA OS COMBUSTÍVEIS:** Será considerado como unidade de medida para fins de pagamento, o valor, em reais, da nota fiscal referente ao preço do combustível abastecido cobrado à vista pelo estabelecimento credenciado decrescido do de desconto e após acrescido o percentual de Administração, se existente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**22.2.4. PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS:** os praticados no mercado, por ocasião da demanda. O valor de mercado será considerado o valor médio dos preços praticados pelas empresas que compõem a rede credenciada da CONTRATADA, bem como outras empresas do ramo, todas localizadas nos municípios mencionados no item 2.7 deste Termo de Referência ou para o município em que se encontre o veículo, no caso de deslocamento fora de sua sede; e

**22.2.5. PARA A ADMINISTRADORA:** pelos serviços de gerenciamento de frota para abastecimento e manutenção dos veículos, com utilização de um sistema informatizado integrado e pagamento por meio de cartão magnético, será pago à administradora uma taxa de administração em percentual incidente sobre os valores das faturas de fornecimento de combustíveis e/ou peças e serviços de prestados, conforme incisos I e II anteriores, após a incidência dos descontos legais cabíveis (Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e demais tributos e contribuições incidíveis).

**22.2.6.** Não será admitida taxa percentual de administração igual a 0 % (zero por cento). Admitir-se-á, no entanto, o percentual zero, convencionando-se, para tal, o valor de R\$ 0,0001.

**22.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**22.4.** Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**22.4.1.** não produziu os resultados acordados;

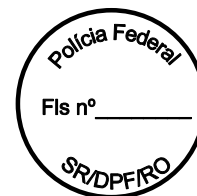
**22.4.2.** deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**22.4.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

**22.5.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**22.5.1.** Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

**22.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**22.6.1.** Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

**22.6.2.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**22.7.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**22.8.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**22.9.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**22.10.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

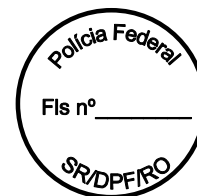
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

### **23. DO PREÇO**

**23.1.** Os preços serão aqueles a que se obrigou a Contratada por força de sua proposta apresentada no certame licitatório, englobando todos os custos que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto, inclusive despesas referentes a impostos, seguros e taxas, entre outros;

**23.2.** Para a taxa de administração, o percentual será fixo e irrevogável;

**23.3.** Quanto aos preços pagos por litro de combustível, serão praticados aqueles cobrados pela bomba de combustível do posto no dia do abastecimento, conforme tabela da ANP- Agência Nacional do Petróleo. Sobre o valor mensal do consumo de combustíveis incidirá ainda o desconto a que se obriga a contratada por força contratual, sendo esse resultado o valor a ser pago pela SR/DPF/RO, acrescentando-se ainda a taxa de administração.

**23.4.** Quanto os valores das peças automotivas e embarcações incidirá o desconto a que se obriga a contratada por força contratual, sendo esse resultado somado aos valores de serviços e acrescentando-se ainda a taxa de administração, calculada sobre o valor das peças após o desconto mais o valor do serviço de manutenção.

### **24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

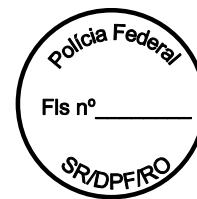
**24.1.** Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

### **25. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**25.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**25.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**25.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**25.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**25.1.4.** Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**25.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**25.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**25.1.7.** Fizer declaração falsa;

**25.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**25.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**25.2.1.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento)

**b.** Multa de até 10% (**dez por cento**) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

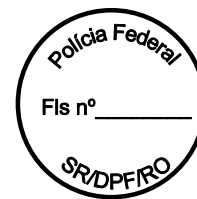
**c.** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

**25.2.2.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**25.3.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**25.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**25.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**25.6.** As multas serão recolhidas em favor da União, no prazo máximo de 10 **(dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.

**25.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**25.8.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1.** Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.

**26.1.1.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

**26.1.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

**26.2.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do email [cpl.sro@dpf.gov.br](mailto:cpl.sro@dpf.gov.br).

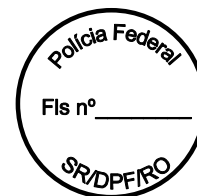
**26.2.1.** O pedido de esclarecimentos será respondido em até vinte e quatro horas.

**26.3.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**26.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**26.5.** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**26.6.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**26.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**26.7.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**26.8.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

**26.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

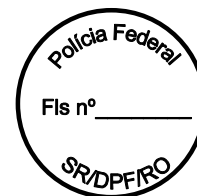
**26.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**26.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**26.12.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**26.13.** Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

**26.14.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Av. Lauro Sodré, 2905, Nacional, Porto Velho/RO, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.

**26.14.1.** O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **[www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)** e **[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**.

**26.15.** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço Av. Lauro Sodré, 2905, Nacional, Porto Velho/RO, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, e-mail [cpl.srro@dpf.gov.br](mailto:cpl.srro@dpf.gov.br), fone de contato 69 3216-6230.

**26.16.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

**26.17.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, do Decreto nº 3.931, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto nº 2.271, de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

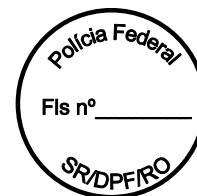
**26.18.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Porto Velho-RO - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Município de Porto Velho-RO, 22 de outubro de 2013.

**Superintendente Regional da SR/DPF/RO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

**1.1** Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTA com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, com tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, localizados por todo o país, principalmente junto às unidades elencadas no item 2.7 deste, para abastecimento e manutenção operacional, preventiva e corretiva, incluído o fornecimento de peças de reposição, acessórios, socorro mecânico e transporte por guincho dos veículos e embarcações que compõem a frota da Superintendência Regional em Rondônia e órgão participante, conforme especificações e condições estabelecidas neste.

**1.2** A frota da SR/DPF/RO é constituída atualmente por veículos automotores (213 de transporte terrestre, 15 de transporte fluvial) oficiais - ostensivos, convencionais e especiais e apreendidos, com autorização judicial de uso pela Polícia Federal e motores de popa (21). A frota da Base Aérea de Porto Velho é constituída atualmente por veículos automotores (47 de transporte terrestre – leve e pesados) oficiais - ostensivos, convencionais e especiais.

**1.2.1** Os veículos de diferentes fabricantes e modelos constam do ANEXO I – A deste e poderão sofrer alterações durante a vigência contratual em virtude de novas aquisições e/ou desfazimento dos existentes por alienação ou quando se tornarem ociosos ou irrecuperáveis.

**1.2.1.1** Os quantitativos indicados no ANEXO I-A são estimativos, variando de acordo com a demanda futura e a critério da SR/DPF/RO, podendo haver diminuição ou acréscimo das quantidades de cada item, respeitados, em ambos os casos, o valor contratual e a possibilidade de alteração prevista no § 1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

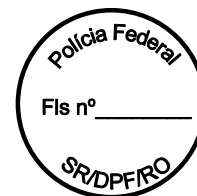
**1.2.1.2** A substituição ou incorporação de veículo e ou embarcação à frota em nada altera as condições estabelecidas na contratação dos serviços, uma vez que para a CONTRATADA não causaria decréscimo em sua remuneração.

**1.3** Os serviços a contratar compõem dois GRUPOS, a saber:

GRUPO 1		
ITEM	ND	DESCRIÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES

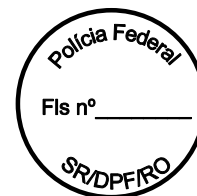


1	33.90.39-25	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético nas redes de estabelecimentos credenciados para o abastecimento de combustíveis nos veículos e embarcações que compõem a frota da SR/DPF/RO e os apreendidos com autorização judicial de uso pela Polícia Federal - (Taxa de Administração).
2	33.90.30-01	Fornecimento de Combustível (Gasolina - comum e aditivada; Diesel – comum, aditivado, S50, S10 e Biodiesel; e Etanol - comum e aditivado).

GRUPO 2		
ITEM	ND	DESCRIÇÃO
3	33.90.39-25	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético nas redes de estabelecimentos credenciados para a manutenção operacional, preventiva e corretiva dos veículos e embarcações que compõem a frota do órgão participante - BAPV participante- (Taxa de Administração).
4	33.90.30-39	Fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de veículos da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.
5	33.90.30-34	Fornecimento parcelado de peças e acessórios para embarcações, originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.
6	33.90.39-19	Serviços de manutenção em geral incluído socorro mecânico e por guincho/reboque dos veículos (terrestres) que compõem a frota da SR/DPF/RO.
7	33.90.39-20	Serviços de manutenção em geral incluído socorro mecânico e por guincho/reboque das embarcações que compõem a frota da SR/DPF/RO.
8	33.90.39-25	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético nas redes de estabelecimentos credenciados para a manutenção operacional, preventiva e corretiva dos veículos e embarcações que compõem a frota da SR/DPF/RO - (Taxa de Administração).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



9	33.90.30-39	Fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de veículos da Base Aérea de Porto Velho - Órgão Participante.
10	33.90.39-19	Serviços de manutenção em geral incluído socorro mecânico e por guincho/reboque dos veículos (terrestres) que compõem a frota da Base Aérea de Porto Velho - Órgão Participante.

**1.3.1** Adotamos o tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO**, agrupando-se os itens em **DOIS GRUPOS**, com intuito de reduzir os riscos da execução dos serviços, assim como gerenciá-los de forma centralizada, garantindo melhores resultados. O agrupamento permitirá uma melhor seleção de proposta em relação à economicidade. Ademais, garantimos a ampla participação das empresas que atuam no ramo sem descuidar do interesse público.

**1.4** Na eventualidade da empresa prestadora dos serviços de gerenciamento de combustíveis se confundir com a empresa prestadora dos serviços de gerenciamento de manutenção, deverá esta, estabelecer plataforma gerencial e sistemas apartados, assim como os valores dos contratos de combustíveis e do contrato de manutenção, separados em valor de peças e serviços e por centro de custo.

**1.5** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento e/ou prestação em igualdade de condições.

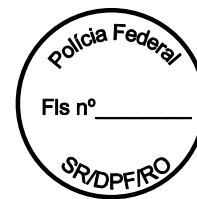
## **2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** A execução dos serviços propostos atenderá com maior presteza e economicidade a realização de serviços afetos à gestão, abastecimento e manutenção da frota da Superintendência de Polícia Federal em Rondônia composta por veículos (de transporte terrestre e fluvial) oficiais e apreendidos, com autorização judicial de uso para a PF, visando otimizar o trato com o bem público, estabelecendo-se mecanismos aglutinadores de eficiência e eficácia, utilizando ferramentas úteis que viabilizem sua análise e gestão, aliado a um controle gerencial moderno e eficiente. Os serviços de gerenciamento de frota mostram-se essenciais ao regular desempenho das atividades a cargo da Polícia Federal, cujos veículos em uso devem apresentar plenas condições de funcionamento e conservação, a disposição do serviço sempre demandados e, no caso de situações emergenciais, receber o atendimento e assistência devidos, proporcionando condições de segurança aos seus usuários diretos e indiretos.

**2.1.1** A frota de veículos (terrestres e fluviais) desta Superintendência por possuir uma gama diversificada de fabricantes, marcas, modelos, ano de fabricação, sofre ainda, constantes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



alterações dependendo, portanto, de uma rede credenciada com estabelecimento em diversas especialidades, o que, a contratação de uma única oficina não supriria suas necessidades, de forma a propiciar sua efetiva utilização em caso de investigações, patrulhamento, operações policiais, evitando-se falhas operacionais momentâneas e intermitentes.

**2.2** Da mesma forma há a necessidade de abastecer e manter os veículos de outras unidades da Polícia Federal que estejam sendo utilizadas em missão no estado, bem como os apreendidos que estejam sob a guarda da SR/DPF/RO ou de suas Descentralizadas em regime:

- a) Veículos leves;
- b) Veículos utilitários;
- c) Veículos pesados;
- d) Revisões em concessionárias, conforme marca das viaturas em período de garantia e/ou quando da aquisição de novas viaturas;
- e) Motores de popa e barcos.

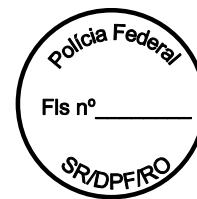
**2.3** Tal modalidade de contrato é uma tendência de crescente utilização tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos do Poder Executivo, administração direta e indireta, bem como pelos demais poderes da República, consequência das inúmeras vantagens que oferece, em consonância com a visão de futuro da alta direção do Departamento de Polícia Federal.

**2.4** Os serviços de manutenção compreende todos os serviços executáveis na rede credenciada, em oficinas ou concessionárias de automóveis e classificam-se em:

- a) **Operacional**: Conjunto de atividades que consiste em sanar leves imperfeições constatadas, tais como, funcionamento do motor, níveis de água da bateria e do radiador, combustíveis e óleos, pneus e rodas, freios, luzes, cinto de segurança, extintor de incêndio, etc.
- b) **Periódica/Preventiva**: Sistemática regular de revisões e serviços para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na sua paralisação. Essencialmente refere-se à substituição de peças ou componentes antes que atinjam a idade em que passam a ter risco de quebra. A base científica da MP é o conhecimento estatístico da taxa de defeito das peças, equipamentos ou sistemas ao longo do tempo. A NBR 5462 de 1994 define como Preventiva a manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritivos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de determinado item.
- c) **Corretiva**: Visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como reparar avarias. Segundo a NBR 5462 (1994) é a “efetuada após a ocorrência de uma pane, destinada a recolocar um item em condições de executar uma função pretendida”,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



ou seja, é toda manutenção que visa à correção de falhas em equipamentos, componentes, módulos ou sistemas, visando restabelecer sua função.

**2.4.1** Os serviços de manutenção operacional, periódica e corretiva abrangem todos os componentes dos veículos, incluindo motor, câmbio, suspensão, direção, freios, alimentação de combustível, sistema elétrico, escapamento, lataria, bancos, estofamento, itens de segurança (extintores, air bag), ar condicionado, etc.

i) A manutenção operacional inclui regulagens e ajustes, substituição e complementação de fluídos e lubrificantes, substituição de componentes sujeitos a desgaste natural (pastilhas de freio, pneus, conserto de pneus, lâmpadas, fusíveis, etc.) ou vencimento de validade (extintores de incêndio, etc.).

ii) A manutenção periódica é de caráter preventivo e deverá ser realizada com a periodicidade recomendada pelos fabricantes e de acordo com as especificações dos mesmos, sempre mediante solicitação da Contratante.

iii) A manutenção corretiva inclui os defeitos originados por término de vida útil dos componentes, por defeitos em peças ou sistemas e por motivo de colisão.

**2.4.1.1** Todos os serviços de manutenção operacional, periódica e corretiva, serão prestados mediante o pagamento da Hora de Serviço Mecânico prevista.

**2.5** O contrato de guincho e socorro 24 horas com uma única empresa, poderia onerar a Administração, exemplificando: Empresa vencedora situa-se na cidade de Ji-Paraná; o veículo necessita de socorro em Vilhena, devendo-se pagar o deslocamento do guincho até Vilhena e o guinchamento até Ji-Paraná. Com o sistema de gerenciamento de manutenção de frota as oficinas da região credenciadas pela CONTRATADA prestarão tais serviços.

**2.6** Resultados esperados:

**2.6.1** Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes, que conferem veracidade às informações e permitem reduzir o tempo de coleta, digitação, compilação e análise de dados;

**2.6.2** Redução de despesas administrativas relativas ao espaço físico e pessoal necessários à operacionalização dos controles;

**2.6.3** Flexibilidade do sistema de abastecimento e manutenção dos veículos, por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;

**2.6.4** Agilidade nos procedimentos;

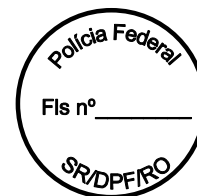
**2.6.5** Obtenção de informações sobre o abastecimento e manutenção, em tempo hábil para tomada de decisões;

**2.6.6** Melhoria do gerenciamento da frota através do controle por quilometragem, despesas por veículo, avisos programados de manutenção preventiva gerados pelo sistema, etc.;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**2.6.7** Redução de gastos inadequados através da utilização de relatórios de exceção;

**2.6.8** Eliminação de adiantamentos para o pagamento de combustíveis;

**2.6.9** Efetuar serviços de manutenção dos veículos com qualidade e economicidade, já que, pelo sistema informatizado, os estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA serão obrigados a apresentar orçamentos sobre um mesmo serviço, instigando à concorrência, com privilégio do menor preço;

**2.6.10** Os veículos em missões e diligências contarão quando necessário, com postos e/ou oficinas durante seu deslocamento, não prejudicando uma operação ou investigação por necessidade de retorno da viatura até um único posto e/ou oficina contratada.

**2.6.11** Resguarda o sigilo da frota, posto que os veículos destinados aos serviços velados não ficarão expostos a um único posto e/ou oficina.

**2.7** A prestação dos serviços de gestão da frota atenderá as Unidades Administrativas da Polícia Federal em Rondônia abaixo citadas:

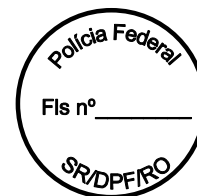
UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO
Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/DPF/RO)	Av. Lauro Sodré, nº 2905, bairro Nacional <b>Porto Velho/RO</b>
Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná (DPF/JPN/RO)	Rua Eng. Manfredo Barata Almeida da Fonseca, 262 – Dois de Abril - <b>Ji-Paraná/RO</b>
Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO (DPF/GMI/RO)	Av. Presidente Dutra, nº 108 - bairro Centro <b>Guajará-Mirim/RO</b>
Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO (DPF/VLA/RO)	Av. Quinze de Novembro, nº 3.485 – bairro Centro - <b>Vilhena/RO</b>
<b>Posto Avançado – Operação Roosevelt</b>	Rua Floriano Peixoto, 336, bairro Alvorada <b>Pimenta Bueno – RO</b>
<b>Base Operacional – CONFRON</b>	Avenida Brasil nº 883, bairro Centro - <b>Pimenteiras - RO</b>
<b>Base Operacional – Arco de Fogo</b>	Rua Independência, nº 1950, bairro Centro <b>Espigão Doeste - RO</b>

UNIDADE ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO
Comando da Aeronáutica - Base Aérea de Porto Velho (BAPV).	Av. Lauro Sodré, s/nº, Bairro Belmont Porto Velho/RO – CEP: 76.803-260 – Telefones





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



	(69) 3211-9700 / 3211-2727 (próximo ao Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira).
--	--

**2.7.1** Nas Unidades relacionadas no item acima deverão ser instalados ou disponibilizados os equipamentos e/ou softwares de forma a tornar o sistema de gerenciamento de frota independente entre as diversas BASES DE GERENCIAMENTO, sem custos adicionais a CONTRATANTE com permissões estabelecidas pelo GESTOR DO SISTEMA.

**2.7.2** Eventuais mudanças ou inclusões de endereços deverão ser apostas nos respectivos contratos por simples apostilamento, devidamente comunicados à CONTRATADA.

### 3. FUNDAMENTO LEGAL

**3.1** A licitação será realizada por meio de processo denominado PREGÃO ELETRÔNICO – SRP, observados os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450 de 31 de maio de 2005, do Decreto n.º 3.722 de 09 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto n.º 4.485, de 25 de novembro de 2002, do Decreto n.º 4.358 de 05 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, do Decreto 7.892 de 23/01/2013, da Instrução Normativa MARE n.º 05 de 21 de julho de 1995, Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02 de 30 de abril de 2008, da Lei Complementar n.º 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007, subsidiariamente a Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, demais cominações legais, e, subordinado às condições e exigências estabelecidas no Edital do Pregão 03/2013-SR/DPF/RO e seus Anexos.

**3.2** Justifica-se a realização de licitação por SRP visando padronizar procedimentos, à economia de escala, eficiência, eficácia e efetividade na administração pública, utilizando-se como ferramenta o Sistema de Registro de Preços, forma avaliada ideal para a implementação desta estratégia, preferencialmente, pela natureza do objeto e quantitativo, conforme, inciso I, II e IV art. 3º do Decreto 7.892 de 23/01/2013.

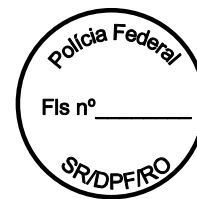
### 4. DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA

#### 4.1 Para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

**4.1.1** Os serviços de gerenciamento de frota deverão prover a utilização de *software*, cartões magnéticos e equipamentos necessários à realização de abastecimentos (Gasolina - comum e aditivada; Diesel – comum, aditivado, S50, S10 e Biodiesel; e Etanol - comum e aditivado) em rede de postos de combustíveis credenciada pela CONTRATADA, dos veículos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



- a) Automotores da frota da SR/DPF/RO (de transporte terrestre e fluvial) oficiais e apreendidos com autorização judicial de uso para a Polícia Federal;
- b) De outras unidades da Polícia Federal em missão no Estado; e
- c) Apreendidos sob guarda da SR/DPF/RO ou de suas unidades, que necessitem de intervenções para movimentação ou destinação judicial.
- i) Tratando-se das embarcações, a CONTRATANTE se responsabilizará pela aquisição do combustível junto ao Posto credenciado mais próximo, bem como pelo transporte até a embarcação.

**4.1.2** Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas como falta de energia elétrica, a contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente, que consiste na obtenção, por telefone, por parte da rede credenciada, do número da autorização de serviço a ser transcrito para formulário específico da contratada, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais da contratante.

**Níveis de atendimento:**

- i) Atendimento 24 horas, 7 dias por semana – SAC
- ii) Atendimento personalizado e preferencial – Suporte

**4.2 Para MANUTENÇÃO**

**4.2.1** Os serviços de gerenciamento de frota para manutenção, cujo atendimento e fornecimento de peça deverá ocorrer por meio de rede de estabelecimentos, oficinas, centros automotivos, revendedores varejistas, credenciados e disponibilizados pela CONTRATADA, em horário comercial, nas quantidades estabelecidas pela CONTRATANTE, sendo utilizado *software* para cotação, autorização, realização e atesto dos serviços nos veículos citados nas letras a, b e c do item.

**4.2.2** São exemplos de manutenção:

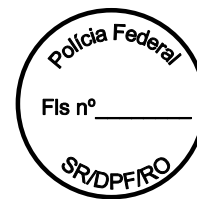
**4.2.2.1 OPERACIONAL**

- a) Troca de pneus, alinhamento, balanceamento de rodas e cambagem;
- b) Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, fluido de freio, aditivo de arrefecimento;
- c) Lubrificação e elementos filtrantes de veículos;
- d) Lavagem simples e completa.
- e) Reposição de palhetas de limpador, aditivo para o sistema de esguicho do limpador de parabrisa, correias de alternador/gerador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndio (extintor de incêndio) etc.;

**4.2.2.2 PREVENTIVA**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



- a) Lavagem geral com polimento, aspiração e lubrificação;
- b) Substituição de itens do motor
- c) Limpeza do motor e descarbonização de bicos injetores;
- d) Reparos de bombas e bicos injetores;
- e) Outros serviços constantes no manual do veículo e/ou equipamento ou por orientação do NUTRAN/SELOG/SR/DPF/RO.

#### **4.2.2.3 CORRETIVA**

- a) Serviços de retífica de motor;
- b) Montagem, desmontagem e substituição de jogo de embreagens;
- c) Serviços de instalação e reparos elétricos;
- d) Serviços no sistema de injeção eletrônica (reparos e substituição);
- e) Capotaria;
- f) Tapeçaria;
- g) Borracharia;
- h) Chaveiro;
- i) Funilaria e pintura;
- j) Serviços no sistema de arrefecimento;
- k) Serviços no sistema de ar-condicionado;
- l) Revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção ambiental veicular;
- m) Reboque de veículos, em caso de acidente ou pane, em todo o território nacional, com atendimento 24 h (vinte e quatro horas), 7 (sete) dias por semana, inclusive para veículos pesados, devendo ser disponibilizado número de telefone móvel para chamada direta fora do horário de expediente.

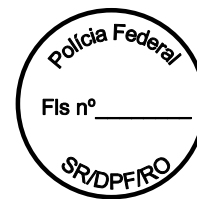
**4.2.2.3.1** Os serviços de mecânica, lataria, pintura, eletricidade, tapeçaria e chaveiro realizar-se-ão nas instalações do estabelecimento credenciado, após o recebimento da Autorização de Execução dos Serviços, expedida pela CONTRATANTE. O estabelecimento credenciado obrigará-se a devolver o veículo em perfeitas condições de funcionamento, realizando tais serviços com pessoal qualificado, mediante emprego técnico e ferramental adequado e ainda de acordo com as especificações recomendadas pela fabricante do veículo e eventuais complementações da CONTRATANTE, conforme documentos integrantes do Contrato bem como executar tudo o que não estiver explícito, mas necessário à perfeita execução dos serviços.

## **5. SISTEMA INFORMATIZADO E RELATÓRIOS**

**5.1** O Sistema Tecnológico (*software*, equipamentos e rede credenciada) deverá:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**5.1.1** Viabilizar o abastecimento de combustíveis e a manutenção da frota na rede credenciada mediante a apresentação de cartão magnético, próprio e vinculado a cada veículo. Cada condutor deverá ter sua identificação validada mediante senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada da contratada, conforme dados informados pela CONTRATANTE.

**5.1.2** A operação, registro e tratamento das informações deverão ser efetuados eletronicamente, mediante o uso de equipamentos especiais de gravação, leitura de dados em cartões magnéticos, usuário e senha do condutor.

**5.1.3** Prover solução que iniba e identifique por meio do usuário e senha o condutor e por meio do cartão o veículo com agilidade e segurança eventuais utilizações não autorizadas.

**5.1.4** Permitir o **bloqueio/desbloqueio/troca de senha em tempo real** para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte da CONTRATANTE, bem como o cancelamento imediato do cartão para os casos de inutilização ou extravio, sem custos adicionais.

**5.1.5** Prover solução para que os veículos de outras unidades da Polícia Federal quando em missão neste Estado e os veículos apreendidos sob guarda da SR/DPF/RO ou de suas Descentralizadas que necessitem de intervenções para movimentação ou destinação judicial, sejam tratados da mesma forma que os veículos da frota da SR/DPF/RO, ainda que não integrados a esta.

**5.1.6** Realocar limites entre os cartões e as BASES DE GERENCIAMENTO disponíveis em tempo real, via Sistema.

**5.1.7** Prover solução para o controle em níveis de acesso por agrupamentos, concedendo acesso a transações específicas e/ou relatórios, em três níveis:

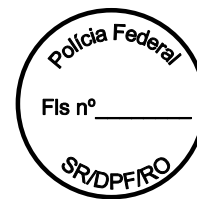
- i) 1º Nível: UNIDADE ADMINISTRATIVA, conforme relação do item 2.7 deste;
- ii) 2º Nível: BASE DE GERENCIAMENTO corresponde ao agrupamento dos centros de custo; e
- iii) 3º Nível: CENTRO DE CUSTO corresponde aos setores e delegacias existentes na SR e suas Descentralizadas.

**5.1.8** Prever nos perfis de acesso no mínimo o de (1) GESTOR DO SISTEMA, com acesso completo para gerenciamento de toda a frota e o de (2) GESTOR DE BASE DE GERENCIAMENTO com acesso somente à sua base e a atividades definidas e limitadas pelo GESTOR DO SISTEMA, dentre elas cadastro de veículo, sua alteração, atribuição/alteração/relocação de limites de gastos, consultas, etc.

- i) O perfil de GESTOR DO SISTEMA deverá ser atribuído a servidor indicado e lotado na SR/DPF/RO, preferencialmente no SELOG/SR/DPF/RO. O perfil de GESTOR DE BASE DE GERENCIAMENTO será atribuído a servidor indicado pela CONTRATANTE e lotado na respectiva BASE DE GERENCIAMENTO, correspondente ao 2º Nível de acesso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



ii) O Uso indevido de senha, não autorizada, cancelada ou bloqueada pela SR/DPF/RO, será considerado como falha do sistema e as despesas ocorrerão por conta da CONTRATADA.

**5.1.9** No caso de indisponibilidade do Sistema, a CONTRATADA deverá disponibilizar um canal direto por telefone para a realocação instantânea de limites dos cartões, acionamento de guincho e/ou socorro mecânico.

**5.1.10** Permitir consulta e emissão de relatório em tempo real, contemplando a rede atualizada de postos e oficinas credenciadas pela CONTRATADA, total e por localidade (municípios do estado de Rondônia), SEM A NECESSIDADE DE USO DE SENHA DE ACESSO.

**5.2** Para implantação do sistema não será permitida modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos, salvo com expressa e justificada autorização da CONTRATANTE.

**5.3** A composição dos relatórios deverá ser submetida à apreciação da CONTRATANTE para adequação às suas necessidades.

**5.4** Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, informações da relação dos veículos e equipamentos automotivos por placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da Unidade Administrativa e/ou Unidade Gestora e Centro de Custo, para ambos os itens contratados.

**5.5** Na hipótese de realocação de veículos entre Unidades da SR/DPF/RO, a CONTRATADA deverá garantir que o cartão de identificação do veículo permaneça válido e passível de utilização, sem qualquer interrupção.

## **5.6 SISTEMA INFORMATIZADO E RELATÓRIOS RELACIONADOS AO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS**

**5.6.1** O Sistema deverá disponibilizar a definição de limites de gastos mensais com abastecimento, que não poderão ser ultrapassados, tanto para as BASES DE GERENCIAMENTO quanto para cada veículo da frota, ficando a cargo do GESTOR DO SISTEMA sua alimentação e realocação.

**5.6.1.1** Os GESTORES DAS BASES DE GERENCIAMENTO poderão ser autorizados pelo GESTOR DO SISTEMA a efetuar alterações e realocações dos limites individuais (por veículo) dentro dos limites estipulados para as BASES DE GERENCIAMENTO.

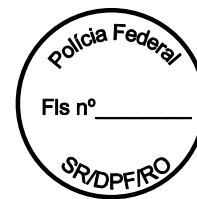
**5.6.2** O Sistema deverá prover mecanismo de controle do saldo remanescente do mês e do contrato, em tempo real, com avaliações e alertas de níveis críticos de saldo.

**5.6.3** O Sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- a) Identificação da empresa credenciada (Nome, Endereço e CNPJ);
- b) Identificação do veículo (placa oficial);
- c) Identificação do condutor;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



- d) Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- e) Tipo de Combustível;
- f) Quantidade de litros de combustível;
- g) Valor do litro do combustível;
- h) Valor da operação;
- i) A data e hora da transação;
- j) Saldo restante disponível do cartão de abastecimento, em Reais, com destaque.

**5.6.4** O *software* de Gestão de Abastecimento, os Equipamentos Periféricos e os Cartões da CONTRATADA deverão:

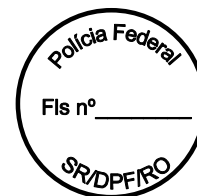
- a) Registrar os dados de abastecimento e disponíveis para consulta via WEB, propiciando informações, no mínimo, de todos os dados do item 5.6.3;
- b) Emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo específico por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados (Km/litro [mínimo e máximo]; intervalo de tempo entre transações; capacidade do tanque/veículo etc.), garantias por peças e serviços, resumo das despesas efetuadas por veículo, etc.;
- c) Parametrizar os cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos; e
- d) Identificar o condutor no momento da utilização dos serviços de abastecimento por meio de senha pessoal.

**5.6.5** Os relatórios das transações deverão conter, no mínimo:

- a) Histórico das operações realizadas pela frota contendo data e hora do abastecimento, identificação do estabelecimento, identificação do condutor, identificação do veículo (placa, marca, modelo, ano de fabricação), quilometragem (hodômetro) no ato do abastecimento, tipo de combustível abastecido, quantitativo de litros abastecido, valor por litro e total adquirido, média de consumo (quilometragem por litro de combustível), subtotal disponível no cartão e quilometragem percorrida por veículo;
- b) Histórico das operações realizadas por usuário;
- c) Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- d) Preço médio pago por tipo de combustível;
- e) Volume de gastos realizados por tipo de combustível;
- f) Indicação dos veículos que apresentarem distorções em termos de quilometragem e consumo de combustíveis;
- g) Despesas realizadas por BASE DE GERENCIAMENTO e CENTRO DE CUSTO;
- h) Cadastro completo dos veículos, condutores e respectivas BASES DE GERENCIAMENTO; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



i) Eventuais inconsistências de operação realizada.

**5.6.5.1** O histórico das operações deve ser armazenado de forma a possibilitar imediata e fácil consulta pela Contratante durante a vigência contratual e ao término do contrato deverá ser disponibilizado seu histórico em planilha eletrônica tipo excel.

**5.6.5.2** Todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo usuário do sistema, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados para planilha eletrônica tipo Excel.

**5.6.6** O sistema deverá dispor de mecanismo de controle do saldo remanescente disponível para cada BASE DE GERENCIAMENTO e por veículo, em tempo real, com avaliações e alertas de níveis críticos de saldo, inclusive criticar veículos cujo aproveitamento esteja aquém do esperado; resumo do total das despesas já realizadas no veículo, valor atual do bem considerada a tabela FIPE, tanto no momento **da inclusão quanto da aprovação**;

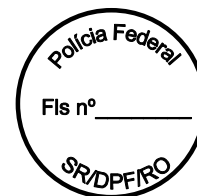
**5.6.7** O sistema deverá emitir alerta via e-mail previamente cadastrado aos Gestores do Sistema e Base, considerado o hodometro e/ou quilometragem percorrida ou prazo decorrido, tendo como parâmetro a tabela abaixo:

ITEM	MANUTENÇÃO PREVENTIVA	LEVE	UTILITARIO
		MILHARES DE KM	
<b>FREIOS</b>	FUNCIONAMENTO DO SISTEMA (FREIO DE SERVIÇO E DE ESTACIONAMENTO), VERIFICAR E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO	10	
	ESTADO DAS PASTILHAS E DAS LONAS, VERIFICAR E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO	10	
<b>COMPARTIMENTO DO MOTOR</b>	RESERVATÓRIO DO LAVADOR DO PÁRA-BRISA, VERIFICAR E RESTABELECER O NÍVEL	10	
	FLUÍDO DE FREIOS (SUBSTITUIR A CADA 2 ANOS), VERIFICAR E RESTABELECER O NÍVEL	10	
	FLUÍDO DA DIREÇÃO HIDRÁULICA, VERIFICAR E RESTABELECER O NÍVEL	10	
	LÍQUIDO DE ARREFECIMENTO DO MOTOR (TROCAR A CADA 3 ANOS), VERIFICAR E RESTABELECER O NÍVEL	10	
	CORREIAS DOS ACESSÓRIOS, VERIFICAR E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO	10	
	TRAVA DO COMPARTIMENTO DO MOTOR, VERIFICAR	10	





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES

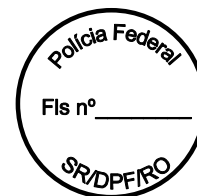


	VERIFICAR MANGUEIRAS, BUCHAS, TUBULAÇÕES, FLEXÍVEIS, POSSÍVEIS VAZAMENTOS	20	
	VERIFICAÇÃO DAS CORREIAS TRAPEZOIDAIS	20	
	VERIFICAÇÃO DA CORREIA DENTADA DA DISTRIBUIÇÃO	40	
	SUBSTITUIÇÃO DA CORREIA DENTADA DA DISTRIBUIÇÃO (OU A CADA 3 ANOS)	60	50
	CONTROLE E REGULAGEM DAS FOLGAS DE VÁLVULAS	40	
	VERIFICAR VIRABREQUIM E RETENTORES QUANTO A CARBONIZAÇÃO. LIMPAR E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO	120	
<b>SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO</b>	ÓLEO DO MOTOR	5	
	FILTRO DE ÓLEO	10	
	FILTRO DE AR	10	
	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	10	
<b>AR CONDICIONADO</b>	VERIFICAR O FUNCIONAMENTO E POSSÍVEIS VAZAMENTOS	20	
	CORREIAS DO AR CONDICIONADO, VERIFICAR E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO	20	
	FILTRO, VERIFICAR E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO	20	
	TROCAR O FILTRO DE PÓLEN	80	
<b>SISTEMA ELÉTRICO</b>	LANTERNAS E FARÓIS - VERIFICAR FUNCIONAMENTO E ALINHAMENTO	20	
	VELAS (SUBSTITUIR)	40	
	VERIFICAÇÃO DO SISTEMA DE IGNIÇÃO E INJEÇÃO	20	
	FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE ALARME E ABERTURA/FECHAMENTO ELÉTRICO DAS PORTAS	20	
	VERIFICAR FUNCIONAMENTO DA ABERTURA /	20	





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



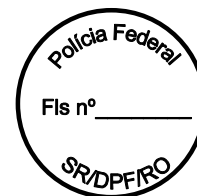
	FECHAMENTOS DOS VIDROS DAS PORTAS	
<b>RODAS E PNEUS</b>	VERIFICAR DESGASTE, PRESSÃO, CONDIÇÃO (PNEU SOBRESSALENTE INCLUSIVE) E EFETUAR O RODÍZIO	10
	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO (VERIFICAR E EFETUAR CORREÇÃO, SE NECESSÁRIO)	10
<b>EXTERIOR DO VEÍCULO</b>	DOBRADIÇAS, LIMITADORES, FECHADURAS DAS PORTAS (VERIFICAR E LUBRIFICAR)	20
	PALHETAS DOS LIMPADORES DOS VIDROS (VERIFICAR E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO)	10
	SISTEMA DE ESCAPE, SUSPENSÃO, VERIFICAR E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO	20
	AMORTECEDORES, VERIFICAR QUANTO A VAZAMENTOS, SUBSTITUIR SE NECESSÁRIO	20
	CONTROLE DE EMISSÃO DOS GASES DO ESCAPAMENTO	40
<b>TESTE DE RODAGEM</b>	FUNCIONAMENTO DA DIREÇÃO, MOTOR, EMBREAGEM, TROCA DE MARCHAS, ACELERADOR, PARTIDA, RUÍDOS, CINTO DE SEGURANÇA, EXTINTOR, TRIÂNGULO, ESTEPE, CHAVE DE RODA, CRLV, VIDROS, RETROVISORES, BANCOS, TAPETES	10
<b>CARROCERIA</b>	VERIFICAR O ESTADO DA CARROCERIA, PINTURA	20

**5.6.7.1** Considerar ainda para os veículos UTILITARIOS:

ITEM	MILHARES DE KM
TURBO-COMPRESSOR, INSPECIONAR AS MANGUEIRAS DE ADMISSÃO E A MANGUEIRA DE RETORNO DE ÓLEO E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO	10
SNORKEL EFETUAR LIMPEZA	
FILTRO DE RESPIRO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO SUBSTITUIR - CONDIÇÕES SEVERAS	
MARCHA LENTA DO MOTOR, INSPECIONAR	
TRANSMISSÃO MANUAL, INSPECIONAR O NÍVEL DO ÓLEO	
BRAÇOS E BARRAS DA DIREÇÃO, INSPECIONAR E REGULAR	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



BOMBA DE VÁCUO, INSPECIONAR AS MANGUEIRAS DE ÓLEO E SUBSTITUIR, SE NECESSÁRIO	20
FILTRO DE RESPIRO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO SUBSTITUIR - CONDIÇÕES NORMAIS	
VÁLVULAS DO MOTOR, INSPECIONAR A FOLGA	
SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE GASES DE ESCAPE (EGR), INSPECIONAR O FUNCIONAMENTO	
TRANSMISSÃO MANUAL SUBSTITUIR – USO SEVERO	
ARTICULAÇÕES DOS BRAÇOS DA SUSPENÇÃO E DIREÇÃO, LUBRIFICAR	
ÁRVORES DE TRANSMISSÃO E JUNTAS HOMOCINÉTICAS, INSPECIONAR COIFAS A CADA	
TRANSMISSÃO MANUAL SUBSTITUIR – USO NORMAL	40
ÁRVORES DE TRANSMISSÃO E JUNTAS HOMOCINÉTICAS LUBRIFICAR COM GRAXA	
BICOS INJETORES INSPECIONAR	50
CABOS DE IGNIÇÃO INSPECIONAR	
BOMBA INJETORA INSPECIONAR	
DIFERENCIAL, VERIFICAR O NÍVEL DO ÓLEO, TROCAR	

OBS.: CONSIDERAR 10 MIL KM OU 06 MESES DE USO, 20 MIL KM OU 12 MESES, 40 MIL KM OU 24 MESES.

**5.6.7.2** O sistema deverá permitir acesso por meio da internet, de qualquer computador conectado à rede, mediante senha pessoal e intransferível, permitindo parametrização de cartões e emissão de relatórios, encaminhamento de veículos às oficinas credenciadas e todo o processo para aprovação de orçamento e recebimento dos serviços;

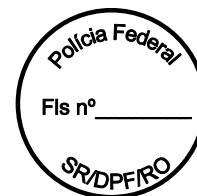
## **5.7 SISTEMA INFORMATIZADO E RELATÓRIOS RELACIONADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

**5.7.1** O *software* para administração e gerenciamento da frota, com intermediação para a manutenção preventiva e corretiva, deverá compreender as especificações do item 5.6 deste Termo de Referência sempre que aplicáveis, e também:

a) Possibilitar à CONTRATANTE adquirir por meio da rede credenciada pela CONTRATADA, quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais correlatos solicitados, sejam eles



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou por meio de rede de concessionárias, pelo comércio, indústria e afins, definidas pelas seguintes características:

- i) **Originais, genuínos**, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo;
- ii) **Originais, do fabricante** fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo
- iii) **Mercado Paralelo**, de Outros fabricantes, cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.

**5.7.1.1** Não serão aceitas peças reconcondicionadas ou de procedência duvidosa, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade sobre a Contratante, no último caso;

b) A possibilidade de adquirir as peças de reposição e acessórios pelo sistema fornecido pela CONTRATADA não implica em renúncia por parte da CONTRATANTE em buscá-las diretamente no comércio de autopeças, quando justificado pelo preço, mais vantajoso a Administração Pública;

i) O sistema tecnológico integrado deverá viabilizar o fornecimento das peças, acessórios e mão-de-obra referente à execução do serviço de manutenção junto à rede credenciada **SOMENTE após aprovação por servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) deverá(ão) ser identificado(s) digitalmente por senha ou por certificado digital;**

c) O sistema deverá possibilitar à CONTRATANTE requisitar, por meio da rede credenciada, serviços de transporte em veículo equipado com Guincho para socorro mecânico emergencial, inclusive de veículos pesados, com cobertura nacional, atendimento 24 h (vinte e quatro horas), 7 (sete) dias por semana;

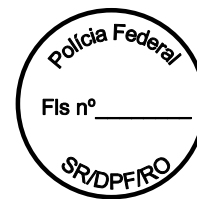
d) Possibilitar a CONTRATANTE levantar três orçamentos ou mais dos serviços necessários a regular utilização do veículo, quando existirem oficinas credenciadas em número suficiente nos municípios relacionados no item 2.7 deste termo, constando a relação das peças, componentes, materiais necessários, bem como o volume de tempo de serviço e o custo do homem/hora a ser empregado, para aprovação pelo GESTOR DO SISTEMA;

e) À CONTRATANTE caberá o ônus pelas peças automotivas que necessitarem ser trocadas, cujos preços deverão estar de acordo com os valores médios praticados no mercado local e/ou regional;

f) O Sistema deverá permitir a CONTRATANTE acionar oficina da rede credenciada sem a necessidade da informação de três orçamentos, nos casos de reparos de emergência cuja realização tornar-se imprescindível, inclusive aos sábados, domingos, feriados e fora do horário



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



de expediente e/ou em locais onde ocorrerem quebras ou defeitos nos veículos, incluído serviço de guincho ou socorro mecânico, devendo haver campo específico para relato da situação de urgência por servidor responsável.

**5.7.2** Os relatórios das transações de manutenção deverão conter, no mínimo:

- a) Histórico das operações realizadas pela frota contendo data do serviço, identificação do condutor e estabelecimento, datas e horas de entrada e saída do estabelecimento, quilometragem do veículo (hodômetro) no ato do serviço, preço unitário e total do material (peças, acessórios, componentes, óleo, filtro e outros materiais), preço unitário e total do serviço; e
- b) Prazo de garantia das peças substituídas e dos serviços.

**5.7.3** Disponibilizar relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos, manutenção por veículo e centro de custo que demonstrem ao gestor da frota:

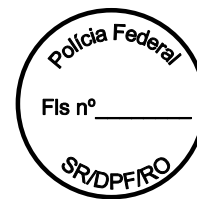
- a) Consolidação dos dados armazenados no sistema, de forma a obter relatórios gerais e individuais por meio da internet;
- b) Necessidade de troca de óleo, de manutenção preventiva, com base na quilometragem percorrida ou tempo transcorrido;
- c) Eventuais inconsistências de operação realizada;

**5.7.3.1** Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante conter no mínimo:

- a) Histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa/patrimônio, por tipo de frota, por centro de custo, por estabelecimento, com descrição do valor unitário e total de peças e de mão-de-obra;
- b) Ordem de serviço cadastrada;
- c) Comparativo de valor negociado na ordem de serviço;
- d) Registro de garantia de peças e serviços;
- e) Histórico de orçamentos;
- f) Relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;
- g) Composição da frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo, centro de custo, placas e demais dados de identificação;
- h) Relação completa da rede credenciada;
- i) Tempo de imobilização do veículo;
- j) Custo por tipo de manutenção (operacional, preventiva e/ou corretiva);
- k) Custo mensal e anual dos serviços e peças, separadamente por período, veículo, Unidade Administrativa, Base de Gerenciamento e Centro de Custo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



- l)** Total de veículos mantidos por mês e ano;  
**m)** Total de manutenções realizadas por veículo por mês e ano.

**5.7.4** A Contratada deverá tornar disponível a Contratante:

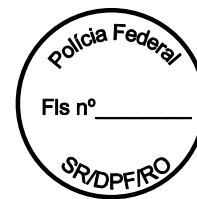
- Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time;
- Recebimento de orçamento on-line/real time;
- Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços;
- Cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;
- Acompanhamento on-line do status dos serviços;
- Sistemas Integrados de Informações permitindo a geração de Relatórios Gerenciais;
- Sistemas Tecnológicos integrados que viabilizem a autorização para realização dos serviços de manutenção, reparos e fornecimento de peças e acessórios para os veículos;
- Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território nacional; Banco de Dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas com manutenção, peças, acessórios por veículo, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço;
- Fornecimento de relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículo ou grupo, que possibilitem a análise de gastos discriminados em peças e mão de obra;
- Faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra, discriminado valores gastos com mão de obra, peças e taxa de administração;
- Sistema tecnológico que possibilite a visualização dos saldos para plataforma das Unidades listadas no item 2.7 deste;

**5.7.5** O sistema deverá registrar e armazenar todo o histórico da vida mecânica do veículo (automóvel ou embarcação) e, a cada operação:

- a)** Número de identificação da ordem de serviço;
- b)** Número de identificação do cartão ou centro de resultado demandante;
- c)** Identificação do veículo (tipo de frota/placas/patrimônio);
- d)** Modelo do veículo;
- e)** Centro de Custo;
- f)** Data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço;
- g)** Data e hora de início e fim da manutenção do veículo;
- h)** Tipo de serviço (aquisição de peça/ manutenção/socorre mecânico/serviço de guincho);
- i)** Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula);
- j)** Quilometragem no momento da execução do serviço;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



- k) Descrição dos serviços executados e peças trocadas;
- l) Valor total de mão-de-obra;
- m) Valor total das peças;
- n) Tempo de garantia do serviço realizado e das peças substituídas;
- o) Valor total da operação;
- p) Descrição sumarizada da operação;
- q) Razão Social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço;
- r) Número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor;
- s) Valor total dos gastos por veículo.

**5.7.6** Todos os dados do item 5.7.4 deverão estar disponíveis para consulta da Contratante e emissão de relatórios, sendo que, a cada fechamento de período e emissão de nota para pagamento, deverão constar discriminados e separados em relatório de consumo e composição de faturamento.

**5.7.7** Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração sua complexidade e grau de avaria não excedendo a 120 (cento e vinte) horas quando se tratar de manutenção corretiva e no máximo 48 (quarenta e oito) horas para os serviços de pequena monta (manutenções operacionais/preventivas), a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo aos serviços de maior durabilidade, desde que previamente informados ao gestor da base.

## **6. REDE CREDENCIADA**

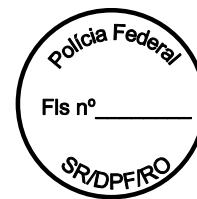
**6.1** A CONTRATADA será responsável pela administração, manutenção, organização e credenciamento de rede de serviços especializada, que deverá estar equipada para aceitar as transações com os cartões dos veículos e login dos usuários do sistema.

**6.2** A CONTRATADA deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (postos, concessionárias, oficinas automotivas, autopeças, serviços de guincho) **em todo o Território Nacional**, sendo obrigatória a existência de estabelecimentos credenciados nas cidades citadas no item 2.7 do presente e desejável que estejam distribuídos nos municípios do estado de Rondônia, com distância não superior a 300 km (trezentos quilômetros) entre si, e especialmente nos Distritos de Extrema e Mutum Paraná, Machadinho Doeste, Montenegro, Buritis, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Cujubim, Alta Floresta do Oeste, Pimenteiras, Cerejeiras, Ministro Andreaza, Chupinguaia.

**6.2.1** A rede de postos de combustíveis, centros automotivos e oficinas (que deverão realizar, **no mínimo**, os serviços de mecânica em geral, funilaria e sistema elétrico automotivo - podendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



haver um estabelecimento por especialidade) deverão ser suficientes para o pleno atendimento da demanda.

**6.3** A CONTRATADA deverá efetuar a pedido da Contratante e sem qualquer ônus a esta, o credenciamento de novos estabelecimentos, estipulado o prazo de 30 (trinta) dias a partir da solicitação, em função de suas necessidades sempre conexas ao interesse público.

**6.4** A rede credenciada deverá, conter obrigatoriamente 15 (quinze) dias após assinatura do contrato o mínimo de três estabelecimentos credenciados de postos, autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias e serviços de guincho de veículos em cada cidade relacionada no item 2.7. Será dispensada esta exigência na hipótese em que comprovadamente não houver disponível nas localidades o mínimo de estabelecimentos exigidos, situação em que será admitido pelo menos o credenciamento de um estabelecimento por tipo de serviço.

**6.4.1** Dentre os estabelecimentos credenciados, pelo menos um posto de combustível e uma oficina deverão estar num raio máximo de 10 km (dez quilômetros) da localização das Unidades constantes no item 2.7.

**6.4.2** Deverá haver o credenciamento **mínimo** de uma concessionária autorizada das montadoras Nissan, Volkswagen, General Motors, Toyota, Mitsubishi, Ford e Fiat, ou de outras marcas por ocasião de alteração da frota, nas cidades relacionadas no item 2.7, salvo na hipótese em que não houver, comprovadamente, concessionárias estabelecidas, devendo a CONTRATADA providenciar o credenciamento na localidade mais próxima.

**6.5** A rede credenciada pela CONTRATADA deve estar equipada para aceitar transações e processos de contingência para finalização da transação.

**6.6** A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento às oficinas e aos postos credenciados pelo valor efetivamente consumido. Não respondendo, em nenhuma hipótese, a CONTRATANTE, nem solidária ou subsidiariamente pelos pagamentos.

**6.7** Os atendimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

**6.8** No caso de mau atendimento a CONTRATANTE não mais utilizará os serviços prestados pelo estabelecimento credenciado da CONTRATADA, devendo esta ser comunicada dos fatos que motivaram a decisão, a fim de impedir nova prestação de serviços do estabelecimento a CONTRATANTE.

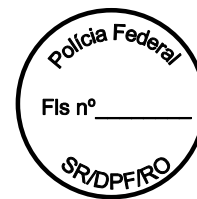
**6.9** Os postos de combustível credenciados deverão possuir nas suas instalações área suficiente para movimentação e manobras necessárias ao abastecimento de veículos de todos os portes.

**6.10** A CONTRATADA deverá acompanhar a divulgação dos postos de abastecimento autuados e/ou interditados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP por problemas de qualidade do combustível fornecido e divulgar imediatamente à CONTRATANTE;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**6.10.1** Caso algum dos postos credenciados conste na relação divulgada pela ANP, a CONTRATADA deverá providenciar, caso necessário, novo credenciamento para substituir o anterior no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

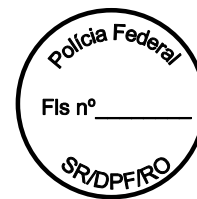
**6.11** A rede credenciada da CONTRATADA para execução dos serviços de manutenção da frota da CONTRATANTE deverá:

- a) Conter suas instalações os aparelhos e equipamentos necessários para a realização do objeto;
- b) Possuir, preferencialmente, microcomputador, impressora e conexão à internet;
- c) Dispor de ferramentaria atualizada para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;
- d) Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;
- e) Dispor de equipe técnica, preferencialmente uniformizada, composta por profissionais qualificados para prestar os serviços de forma regular e eficiente;
- f) Executar os serviços de acordo com sua especialidade, com fornecimento de mão de obra e peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos das Unidades da PF em Rondônia, nas suas instalações, independente da marca do veículo;
- g) Devolver o veículo a Unidade correspondente em perfeito funcionamento;
- h) Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela SR/DPF/RO, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços e desde que aprovado pelo GESTOR DO SISTEMA;
- i) Permitir que a CONTRATANTE fiscalize a execução dos serviços prestados em sua oficina;
- j) Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, similares ou aqueles acertados com a CONTRATANTE, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo e não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização expressa da CONTRATANTE;
- k) Atender com prioridade as solicitações da CONTRATANTE referentes à execução dos serviços;
- l) Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, devendo fornecer sua relação e respectivos códigos, que serão verificados por servidor ou Comissão especialmente designada pela CONTRATANTE;
- m) Receber e inspecionar o veículo da CONTRATANTE, mediante check list, devendo fornecer uma via a solicitante;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



n) Responsabilizar-se civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da ação ou omissão que ocorram durante a realização dos serviços aprovados na ordem de serviço - OS via sistema; e

o) Somente executar os serviços, utilizar e aplicar materiais mediante **prévia autorização** via emissão de Ordem de Serviço – OS pela internet, devidamente aprovada pela CONTRATANTE por intermédio do sistema de gerenciamento informatizado.

**6.12** A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pela SR/DPF/RO, a origem das peças e componentes utilizados na realização dos serviços contratados;

**6.13** A rede credenciada NÃO poderá colar nas viaturas decalques ou adesivos que contenham propaganda da CONTRADATA ou de terceiros;

**6.14** A credenciada deverá atender prontamente as solicitações pelo GESTOR DA BASE, no prazo máximo de 04 h (quatro horas), contado do registro da solicitação dos serviços, quando da ocorrência de panes em componentes dos veículos/motores. No caso de revisões de caráter preventivo, será obedecido cronograma a ser definido entre as partes, no interesse da Administração;

**6.15** A credenciada deverá apresentar o orçamento para a execução dos serviços no prazo de 2 (dois) dias úteis após a entrada do veículo no seu estabelecimento ou da solicitação do serviço pelo GESTOR DA BASE.

OBS. Os requisitos mínimos elencados nas alíneas a, b, c, d, e, do item 6.1, poderão ser dispensados nas cidades que comprovadamente apresentem dificuldades no credenciamento de oficinas mecânicas, devido a poucos interessados ou restrição do quantitativo de empresas do ramo.

## **7. DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVICOS**

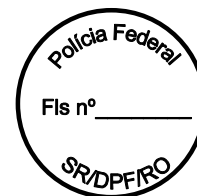
**7.1** A CONTRATADA deverá implantar o Sistema de Gerenciamento de Frota no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato.

**7.2** O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA para a operação de abastecimento de combustível e de manutenção da frota compreende as seguintes atividades:

- a) Cadastramento das UNIDADES ADMINISTRATIVAS, BASES DE GERENCIAMENTO, CENTROS DE CUSTO, condutores e veículos;
- b) Definição da logística da rede de postos e oficinas credenciados;
- c) Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
- d) Fornecimento à SR/DPF/RO dos dados cadastrais da rede de postos e oficinas credenciadas;
- e) Treinamento dos usuários e gestores do sistema;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



f) Fornecimento de cartões magnéticos para o processamento dos dados personalizados para cada veículo da frota e; identificação validada através de senha para a execução das operações na rede conveniada por condutor;

g) Tanto os cartões quanto as senhas devem estar disponíveis para uso no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato.

**7.3** Para implantação dos serviços a CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos e condutores, contendo:

**7.3.1** Dos Veículos

1. Placa;
2. Marca;
3. Tipo;
4. Chassi;
5. Combustível;
6. Ano de fabricação;
7. Bases de Gerenciamento e Centros de Custo (Lotação/Unidade);
8. Capacidade do tanque;
9. Hodômetro e;
10. E-mail da Base de Gerenciamento.

**7.3.2** Dos Condutores:

1. Nome;
2. Registro funcional (Matrícula e cargo);
3. Unidade de lotação;
4. E-mail funcional e;
5. Identificação da Carteira de Habilitação e validade (o sistema deverá alertar via e-mail o gestor quando o documento estiver vencido).

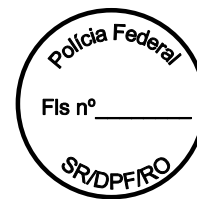
**7.4** O prazo para treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução proposta deverá ser de no máximo 15 (quinze) dias, após a assinatura do contrato.

## **8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.1** A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**8.2** Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador - servidor designado pela CONTRATANTE – mediante opções de execução oferecidas (menus).

**8.3** O prazo máximo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante é de 4h (quatro horas).

**8.4** Os estabelecimentos da rede credenciada pela Contratada deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação do estabelecimento credenciado.

**8.5** Para o montante das peças a substituir, a CONTRATADA através da rede credenciada deverá fornecer orçamento contendo a relação de peças e valores para apreciação da CONTRATANTE, discriminando o preço de cada peça, o qual se limitará ao preço sugerido pela fabricante do veículo quando referir-se a original.

**8.5.1** As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão entregar à CONTRATANTE todas as peças substituídas e/ou inutilizadas nas embalagens das novas peças adquiridas, devidamente protegidas de qualquer vazamento de óleo tão logo executado e relação de peças utilizadas constando marca e modelo antes da efetiva aprovação dos serviços no sistema e ainda os certificados de garantia das novas peças, obedecidos os prazos estabelecidos neste e ou pelo fabricante.

**8.6** As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

**8.6.1** Para os veículos terrestres:

**a)** As peças, materiais ou acessórios a serem utilizados nos consertos dos veículos deverão ser sempre originais, compatíveis com o veículo, observada a garantia estipulada pelo fabricante, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is), mesmo após o encerrado o contrato;

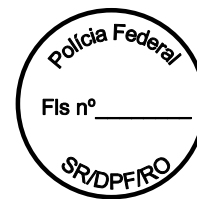
**b)** 06 (seis) meses ou 10.000 KM (dez mil quilômetros), prevalecendo aquele que ocorrer primeiro,- para os serviços executados pelas oficinas credenciadas da Contratada onde não houver utilização de peças, inclusive os que se referirem a peças de retífica de motor, lanternagem e pintura, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is), exceto alinhamento de direção e balanceamento que será de 30 (trinta) dias.

**8.6.2** Para os veículos fluviais:

**a)** A garantia das peças repostas deverá compreender o disposto no item 8.6.1, letras a e c, quando aplicáveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



b) 03 (três) meses ou 50 (cinquenta) horas de navegação, o que ocorrer primeiro, para os serviços executados pelos estabelecimentos credenciados pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is), mesmo após o encerramento do contrato, independentemente do local realizado.

c) Para os serviços de pintura fica estabelecida a garantia mínima de 03 (três) meses, sem limite de horas de funcionamento, exceto fundo do casco após raspagem.

**8.6.3** Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a SR/DPF/RO, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, obrigam-se a:

**8.6.3.1** Substituir o material defeituoso;

**8.6.3.2** Corrigir defeitos de fabricação;

**8.6.3.3** Trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação pela SR/DPF/RO.

i) Este prazo poderá sofrer alteração mediante justificativa da contratada e acatada pelo(s) fiscal(is) do contrato.

**8.6.4** Todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de reparação, despesas com deslocamento de equipes, comunicação, entre outros, será por conta e responsabilidade da CONTRATADA.

**8.7** Todos os serviços executados ou produtos fornecidos pelos estabelecimentos conveniados (postos, oficinas, concessionárias) pela Contratada estarão sujeitos à aceitação pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia, que aferirá se satisfazem o padrão de qualidade necessário e exigido em cada caso, sob pena de providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando a CONTRATADA com todas as despesas decorrentes, tão logo comunicado a não aceitação pela CONTRATANTE.

**8.7.1** Os serviços serão executados com observância dos prazos, condições e valores constantes nas tabelas e ferramenta abaixo citadas, que deverão ser fornecidas à SR/DPF/RO pela CONTRATADA após a assinatura do(s) instrumento(s) contratual(is):

a) Tabelas do Fabricante de Tempo Padrão de Reparos (hora-trabalho), para os serviços de mão de obra;

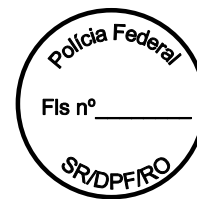
b) Tabela Oficial de Preços de Peças e Acessórios Novos e Genuínos, emitida pelos fabricantes dos veículos.

c) Sistema eletrônico nacionalmente reconhecido para utilização de tabelas de Tempo Padrão. (Ex: Audatex).

**8.8** A Contratante deverá adquirir as peças ou acessórios sendo considerado como critério de aceitabilidade além do preço, a proximidade do local de execução dos serviços, avaliando-se o custo/benefício.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**8.9** No caso de comprovada necessidade para aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do(s) GESTOR(ES) DA BASE e/ou servidor designado pela SR/DPF/RO.

**8.9.1** A fiscalização de preços ficará a cargo do(s) fiscal(is) designado(s) pela SR/DPF/RO, devendo a Contratada garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite máximo o praticado nas autorizadas dos veículos e/ou com os valores médios praticados no mercado, o que for mais vantajoso a CONTRATANTE.

**8.10** A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo da viatura (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

**8.11** O prazo para execução dos serviços será informado em cada orçamento, obedecendo ao seguinte:

- a)** para manutenção operacional e preventiva: máximo 48 (quarenta e oito) horas após a aprovação do respectivo orçamento;
- b)** para manutenção corretiva: máximo 120 (cento e vinte) horas após a aprovação do respectivo orçamento, acrescido do prazo de entrega, pelo(s) fornecedor(es), da(s) peça(s) eventualmente necessária(s);
- c)** para serviços especiais (assim considerados os serviços de manutenção corretiva especializada não realizada pela Contratada): prazo a combinar com a fiscalização do contrato, o qual deverá ser compatível com o total de horas despendidas para o conserto, conforme orçamento, tendo como base o tempo padrão de mão-de-obra.

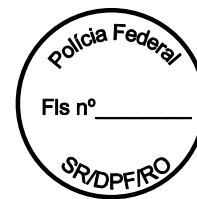
**8.12** Na execução dos serviços de manutenção dos veículos (terrestres e fluviais) deverão ser disponibilizados, no mínimo, os seguintes equipamentos e instalações quando aplicáveis:

**I – MECÂNICA/ELÉTRICA**

- \* Equipamento de análise eletrônica e diagnóstico (para análise e leitura das partes elétrica e eletrônica);
- \* Multímetro;
- \* Lavadora de peças;
- \* Macaco para motor;
- \* Medidor de pressão do sistema de arrefecimento;
- \* Medidor de compressão de cilindros;
- \* Medidor de pressão para sistema de injeção eletrônica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



- \* Elevador de veículos;
- \* Equipamento para limpeza e regulagem de bicos injetores;

## **II – TAPEÇARIA/FUNILARIA**

- \* Rebitador;
- \* Tracionadores: conjunto para reparo de carroceria;
- \* Ventosas para manuseio de vidros;
- \* Máquina e/ou equipamento para soldagem, etc;

## **III – PINTURA**

- \* Cabine de pintura e estufa de secagem;
- \* Pistola;
- \* Compressor;
- \* Laboratório de tintas, etc;

## **IV – GERAIS**

- \* Iluminação adequada;
- \* Sistema de proteção contra incêndio dentro dos padrões do Corpo de Bombeiros;
- \* Ferramentas adequadas para cada tipo, ano e modelo do veículo;
- \* infraestrutura necessária à realização dos serviços, local para docagem, estadia, execução dos serviços de mecânica, ajustagem, raspagem do casco e outros serviços que só podem ser feitos com a embarcação fora da água;
- \* disponibilizar todo o material de consumo e material de uso duradouro, necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, como correias, anodos, anticorrosivos, filtros, tubos, adesivos (para as embarcações ostensivas), graxas, todo material de apoio utilizado na pintura como plástico, lona de cobertura, lixas, pincéis, espátulas, detergente neutro, cera e outros materiais de insumo necessários à realização da manutenção preventiva diária das embarcações, bem como toda ferramenta necessária para sua realização.

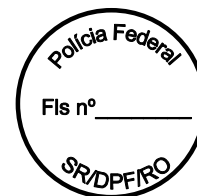
**8.13** O veículo da CONTRATANTE só poderá ser testado, num raio de até 20 km do local da execução dos serviços, com os distintivos do veículo cobertos por faixa ou adesivo com a inscrição “VEÍCULO EM TESTE”.

**8.14** Determinados veículos poderão necessitar que sua manutenção seja efetuada em concessionária autorizada do respectivo fabricante do veículo, seja pela especificidade do serviço ou para fins de manutenção de sua garantia, sempre a critério da CONTRATANTE.

**8.15** Quando da entrega do veículo na oficina e no seu recebimento deverá ser preenchido *Check list*, em formulário próprio, de duas vias, logo que chegar ao local, antes de iniciar qualquer



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



atendimento ao veículo e no recebimento pelo GESTOR DA BASE, contendo no mínimo os seguintes dados: identificação do veículo (marca, modelo, cor, ano e placa); data e hora do recebimento; nível de combustível e quilometragem; marca/modelo e estado de conservação dos pneus; citar os acessórios (rádio/CD, sirene, rádio comunicador policial, sinalizador automotivo, etc.), equipamentos obrigatórios macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), condições aparentes de sua lataria, carroceria e tapeçaria, pertences deixados no seu interior; descrição resumida dos serviços requeridos ou dos defeitos apresentados; validação do recebimento das peças substituídas, nome e assinatura do usuário e recebedor, consoante modelo do ANEXO I – C deste.

**8.15.1** Deverão ser efetuadas no formulário de *check-list* ressalvas no momento do recebimento do veículo pela CONTRATADA, caso haja alguma divergência ou avaria.

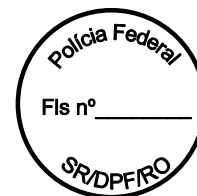
**8.15.2** O “*check-list*” para ter validade deverá ser assinado pelo usuário e recebedor.

**8.16** Os serviços para manutenção dos veículos constantes deste é exemplificativo não excluindo nenhum outro serviço necessário para o bom funcionamento do bem.

<b>Mecânica Geral</b>	Consiste em serviços de mecânica em motor, retífica, caixa de câmbio, caixa de direção, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, turbina, sistema de freios e embreagem e todos os outros serviços afins.
<b>Lanternagem</b>	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio (tipo baú), solda em geral e todos os outros serviços afins.
<b>Pintura / Estufa</b>	Consiste em serviços de pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, identificação visual e adesivagem de caracterização de viatura ostensiva e todos os outros serviços afins.
<b>Capotaria</b>	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins.
<b>Sistema Elétrico</b>	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização identificadora, luz e som (giroflex, kojack e sirene), (faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de parabrisa e outros).
<b>Sistema Hidráulico</b>	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



<b>Borracharia completa</b>	Consiste em remendos, em pneus com e sem câmara de ar, troca de pneus, câmaras de ar, colocação de rodas, calotas e todos os outros serviços afins.
<b>Balanceamento, Alinhamento Cambagem</b>	Consiste em serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins.
<b>Suspensão</b>	Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins.
<b>Instalação de Acessórios</b>	Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos, assim como, o conserto e instalação de acessórios de som e imagem, tapetes, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, película de insulfilm.
<b>Vidraceiro</b>	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas e polimento dos parabrisas e todos os outros serviços afins.
<b>Chaveiro</b>	Confecção de chaves, codificação e outros serviços afins.
<b>Ar condicionado</b>	Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins.
<b>Troca de Óleo</b>	Consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, do câmbio e da direção hidráulica, com substituição dos elementos filtrantes (ar, combustível, óleo lubrificante).

**8.17** Os serviços de manutenção serão efetuados de acordo com as normas e padrões do fabricante, bem como de toda legislação aplicável, não só para contribuir para o aumento da vida útil do veículo, mas também para obedecer às normas legais em vigência.

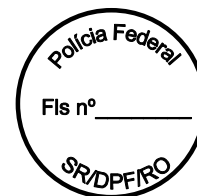
**8.18** A Contratada deverá prestar contas e esclarecimentos sobre as peças e acessórios adquiridos e serviços subcontratados, fornecendo toda e qualquer informação a CONTRATANTE para regular acompanhamento da execução contratual.

**8.19** ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA POR REBOQUE E SOCORRO MECÂNICO





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**8.19.1** Fornecer serviços de reboque por carro guincho ou plataforma hidráulica quando os veículos da Contratante não puderem trafegar, em consequência de defeitos mecânicos, elétricos ou quaisquer outras avarias ou panes ocorridas, ou no caso de veículos apreendidos pela Contratante, que necessitem de deslocamento até uma das unidades da Polícia Federal.

**a)** O serviço de reboque será prestado em regime de plantão de 24 horas x 7 dias por semana, devendo ser disponibilizado a Contratante número de telefone para chamada direta fora do horário de expediente, sem qualquer ônus a SR/DPF/RO.

**b)** O prazo máximo para atendimento de chamados/solicitações será:

**i)** No perímetro urbano dos municípios elencados no item 2.7 deste: 01 (uma) hora;

**ii)** Em outras regiões de Rondônia: 02 (duas) horas para cada 100 km, ou fração, de distância entre a localização do veículo e o município de destino indicado pela Contratante.

**iii)** Caso haja necessidade de serviço de reboque fora dos limites do Estado de Rondônia será solicitado à contratada orçamento prévio.

**iv)** No caso de prestação de serviços dentro do Estado de Rondônia, a autorização verbal do Fiscal de Contrato, via telefone, bastará para que a credenciada da CONTRATADA inicie a prestação do serviço, quando a urgência da situação o demandar.

**8.19.2** Nos serviços de socorro mecânico e/ou guincho deverá ser preenchido check-list nos termos do item 8.15.

**a)** O termo socorro mecânico deve ser entendido como a ida até o local da ocorrência, e reparo, ainda que paliativo, mas sem comprometimento da segurança de trânsito, ou reparo definitivo no local, nos casos de serviços mais simples. Entretanto, nos casos de serviços que envolvam maior complexidade, em que somente a estrutura da oficina permita o reparo, deverá a contratada efetuar o reboque até o endereço do estabelecimento a realizar os serviços de manutenção. No caso de pequenos reparos que possam ser feitos no local, o Fiscal de Contrato poderá dar sua anuência para execução do serviço, depois de informado previamente dos custos aproximados com peças e mão de obra que coloquem o veículo em condições de mobilidade.

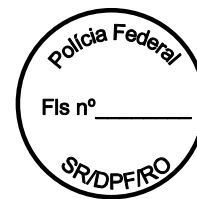
**8.19.3** A Credenciada pela CONTRATADA poderá submeter o serviço de socorro mecânico e de reboque a terceiros, sem prévia autorização da Contratante responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços.

## **8.20 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LAVAGEM**

**8.20.1** O serviço de lavagem compreende a lavagem interna e externa do veículo da Contratante com a utilização de produtos adequados, aplicação de cera em sua lataria e respectivo polimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**8.20.2** A Contratada poderá submeter o serviço de lavagem a terceiros, sem prévia autorização da Contratante, porém responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados.

**8.20.3** No caso dos veículos pesados, além do serviço de lavagem deverá ser realizada lubrificação, no(a)(s):

- a) eixo de acionamento do rolamento da embreagem/sapatas do garfo;
- b) juntas universais e os entalhos das árvores de transmissão (cardã);
- c) articulações da suspensão dianteira e traseira.

**8.20.4** A entrega do veículo deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas a partir da disponibilização do mesmo pela Contratante, no caso de veículos leves e médios, e em até 8 (oito) horas no caso de veículos pesados. Casos excepcionais serão avaliados pela fiscalização do contrato.

**8.20.5** O preço a ser pago pelo serviço de lavagem será o equivalente ao valor de 1 (uma) hora de trabalho de serviço mecânico para veículo leve/utilitário e; valor de 2 (duas) horas de trabalho de serviço mecânico para veículo pesado.

## **9. ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS**

**9.1** Os serviços a contratar tem caráter de natureza continuada, ou seja, podem estender-se por mais de um exercício financeiro, conforme preceitua o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e IN – Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 02/2008. Assim, o dimensionamento da duração do contrato por um período de *até 60 (sessenta) meses*, com fundamento na lei de licitações, gera sensível economia a Administração já que não se terá que, a cada exercício, iniciar novo procedimento licitatório, culminando com a celebração de um contrato com efêmera duração, conforme art. 6º, inc. II, da Lei nº 8.666/93 c/c a Instrução Normativa nº MARE 18, DE 1997.

**9.2** Os serviços propostos enquadram-se na classificação de serviços comuns em atendimento ao disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 5.450/05, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

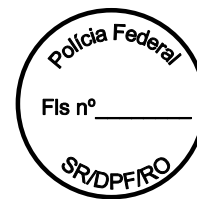
## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **A CONTRATADA compete:**

**10.1** Prestar os serviços objeto deste, cuja abrangência estender-se-á a todas as unidades da Polícia Federal em Rondônia, de acordo com as especificações e normas previstas e vigentes, utilizando-se de recursos tecnológicos apropriados, de infraestrutura adequada e equipe técnica exigida.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**10.2** Fazer apresentação de funcionamento do cartão e protocolos de atendimento no ambiente web, bem como das situações relativas à perda ou extravio de cartão, em local e horário determinados pelo SELOG/SR/DPF/RO.

**10.3** Fornecer manual para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web, abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade definida pelo SELOG/SR/DPF/RO.

**10.4** Arcar com as despesas necessárias à implantação do sistema, tais como, instalação, gerenciamento eletrônico, gravação, transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras de produtos, prestadoras de serviços, manutenção do sistema, treinamento de pessoal indicado pela CONTRATANTE, equipamentos e outros necessários a efetiva prestação dos serviços.

**10.5** Fornecer, sem ônus a CONTRATANTE cartões magnéticos por veículo, assim como login e senha aos condutores cadastrados. Devendo ainda emitir novos cartões para os casos de inutilização ou extravio, sem custos adicionais, com prazo máximo de reposição não superior a 3 (três) dias úteis;

i) O cartão único de cada veículo deverá ser parametrizado e vinculado à placa oficial do bem, de forma a impedir o abastecimento ou a manutenção de qualquer outro veículo;

ii) Confeccionar os cartões magnéticos imprimindo em cada um a identificação da CONTRATANTE, o modelo, a cor e a placa oficial do veículo e;

iii) Fornecer senhas pessoais aos condutores, de modo a identificá-los por ocasião da realização dos serviços (abastecimento e/ou manutenção).

iv) Fornecer tantas senhas quanto solicitadas, sem qualquer ônus adicional.

**10.6** Fornecer 3 (três) cartões a cada BASE DE GERENCIAMENTO do tipo reserva, genérico, não vinculado, os quais permanecerão em poder do GESTOR da respectiva BASE, a fim de viabilizar o abastecimento e/ou manutenção de veículo apreendido ou oficial que se encontre em trânsito no estado de Rondônia;

i) A critério da CONTRATANTE e de acordo com sua necessidade, poderão ser solicitados à CONTRATADA novos cartões não vinculados, não recaindo qualquer ônus àquela.

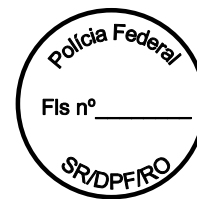
**10.7** Manter atualizada a relação das empresas com as quais mantenha credenciamento.

**10.8** Adotar imediatamente providências para solução de problemas oriundos dos serviços prestados pelos estabelecimentos conveniados, resolvendo-os em até 24h (vinte e quatro horas) da solicitação;

**10.9** Encarregar-se do acionamento do(s) estabelecimento(s) credenciado(s) envolvido(s) para cumprimento do período de garantia das peças, de acordo com estabelecido pelo fabricante, assim



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



como o prazo de garantia dos serviços prestados, a contar da data de entrega do veículo a CONTRATANTE;

**10.10** Fiscalizar os serviços prestados por sua rede credenciada objetivando garantir nível satisfatório de qualidade, compreendendo a disponibilização dos equipamentos, horários de funcionamento, presteza no atendimento e o que mais couber para a perfeita execução do disposto neste;

**10.11** Efetuar, sob sua exclusiva responsabilidade, os pagamentos devidos aos estabelecimentos credenciados, com os quais esteja vinculada;

**10.12** Indicar preposto, informando telefone fixo, celular e endereço eletrônico, comunicando qualquer alteração;

**10.13** A Contratada deverá manter exclusivamente sob responsabilidade toda a supervisão e direção sobre a execução dos serviços e/ou produtos fornecidos, e ainda, todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados.

**10.14** Treinar os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução proposta nas instalações da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de entrega dos dados cadastrais (veículos e usuários) por meio do

**10.15** Responsabilizar-se pela guarda e segurança do veículo enviado para manutenção, ressarcindo a SR/DPF/RO por quaisquer danos que venham a ocorrer desde que a CONTRATANTE não tenha dado causa.

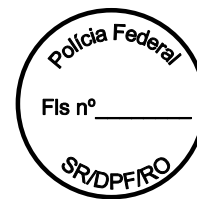
**10.16** Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer total ou parcialmente, às suas expensas, dentro de 5 (cinco) dias úteis, as aquisições e/ou serviços recusados pela CONTRATANTE, em que se verifiquem vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão-de-obra inadequada ou não correspondente às especificações, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir dentro do prazo de garantia, mesmo após o vencido o contrato;

**10.17** Deverá fornecer, mensalmente, Nota Fiscal única, com a consolidação financeira dos abastecimentos realizados por tipo de combustível e quantitativo e/ou serviços prestados, discriminado o total com peças e mão de obra, separadamente.

**10.17.1** Enviar **juntamente com a nota fiscal** (item 10.18), relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, constando demonstrativo de compras, discriminação do valor de peças adquiridas, serviços prestados, descontos praticados, taxa de administração, bem como comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**i.** Manter durante a vigência do contrato as condições de qualificação e habilitação exigidas para contratar com a Administração Pública.

**10.18** Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, formalmente todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se, ainda, a atender prontamente as reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual.

**10.19** Assumir como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da execução das obrigações assumidas.

**10.20** Recompor o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha o seu valor reduzido em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do contrato durante sua vigência.

**10.21** Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando a Superintendência Regional em Rondônia de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do contrato.

**10.22** Responsabilizar-se integralmente pelo veículo recebido da CONTRATANTE, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contido, obrigando-se à reparação total em casos de furto/roubo, incêndios ou acidentes, desde o momento da entrega do veículo para o orçamento até o recebimento pela CONTRATANTE.

**10.23** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo que tenha concorrido, inclusive por seus empregados, representantes, prepostos ou subcontratada, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, à União ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços ou aquisições com vícios, defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois de vencido o Contrato.

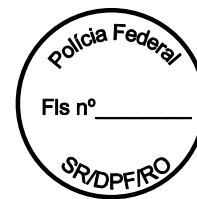
**10.24** À Contratada serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços contratados.

**10.25** A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em qualquer operação de desconto bancário, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

**10.26** Facilitar a ação de fiscalização da Superintendência Regional em Rondônia, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências apresentadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



i) Aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal, referentes aos serviços prestados por servidor designado pela CONTRATANTE.

**10.27** Atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus a Administração.

**10.28** Responsabiliza-se pelo fiel e pontual pagamento à sua rede credenciada até 45 (quarenta e cinco dias) após o recebimento das notas fiscais pertinentes, independentemente de contrapartida pela CONTRATANTE.

**10.29** São de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com:

- a.** Equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência;
- b.** Operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;
- c.** Manutenção permanente de modo à inostrar a descontinuidade dos serviços;
- d.** Os custos diretos e indiretos necessários a execução dos serviços objeto do Contrato.

**10.30** Providenciar o credenciamento de oficinas em localidades onde sejam instaladas novas unidades de Polícia Federal, em todo o território nacional, de interesse da Contratante por razões operacionais, procedendo à confecção e a entrega de senhas adicionais, conforme o caso, atendendo às solicitações do Gestor do Contrato, sem custos adicionais.

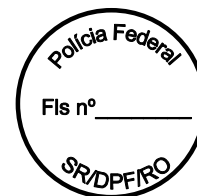
**10.31** Prestar aos veículos da CONTRATANTE os seguintes serviços, através dos estabelecimentos credenciados:

- a.** assistência mecânica;
- b.** manutenção operacional, preventiva e corretiva;
- c.** revisão;
- d.** assistência e reparos no sistema elétrico;
- e.** lanternagem em geral, pintura e funilaria;
- f.** substituição e instalação de peças e acessórios;
- g.** vidraçaria, capotaria e tapeçaria;
- h.** troca de óleo, elementos filtrantes e lubrificantes;
- i.** socorro mecânico
- j.** reboque de veículo 24 horas;
- k.** chaveiro.

**10.32** Permitir ao(s) servidor(es) credenciado(s) pela CONTRATANTE fiscalizar os serviços objeto do contrato, que tiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo o mesmo suspender, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança de usuários ou terceiros;

**10.33** Utilizar peças e acessórios originais, novos e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens recondicionados, excetuando-se nos casos de veículos fora de linha de fabricação de peças novas;

**10.34** Exigir que o estabelecimento credenciado devolva a CONTRATANTE as peças, materiais e acessórios substituídos por ocasião dos reparos realizados;

**10.35** Fornecer ao NUTRAN/SELOG/SR/DPF/RO todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços do fabricante, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, a Lista ou Tabela de Tempo de Serviço e reparos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação formal;

**10.36** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em horário noturno, do tipo perigoso ou insalubre;

**10.37** Substituir preposto desde que constatado o não preenchimento das condições exigidas ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função que desempenham perante a CONTRATANTE.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **A Contratante obriga-se a:**

**11.1** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assegurando-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu desempenho;

**11.2** Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado:

i) Para os serviços de abastecimento, a SR/DPF/RO poderá promover mensalmente pesquisa da média de preços praticada no estado de Rondônia e fornecida pela Agência Nacional do Petróleo, a fim de apurar a razoabilidade dos preços praticados pelos estabelecimentos credenciados;

ii) Para os serviços de manutenção os preços deverão estar de acordo com os valores médios praticados no mercado local e/ou regional e não ultrapassar ao praticado pela autorizada do veículo quando se tratar de peça original.

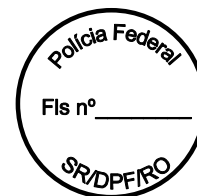
**11.3** Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;

**11.4** Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário, para execução dos serviços;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**11.5** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do Contrato;

**11.6** Efetuar o pagamento da fatura a Contratada, de acordo com os serviços prestados e condições estabelecidas no Edital e anexos, após consulta a(o):

- i) SICAF – Sistema Unificado de Fornecedores, a fim de consultar as Certidões obrigatórias e, também;
- ii) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- iii) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e;
- iv) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

**11.7** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato, Condições do Edital, demais anexos e os termos de sua proposta;

**11.8** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por intermédio de servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos estabelecimentos eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. Essa fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, quer seja, pelo emprego de material inadequado, de qualidade inferior, onde qualquer dessas hipóteses não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.9** Notificar a Contratada formalmente sobre a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, determinando prazo para as correções e ainda quando se referir a aplicação de penalidade garantido o contraditório e a ampla defesa.

## **12. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

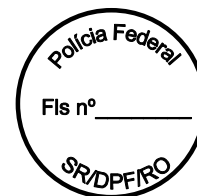
**12.1** A Administração designará representante, na forma do arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato a fim de verificar a conformidade da prestação dos serviços e alocação dos recursos de forma a assegurar o perfeito cumprimento das condições pactuadas.

- i) O representante da Contratante deverá, preferencialmente, possuir conhecimento técnico ou experiência suficiente para acompanhamento da execução do contrato.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**12.2** Toda a atividade de Fiscalização será exercida de modo sistemático pela Contratante e seu(s) designado(s) objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, considerado todos os seus aspectos.

**12.3** A Contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações efetuadas.

**12.4** O não atendimento de quaisquer solicitações da Contratante, objeto de Ordem de Serviço, cronogramas preventivos dentro do prazo estabelecido pelo Contrato e ou Fiscalização, poderá ensejar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que estiver sujeita a Contratada.

**12.5** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.6** Prestados os serviços e/ou fornecidas às peças, que serão recebidos da seguinte forma:

**12.6.1** Provisoriamente pelo FISCAL, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações deste e da proposta, no prazo de três dias;

**12.6.2** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, verificada a qualidade e quantidade com aprovação do serviço no sistema.

**12.6.3** O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civis e penais da CONTRATADA.

**12.6.4** Tendo ocorrido o recebimento definitivo, no momento da utilização, caso aconteça de apresentar quaisquer defeitos, deverá ser obrigatoriamente substituído, durante todo o período de garantia no prazo de 5 dias úteis a contar da comunicação formal pela CONTRATANTE sob pena de incorrer em ato que justifique aplicação de sanção administrativa;

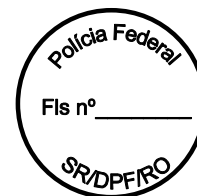
**12.7** A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, a entrega de produto em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**12.8** Quaisquer entendimentos entre a SR/DPF/RO e a contratada serão feitos por escrito no Livro de Ocorrências ou em correspondência à parte, podendo se dar por processo eletrônico, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações da CONTRATADA com fundamento em ordens ou declarações verbais.

### **13. QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**13.1** Os custos das contratações foram estimados com base no histórico das despesas com abastecimento e serviços de manutenção realizados nos veículos que compõem a frota da SR/DPF/RO, exercícios de 2011 e 2012.

**13.1.1** A estimativa pela SR/DPF/RO no consumo de combustíveis foi ajustada pelos efeitos decorrentes do aumento da frota esperado para doze meses, assim como pelos efeitos causados pela realização de grandes eventos, tais como a realização da Copa do Mundo em 2014 e valores médios de combustíveis de acordo com consulta a ANP.

**13.1.2** Os valores gastos com a manutenção da frota em 2011 e 2012 foram ajustados pela variação do item “conserto de automóvel” do grupo despesas com Transporte que compõe o IPCA (IBGE).

**13.2** Para o Preço de Referência será realizada pesquisa de preços a empresas do ramo, objeto deste.

i) As interessadas apresentarão propostas contemplando o valor da taxa de administração sobre as estimativas de consumo de combustíveis e/ou de serviços de manutenção de veículos com fornecimento de peças.

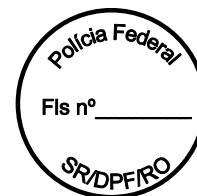
**13.3** Para a formulação das propostas considerar-se-á, os valores informados para os Grupos 1, 2, e 3 a saber.

**13.3.1 GRUPO 1**

Item	Descrição	Mensal em R\$	Estimativa anual em R\$	% Em Reais	Valor Total anual
1	Fornecimento de Combustível (Gasolina - comum e aditivada; Diesel – comum, aditivado, S50, S10 e Biodiesel; e Etanol - comum e aditivado)	59.047,50	708.569,97	% (Maior desconto)	-
2	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia por meio de cartão magnético na rede de postos credenciados para o abastecimento dos veículos e embarcações que compõem a frota da SR/DPF/RO.	897,52 <sup>1</sup>	10.770,26 <sup>1</sup>	Taxa Mensal Máxima de 1,52 %	-
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA</b> = Valor total dos itens 1 e 2					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



<sup>1</sup> Valor correspondente a taxa de administração sobre a estimativa de consumo de combustíveis.

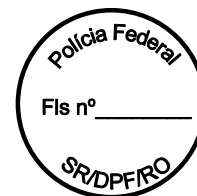
Obs.: O percentual de desconto deverá ser concedido em toda Nota Fiscal sobre o valor total dos combustíveis e, sobre o valor total após o desconto, será acrescida a taxa de administração.

### 13.3.2 GRUPO 2

Item	Descrição	Mensal em R\$	Estimativa anual em R\$	% Em Reais	Valor Total anual R\$
8	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia por meio magnético na rede de estabelecimentos credenciados para a manutenção operacional, preventiva e corretiva dos veículos e embarcações que compõem a frota da SR/DPF/RO. Taxa de Administração de .....%	1.077,20 <sup>2</sup>	12.926,41 <sup>2</sup>	Taxa Máxima de 1,88 %	-
4	Fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de veículos da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.	35.409,12	424.909,40	% (Maior desconto)	
5	Fornecimento parcelado de peças e acessórios para <u>embarcações</u> , originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de veículos da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.	3.766,75	45.201,03	% (Maior desconto)	
6	Serviços de manutenção em geral, incluído socorro mecânico e por guincho/reboque dos <u>veículos</u> que compõem a frota da SR/DPF/RO.	16.401,52	196.818,28		
7	Serviços de manutenção em geral,	1.659,01	19.908,17		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



	incluído socorro mecânico e por guincho/reboque das <b>embarcações</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO.				
Σ	Serviços de manutenção e reposição de peças (somatório dos itens 4, 5, 6 e 7)	57.236,40	686.836,88		
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA</b> – (resultado do somatório da taxa de administração com o valor total de gastos com serviços de manutenção e reposição de peças - (soma dos itens 3, 4, 5, 6 e 7 )					

<sup>2</sup> Valor correspondente a taxa de administração sobre a estimativa de despesas com os serviços de manutenção e fornecimento de peças, ou seja, sobre o valor da linha Σ.

**OBS. OS ITENS 6 e 7 NÃO SERÃO OBJETO DE DISPUTA, DEVENDO O LICITANTE LANÇAR OS MESMOS VALORES E QUANTIDADE 12 MESES EM SUA PROPOSTA DE PREÇOS.**

**OBS 2. O PERCENTUAL DE DESCONTO DEVERÁ SER CONCEDIDO SOBRE O VALOR TOTAL DAS PEÇAS E A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SERÁ ACRESCIDA APÓS O DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA**

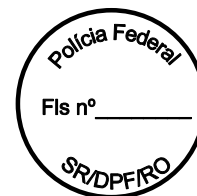
**GRUPO 03 – ÓRGÃO PARTICIPANTE: BASE AÉREA DE PORTO VELHO – BAPV**

**UASG: 120081**

Item	Descrição	Mensal em R\$	Estimativa anual em R\$	%	Vlr. mensal	Valor anual
3	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia por meio magnético na rede de estabelecimentos credenciados para a manutenção operacional, preventiva e corretiva dos <b>veículos</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO. Taxa de Administração de .....%	438,72 <sup>2</sup>	5.264,60 <sup>2</sup>	Taxa Máxima de 1,88 %		
9	Fornecimento parcelado de peças	16.668,00	200.016,00	%		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



	e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de <b>veículos</b> da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.			Maior desconto		
10	Serviços de manutenção em geral, incluído socorro mecânico e por guincho/reboque dos <b>veículos</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO.	6.668,00	80.016,00			
Σ	Serviços de manutenção e reposição de peças (somatório dos itens 9 e 10)	23.336,00	280.032,00			
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA</b> – (resultado do somatório da taxa de administração com o valor total de gastos com serviços de manutenção e reposição de peças - ( <b>soma dos itens 3, 9 e 10</b> )						

<sup>2</sup> Valor correspondente a taxa de administração sobre a estimativa de despesas com os serviços de manutenção e fornecimento de peças, ou seja, sobre o valor da linha Σ.

**OBS. O item 10 NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA, DEVENDO O LICITANTE LANÇAR OS MESMOS VALORES EM SUA PROPOSTA DE PREÇOS.**

**OBS 2. O PERCENTUAL DE DESCONTO DEVERÁ SER CONCEDIDO SOBRE O VALOR TOTAL DAS PEÇAS E A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SERÁ ACRESCIDA APÓS O DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA**

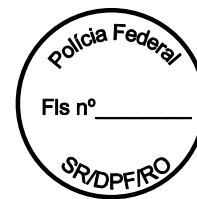
#### 14. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**14.1** Os materiais utilizados pelos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA na execução dos serviços, deverão:

- Constituir-se no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;
- Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



- c. Ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d. Inexistir substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**14.2 A CONTRATADA deverá:**

**14.2.1** Estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente;

**14.2.2** Efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

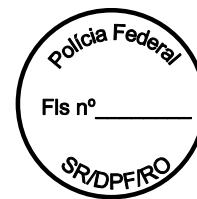
- i) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, adotando medidas necessárias a evitar mistura com os produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- ii) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelo órgão competente ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou varejo, que tenha a obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- iii) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata.

**15. DA MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO**

**15.1** A CONTRATADA deverá emitir mensalmente Nota Fiscal detalhando os produtos fornecidos, por tipo e quantitativo, quando se referir a fornecimento de combustíveis e/ou valor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



total das peças utilizadas e serviços de manutenção executados. No caso desta ultima, a NF deverá vir acompanhada das notas fiscais emitidas pela rede credenciada para fins de garantia das peças de reposição, acessórios e serviços, se constituindo tal exigência como requisito para aposição do Atesto no documento pelo fiscal do Contrato.

**15.2** Os valores a serem efetivamente pagos serão:

**I – PARA OS COMBUSTÍVEIS:** Será considerado como unidade de medida para fins de pagamento, o valor, em reais, da nota fiscal referente ao preço do combustível abastecido cobrado à vista pelo estabelecimento credenciado decrescido do desconto e após acrescido o percentual de Administração, se existente.

**II – PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS:** os cobrados pela rede credenciada por ocasião da demanda decrescido do desconto e após acrescido o percentual de Administração, se existente, desde que estejam de acordo com os praticados no mercado. O valor de mercado será considerado o valor médio dos preços praticados pelas empresas que compõem a rede credenciada da CONTRATADA, bem como outras empresas do ramo, todas localizadas nos municípios mencionados no item 2.7 deste Termo de Referência ou para o município em que se encontre o veículo, no caso de deslocamento fora de sua sede; e para as peças o valor total decrescido do percentual do desconto.

**III – PARA A ADMINISTRADORA:** pelos serviços de gerenciamento de frota para abastecimento e manutenção dos veículos, com utilização de um sistema informatizado integrado e pagamento por meio de cartão magnético, será pago à administradora uma taxa de administração em percentual incidente sobre os valores das faturas de fornecimento de combustíveis e/ou peças e serviços de prestados, conforme incisos I e II anteriores, após a incidência dos descontos legais cabíveis (Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e demais tributos e contribuições incindíveis).

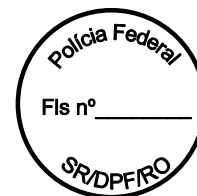
**15.2.1** Não será admitida taxa percentual de administração igual a 0 % (zero por cento). Admitir-se-á, no entanto, o percentual zero, convencionando-se, para tal, o valor de R\$ 0,0001.

**15.3** O pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária pelo Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF/SELOG/SR/DPF/RO até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, que verificará(ão) o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

**15.4** A Nota Fiscal emitida não poderá conter erros ou rasuras, devendo constar a indicação do banco, agência e conta corrente da CONTRATADA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**15.4.1** No caso de incorreção no documento apresentado, este será restituído para as retificações necessárias, não respondendo a SR/DPF/RO por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação do pagamento correspondente.

**15.5** Serão realizadas consultas "*on line*" ao SICAF, a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, antes de cada pagamento, para verificar a situação da contratada relativamente às condições de habilitação exigidas, cujos resultados serão impressos e juntados à Nota Fiscal.

**15.6** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

**I** = (TX/100) / 365

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**15.6.1** O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento.

**15.7** A SR/DPF/RO deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, preferencialmente.

## **16. DO CONTRATO**

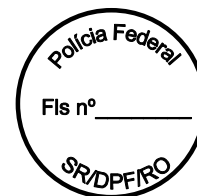
**16.1** A SR/DPF/RO ante a necessidade e conveniência convocará a licitante vencedora para assinar contrato no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** da convocação sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Edital e documentos correlatos.

**i)** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**16.2** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos períodos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.2.1** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**16.3** Toda prorrogação será precedida de pesquisas de preços de mercado inclusive os praticados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando comprovar que a manutenção do contrato mostra-se mais vantajosa a SR/DPF/RO se comparada a realização de uma nova licitação.

**16.4** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**16.5** A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) dos valores e quantidades previstas no edital, ressalvadas as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.

**16.6** A Repactuação atinente será de acordo com as condições estabelecidas no Contrato (anexo do edital).

**16.7** O contrato não poderá ser prorrogado quando:

**16.7.1** A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos;

**16.7.2** A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**16.7.3** A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

## **17. GARANTIA CONTRATUAL**

**17.1** Para garantir o fiel cumprimento de todas as disposições do Instrumento Contratual a CONTRATADA prestará, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do Contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da Lei 8.666/1993.

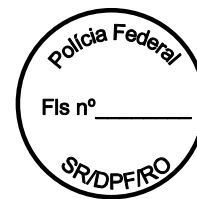
**17.1.1** O prazo do item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

**17.2** Deverão ser cumpridas todas as demais condições referentes à Garantia Contratual dispostas no Edital e Contrato.

## **18. MEDIDAS ACAUTELADORAS**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**18.1** Consoante artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**19.1.1** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**19.1.2** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**19.1.3** fraudar na execução do contrato;

**19.1.4** comportar-se de modo inidôneo;

**19.1.5** cometer fraude fiscal;

**19.1.6** não mantiver a proposta.

**19.2** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal à:

**19.2.1** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos a Contratante;

**19.2.2** multa moratória de até 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias;

**19.2.2.1** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, conforme percentual do subitem acima será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, de acordo com a Tabela de grau atribuído à infração constante no subitem 19.7.1;

**19.2.3** multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**19.2.4** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

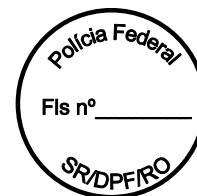
**19.2.5** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**19.2.6** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**19.3** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**19.4** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

**19.4.1** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**19.4.2** tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**19.4.3** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**19.5** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**19.6** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**19.7** No caso de inadimplimentos em que não haja reflexo financeiro, quando devidamente formalizados, serão atribuídos pontos de acordo com a gravidade, cumulativos, atribuindo-se a multa de 0,2 % do valor total do contrato a cada 10 pontos acumulados, conforme segue:

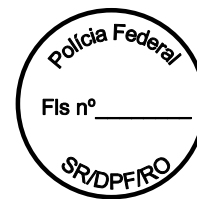
<b>Tabela de pontuação das ocorrências</b>
<b>1 PONTO POR OCORRÊNCIA</b> (cômputo mensal enquanto perdurar a ocorrência): a) Apresentação de fatura com erro b) Atraso na reposição de cartões magnéticos, após 3 dias úteis da solicitação
<b>2 PONTOS POR OCORRÊNCIA</b> (cômputo mensal enquanto perdurar a ocorrência): a) Atraso na apresentação de relatório solicitado, após 30 dias da solicitação b) Inobservância do item 12.4 e do termo de referência
<b>3 PONTOS POR OCORRÊNCIA</b> (cômputo mensal enquanto perdurar a ocorrência – exceto {c}): a) Inexistência de relatório estipulado em contrato; b) Falta de credenciamento de estabelecimento em local solicitado sem apresentar justificativa plausível, após 15 dias da solicitação; c) Estabelecimento credenciado não aceita operação por falha da CONTRATADA.

**19.8** As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da ciência.

**19.9** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da comunicação oficial deduzidos dos valores a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**19.10** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**19.11** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **20. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**20.1** O Sistema de Registro de Preços tem seu procedimento disciplinado pela Lei 8.666/93 em seu Art. 15, inciso II, Lei 10.520/02 em seu Art. 11, pelo Decreto de nº **7.892, de 23 de janeiro de 2013**.

**20.2** O Sistema de Registro de Preços – SRP é, nos termos da norma, “um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, aquisição e locação de bens, para contratações futuras”.

**20.3** Em que pese à adoção de tal procedimento, acrescentamos que a utilização deste sistema veio flexibilizar a aquisição de bens de uso frequente e contratação de serviços, na medida em que a Administração não é compelida a efetivá-los, mas o fornecedor é obrigado ao seu fornecimento e/ou prestação de serviços.

**20.4** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, art. 22 combinando com o inc. III do art. 9º, todos do Dec. nº 7.892/2013).

**20.5** O prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será de 12 (doze) meses;

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação vinculada a este.

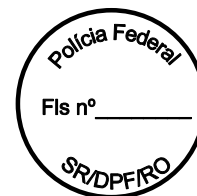
**21.2** A participação na Licitação para prestação de serviços propostos importa em total, irrestrita e irretratável aceitação pelos proponentes, impedindo-os de alegar desconhecimento, não entendimento ou interpretação errônea das condições fixadas no Edital e anexos.

**21.3** Atendendo ao Princípio da Publicidade e da Transparência Pública disponibilizaremos o Edital e anexos na internet, por intermédio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) sendo possível a realização de download de todos os arquivos pertinentes.

**21.4** Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao pregão vinculado a este termo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**21.5** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**21.6** Não poderão participar do certame empresas cujos sócios, gerentes ou diretores sejam cônjuges, companheiro (a) ou parente em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de servidores do Departamento de Polícia Federal.

**21.7** Detalhes não citados neste Termo relativos ao fornecimento de produtos e prestação de serviços mas que a boa técnica leve a presumir sua necessidade não deverão ser omitidos, sendo injustificável sua não apresentação

Terrestres, Fluviais e motores);

**21.8** A contratante procederá vistorias nas dependências dos estabelecimentos para emissões de relatórios da estrutura física e equipamentos visando o credenciamento ou não das oficinas e autopeças que prestarão serviços para a SR/DPF/RO.

**21.9** As peças que compõem este correspondem a:

**a) ANEXO I - A do Termo de Referência – DA COMPOSIÇÃO DA FROTA (Veículos e embarcações);**

**b) ANEXO I - B do Termo de Referência – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;**

**c) ANEXO I – C do Termo de Referência – MODELO CHECK LIST**

## **22. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

**22.1** O presente “TERMO DE REFERÊNCIA” foi elaborado pela subscritora no uso de suas atribuições legais e normativas aplicáveis sendo sugerido o envio a Consultoria Jurídica da União.

Ademais, submeto-o à aprovação do Senhor Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia, Ordenador de Despesas, desta Unidade Gestora, integrando o processo licitatório.

Segue à consideração superior.

Porto Velho-RO, 15 de agosto de 2013.

---

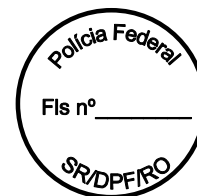
**LAIRA GIACOMETT DE CARVALHO**

AADM – MAT. 11.709

CHEFE SELOG/SR/DPF/RO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**ANEXO I – A do Termo de Referência**

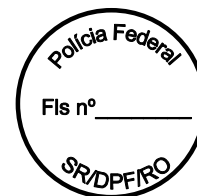
**COMPOSIÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS**

**1. TERRESTRES**

Nº	MODELO	TIPO	ANO FABRICAÇÃO	COMBUSTIVEL	CIDADE
1	TITAN 125	PASSEIO	2002	GASOLINA	ESPIGAO
2	FRONTIER NISSAN	UTILITARIO	2004	DIESEL	ESPIGAO
3	TITAN 125	PASSEIO	1999	GASOLINA	ESPIGAO
4	L 200 4X4 GL	UTILITARIO	2011	DIESEL	ESPIGAO
5	L 200 4X4 GL	UTILITARIO	2011	DIESEL	ESPIGAO
6	UNO MILLE FIRE 1.0 FLEX	PASSEIO	2007	FLEX	ESPIGAO
7	L 200 4X4 OUTDOOR 2.5 HPE	UTILITARIO	2008	DIESEL	ESPIGAO
8	SAVEIRO 1.8	UTILITARIO	2003	GASOLINA	GMI
9	STRADA	UTILITARIO	2010	FLEX	GMI
10	FRONTIER XZ	UTILITARIO	2009	DIESEL	GMI
11	XR 250 TORNADO	PASSEIO	2003	GASOLINA	GMI
12	VECTRA GL	PASSEIO	1998	GASOLINA	GMI
13	HONDA XR 200	PASSEIO	1997	GASOLINA	GMI
14	PALIO WEEKEND 1.6	PASSEIO	2012	FLEX	GMI
15	SAVEIRO 1.6	UTILITARIO	2012	FLEX	GMI
16	GOL 1.6	PASSEIO	2012	FLEX	GMI
17	PAJERO DAK 3.21 OST.	UTILITARIO	2013	DIESEL/S-10/50	GMI
18	XR 200	PASSEIO	2001	GASOLINA	GMI
19	FIESTA	PASSEIO	2004	GASOLINA	GMI
20	ECOSPORT XLS 1.6	PASSEIO	2004	GASOLINA	GMI
21	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	GMI
22	FIESTA 1.0 FLEX	PASSEIO	2007	GASOLINA	GMI
23	FRONTIER 4X4 SE 2.8	UTILITARIO	2004	DIESEL	GMI
24	COROLLA XLI M/T 1.8L FLEX	PASSEIO	2009	GASOLINA	GMI
25	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	GMI



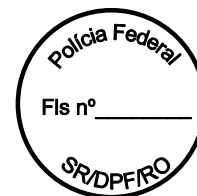
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



26	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	GMI
27	L 200 4X4 OUTDOOR 2.5 HPE	UTILITARIO	2008	DIESEL	GMI
28	FOCUS 2L FLEX OST	UTILITARIO	2012	FLEX	GMI
29	FOCUS XE 2.0L FC	PASSEIO	2009	FLEX	GMI
30	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	GMI
31	FIESTAFLEX	PASSEIO	2011	FLEX	GMI
32	ASTRA SEDAN ADVANTAGE 2.0	PASSEIO	2008	GASOLINA	GMI
33	KA FLEX	PASSEIO	2009	GASOLINA	GMI
34	I 30 2.0	PASSEIO	2010	GASOLINA	JPN
35	PALIO FIRE 1.0	PASSEIO	2004	GASOLINA	JPN
36	STILO	PASSEIO	2009	FLEX	JPN
37	S 10 2.8 D 4X4	UTILITARIO	2003	DIESEL	JPN
38	VECTRA GT 2.8	PASSEIO	2009	FLEX	JPN
39	S 10 2.8 D 4X4	UTILITARIO	2003	DIESEL	JPN
40	F 350 G	UTILITARIO	1999	DIESEL	JPN
41	HONDA CIVIC LXS	UTILITARIO	2007	GASOLINA	JPN
42	MONTANA CONQUEST 1.8	UTILITARIO	2006	GASOLINA	JPN
43	HILUX CD 4X4 SRV	UTILITARIO	2005	DIESEL	JPN
44	CORSA HATCH	PASSEIO	2010	FLEX	JPN
45	PAJERO DAKAR D	PASSEIO	2012	DIE/S-10/50	JPN
46	HONDA XR 200	PASSEIO	1999	GASOLINA	JPN
47	ASTRA MILENIUM TAXI 1.8	PASSEIO	2000	GASOLINA	JPN
48	BLAZER JIMMY 4.3 V6	UTILITARIO	2000	GASOLINA	JPN
49	SAVEIRO 1.6	UTILITARIO	2012	FLEX	JPN
50	GOL 1.6	PASSEIO	2012	FLEX	JPN
51	PAJERO DAK 3.21 OST.	UTILITARIO	2013	DIE/S-10/50	JPN
52	HILUX CD SRV 4X4 3.0	UTILITARIO	2005	DIESEL	JPN
53	GOL 16V PLUS	PASSEIO	2001	GASOLINA	JPN
54	SIENA HLX 1.6	PASSEIO	2004	GASOLINA	JPN
55	FIESTA SEDAN 1.6	PASSEIO	2005	FLEX	JPN
56	MONTANA SPORT 1.8	UTILITARIO	2004	GASOLINA	JPN
57	FIESTA 1.0	PASSEIO	2004	GASOLINA	JPN
58	FRONTIER OST	UTILITARIO	2005	DIESEL	JPN
59	FRONTIER 4X4 SE 2.8	UTILITARIO	2004	DIESEL	JPN



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES

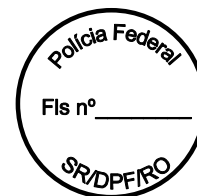


60	KA FLEX	PASSEIO	2010	FLEX	JPN
61	HONDA/BROS	UTILITARIO	2006	GASOLINA	JPN
62	PALIO ELX	PASSEIO	2009	FLEX	JPN
63	COROLLA XLI M/T 1.8L FLEX	PASSEIO	2009	FLEX	JPN
64	L 200 4X4 OUTDOOR 2.5 HPE	UTILITARIO	2008	DIESEL	JPN
65	FOCUS 2L FLEX OST	PASSEIO	2012	FLEX	JPN
66	FOCUS XE 2.0L FC	PASSEIO	2009	FLEX	JPN
67	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	JPN
68	L 200 4X4 GL 2.5 L	UTILITARIO	2010	DIESEL	JPN
69	IDEA ELX FLEX	PASSEIO	2006	FLEX	JPN
70	ASTRA SEDAN ADVANTAGE 2.0	PASSEIO	2008	GASOLINA	JPN
71	GOLF 1.6	PASSEIO	2009	FLEX	JPN
72	SAVEIRO	PASSEIO	2011	FLEX	JPN
73	TOYOTA HILLUX CD 4X4	UTILITARIO	2012	DIESEL	JPN
74	CAMINHÃO LK 2638	UTILITARIO	1999	DIESEL	PB
75	FIESTA	PASSEIO	2005	GASOLINA	PB
76	MONTANA	UTILITARIO	2005	GASOLINA	PB
77	S 10 2.8 D 4X4	UTILITARIO	2002	DIESEL	PB
78	X-TERRA 4X4 SE 2.8	UTILITARIO	2006	DIESEL	PB
79	RANGER XLT 13F	UTILITARIO	2004	DIESEL	PB
80	F 4000 G	UTILITARIO	2004	DIESEL	PB
81	PALIO WEEKEND 1.6	PASSEIO	2012	FLEX	PB
82	HONDA XR 200	PASSEIO	2000	GASOLINA	PB
83	NXR 125 BROS ES	PASSEIO	2005	GASOLINA	PB
84	VAN SPRINTER	PASSEIO	2005	DIESEL	PB
85	F250 XLT F21	UTILITARIO	2008	DIESEL	PB
86	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PB
87	L-200 AUTDOOR	UTILITARIO	2008	DIESEL	PB
88	STRADA FIRE 1.4 CE	UTILITARIO	2008	FLEX	PB
89	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	PB
90	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	PB
91	SEMI-REBOQUE	UTILITARIO	CA		PB
92	SEMI-REBOQUE	UTILITARIO	CA		PB
93	CELTA LIFE	PASSEIO	2005	FLEX	PVH





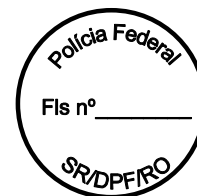
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



94	FALCON	PASSEIO	2003	GASOLINA	PVH
95	SAVEIRO BLIND 1.8	UTILITARIO	2003	GASOLINA	PVH
96	CAMINHAO BAU 715C	UTILITARIO	2005	DIESEL	PVH
97	VAN BOXER 330 HDI	PASSEIO	2006	DIESEL	PVH
98	EUROCARGO TECTOR 230E24N	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
99	MEGANE SD DYN 16V 2.0	PASSEIO	2008	GASOLINA	PVH
100	ASTRA SEDAN	PASSEIO	2008	FLEX	PVH
101	L 200 4X4	UTILITARIO	2009	DIESEL	PVH
102	FOCUS 2.0 OL	PASSEIO	2009	GASOLINA	PVH
103	X-TERRA 4X4 SE 2.8	UTILITARIO	2006	DIESEL	PVH
104	L 200 4X4 GLS 2.5	UTILITARIO	2005	DIESEL	PVH
105	HILUX CD 4X4 SRV	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
106	FIORINO 1.3 FLEX	UTILITARIO	2007	GASOLINA	PVH
107	XR 250 TORNADO	PASSEIO	2008	GASOLINA	PVH
108	PALIO WEEKEND 1.4	PASSEIO	2005	GASOLINA	PVH
109	PAJERO DAKAR D	PASSEIO	2012	DIE/S-10/50	PVH
110	PAJERO DAKAR D	PASSEIO	2012	DIE/S-10/50	PVH
111	CBX 200	PASSEIO	1995	GASOLINA	PVH
112	MICRO ONIBUS	UTILITARIO	2005	DIESEL	PVH
113	PALIO WEEKEND 1.6	PASSEIO	2012	FLEX	PVH
114	PALIO WEEKEND 1.6	PASSEIO	2012	FLEX	PVH
115	L-200 TRITON 3.2	UTILITARIO	2012	DIE/S-10/50	PVH
116	FURGÃO HIACE	UTILITARIO	1997	DIESEL	PVH
117	SAVEIRO 1.6	UTILITARIO	2012	FLEX	PVH
118	GOL 1.6	PASSEIO	2012	FLEX	PVH
119	PAJERO DAK 3.21 OST.	UTILITARIO	2013	DIE/S-10/50	PVH
120	PAJERO DAK 3.21 OST.	UTILITARIO	2013	DIE/S-10/50	PVH
121	GOL 1.0	PASSEIO	2010	GASOLINA	PVH
122	SIENA HLX 1.8	PASSEIO	2004	GASOLINA	PVH
123	PALIO FIRE 1.0	PASSEIO	2004	GASOLINA	PVH
124	FREE HOBBY TOMB. 2010298668 (10759)	TRANS/BARCO	2009	NÃO USA	PVH
125	FREE HOBBY TOMB. 2010298669 (10760)	TRANS/BARCO	2009	NÃO USA	PVH
126	L 200 4X4 GLS 2.5	UTILITARIO	2005	DIESEL	PVH



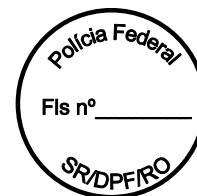
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



127	CBX 250 TWISTER	PASSEIO	2002	GASOLINA	PVH
128	PALIO WEEKEND 1.4	PASSEIO	2005	GASOLINA	PVH
129	PALIO WEEKEND 1.4	PASSEIO	2005	GASOLINA	PVH
130	PALIO WEEKEND 1.4	PASSEIO	2005	GASOLINA	PVH
131	XR 250 TORNADO	PASSEIO	2003	GASOLINA	PVH
132	L 200 4X4X GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	PVH
133	PALIO 1.6	PASSEIO	2004	GASOLINA	PVH
134	CIVIC LXL	PASSEIO	2005	GASOLINA	PVH
135	SAVEIRO 1.6	UTILITARIO	2010	GASOLINA	PVH
136	UNO MILLE FIRE 1.0 FLEX	PASSEIO	2007	GASOLINA	PVH
137	UNO MILLE FIRE 1.0 FLEX	PASSEIO	2007	GASOLINA	PVH
138	SAVEIRO 1.6	UTILITARIO	2007	FLEX	PVH
139	FRONTIER 4X4 SE 2.8	UTILITARIO	2007	DIESEL	PVH
140	PEUGEOT/HOGAR	UTILITARIO	2010	FLEX	PVH
141	ASTRA SEDAN CONFORT 2.0	PASSEIO	2005	GASOLINA	PVH
142	CORSA SEDANN MAXX 1.0	PASSEIO	2005	GASOLINA	PVH
143	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
144	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
145	MEGANE 2.0DYN	PASSEIO	2008	GASOLINA	PVH
146	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
147	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
148	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
149	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
150	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
151	L 200 TRITON HPE	UTILITARIO	2009	DIESEL	PVH
152	COROLLA XLI M/T 1.8L FLEX	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
153	COROLLA XLI M/T 1.8L FLEX	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
154	COROLLA XLI M/T 1.8L FLEX	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
155	COROLLA XLI M/T 1.8L FLEX	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
156	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
157	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
158	FALCON NX 400	PASSEIO	2008	GASOLINA	PVH
159	DOBLO CARGO FLEX	UTILITARIO	2009	GASOLINA	PVH
160	FOCUS 2L FLEX OST	PASSEIO	2012	FLEX	PVH



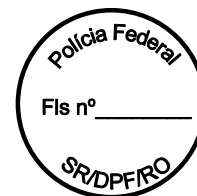
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



161	COROLLA XLI M/T 1.8L FLEX	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
162	FOCUS XE 2.0L FC	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
163	FOCUS XE 2.0L FC	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
164	FOCUS XE 2.0L FC	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
165	FOCUS XE 2.0L FC	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
166	FOCUS XE 2.0L FC	PASSEIO	2009	FLEX	PVH
167	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	PVH
168	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	PVH
169	L 200 4X4X GL 2.5	UTILITARIO	2010	DIESEL	PVH
170	L 200 4X4X GL 2.5	UTILITARIO	2010	DIESEL	PVH
171	FRONTIER SE 25	UTILITARIO	2008	DIESEL	PVH
172	ASTRA SEDAN ADVANTAGE 2.0	PASSEIO	2008	GASOLINA	PVH
173	ASTRA SEDAN ADVANTAGE 2.0	PASSEIO	2008	GASOLINA	PVH
174	STRADA FIRE CE	UTILITARIO	2008	FLEX	PVH
175	MONTANA/SPORT	UTILITARIO	2010	FLEX	PVH
176	LOGAN ESPRESSION 1.6 FLEX	PASSEIO	2008	FLEX	PVH
177	STRADA FIRE CE	UTILITARIO	2010	FLEX	PVH
178	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	PVH
179	GOLF 1.6 SPORTLINE	PASSEIO	2013	FLEX	PVH
180	GOL	PASSEIO	2009	GASOLINA	VLA
181	PUNTO ATTRACTIVE	PASSEIO	2010	FLEX	VLA
182	PALIO FIRE	PASSEIO	2006	FLEX	VLA
183	CORSA/CLASSIC	PASSEIO	2008	FLEX	VLA
184	L 200 OUTDOOR	UTILITARIO	2009	DIESEL	VLA
185	GOL 1.0	PASSEIO	2007	FLEX	VLA
186	S 10 2.8 D 4X4	UTILITARIO	2002	DIESEL	VLA
187	FORD FIESTA SEDAN	PASSEIO	2012	GASOLINA	VLA
188	PAJERO DAKAR D	UTILITARIO	2012	DIE/S-10/50	VLA
189	TOYOTA BANDEIRANTE	UTILITARIO	1999	DIESEL	VLA
190	SIENA HLX 1.6 FLEX	PASSEIO	2004	GASOLINA	VLA
191	SAVEIRO 1.6	UTILITARIO	2012	FLEX	VLA
192	GOL 1.6	PASSEIO	2012	FLEX	VLA
193	L 200 GL 2.5	UTILITARIO	2011	DIESEL	VLA
194	PAJERO DAK 3.21 OST.	UTILITARIO	2013	DIE/S-10/50	VLA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



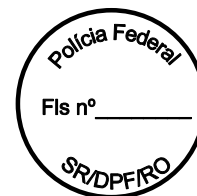
195	UNO MILLE 1.0	PASSEIO	2001	GASOLINA	VLA
196	HONDA XR 250 TORNADO	UTILITARIO	2002	GASOLINA	VLA
197	SIENA HLX 1.8	PASSEIO	2004	GASOLINA	VLA
198	L 200 4 X 4	UTILITARIO	2005	DIESEL	VLA
199	STRADA	UTILITARIO	2008	FLEX	VLA
200	COROLLA XLI M/T 1.8L FLEX	PASSEIO	2009	FLEX	VLA
201	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	VLA
202	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	VLA
203	L 200 4X4 GL 2.5	UTILITARIO	2008	DIESEL	VLA
204	L 200 4X4 OUTDOOR 2.5 HPE	UTILITARIO	2008	DIESEL	VLA
205	FOCUS 2L FLEX OST	UTILITARIO	2012	GASOLINA	VLA
206	FOCUS XE 2.0L FC	PASSEIO	2009	FLEX	VLA
207	L 200 4X4 GL 2.5 L	UTILITARIO	2010	DIESEL	VLA
208	ASTRA SEDAN ADVANTAGE 2.0	PASSEIO	2008	GASOLINA	VLA
209	STILO FLEX	PASSEIO	2008	FLEX	VLA
210	AGILE LTZ	PASSEIO	2010	FLEX	VLA
211	MONTANA SPORT 1.8	UTILITARIO	2010	FLEX	VLA
212	CARRETA	TRANS/BARCO	-	NÃO USA	PIMENTEIRAS
213	CARRETA	TRANS/BARCO	-	NÃO USA	PIMENTEIRAS

## 2. FLUVIAIS

Nº	EMBARCAÇÃO	PREFIXO E PATRIMONIO	TAMANHO	CAPACIDADE PESSOAS*	LOCAL
1	LANCHA TIPO ICOMA MOTOR JOHNSON, GASOLINA 40 HP (TOMB. 2010293225 - 1662)	GAIVOTA 2010293623 (2192)	5,40 MTS	5 PESSOAS	SR/RO
2	LANCHA TIPO CALAÇA MODELO HAVAI MOTOR YAMAHA, GASOLINA, 40 HP (TOMB. 2010295058 - 5114)	2010294540 (4973)	5,05 MTS	5 PESSOAS	SR/RO
3	BARCO TIPO VOADEIRA MARCA NAÚTICA	2010297183 (8857)	5,90 MTS	6 PESSOAS	SR/RO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



Nº	EMBARCAÇÃO	PREFIXO E PATRIMONIO	TAMANHO	CAPACIDADE PESSOAS*	LOCAL
4	BARCO TIPO VOADEIRA MARCA FLUVIMAR	2010296482 (8129)	5,90 MTS	5 PESSOAS	SR/RO
5	BARCO TIPO VOADEIRA MARCA FLUVIMAR	2010297188 (8862)	5,75 MTS	5 PESSOAS	SR/RO
6	LANCHA MARCA METALGLASS	2010297184 (8858)	5,00 MTS	4 PESSOAS	SR/RO
7	BARCO TIPO CALAÇA VOADEIRA	2010294538 (4971)	5 MTS	5 PESSOAS	ROOSEVELT - PB
8	BARCO TIPO CALAÇA VOADEIRA – MODELO TAROPI SURF 500	2010294537 (4970)	5 MTS	5 PESSOAS	BO/PIMENTEIRAS
9	BARCO TIPO VOADEIRA EM ALUMINIO MARCA ICOMA	GAIVOTA VII 2010293223 (0244)	5 MTS	5 PESSOAS	BO/PIMENTEIRAS
10	BARCO TIPO VOADEIRA	2010293624 (2193)	10 MTS	8 PESSOAS	DPF/VLA
11	LANCHA COM COMANDO MARCA ICOMA	GAIVOTA VI 2010293622 (2191)	6 MTS	6 PESSOAS	BO/PIMENTEIRAS
12	LANCHA TIPO CALAÇA FIBRA	2010294539 (4972)	6 MTS	6 PESSOAS	DPF/VLA
13	BARCO ALUMÍNIO	GAIVOTA 2010293621 (2190)	6 MTS	5 PESSOAS	DPF/GMI
14	LANCHA FIBRA	BOSTON 2010293382 (1538)	8 MTS 22 PÉS	7 PESSOAS	DPF/GMI
15	JET SKY MARCA HONDA – MODELO AQUATRAX F12X - GASOLINA	-	-	2	PIMENTEIRAS

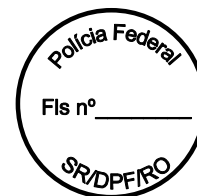
\* Incluso o CONDUTOR.

**2.1 RELAÇÃO DE MOTORES passíveis de utilização nas embarcações supracitadas**

Nº	MOTOR DE POPA	PATRIMÔNIO Nº	TIPO	COMBUSTÍVEL	LOCAL DE GUARDA
1	EVINRUDE 2T	2010296480 (2122)	15 HP	GASOLINA	SR/RO
2	JOHNSON 2T	2010296477 (8117)	115 HP	GASOLINA	SR/RO
3	MERCURY 4T	2010295354 (6759)	115 HP	GASOLINA	SR/RO



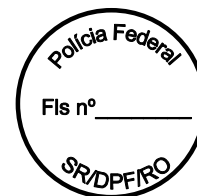
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



Nº	MOTOR DE POPA	PATRIMÔNIO Nº	TIPO	COMBUSTÍVEL	LOCAL DE GUARDA
4	MERCURY 4T	2010295355 (6760)	15 HP	GASOLINA	SR/RO
5	MERCURY 4T	2010295357 (6762)	15 HP	GASOLINA	SR/RO
6	MERCURY 4T	2010295358 (6763)	40 HP	GASOLINA	SR/RO
7	MERCURY 4T	2012012421 (12465)	115 HP	GASOLINA	SR/RO
8	SUZUKI 2T	2010296478 (8120)	15 HP	GASOLINA	SR/RO
9	SUZUKI 2T	2010296481 (2124)	15 HP	GASOLINA	SR/RO
10	YAMAHA 2T	2010297187 (8861)	15 HP	GASOLINA	SR/RO
11	MERCURY 4T	2010295356 (6761)	15 HP	GASOLINA	ROOSEVELT - PB
12	MERCURY 4T	2010295353 (6758)	115 HP	GASOLINA	DPF/VLA
13	SUZUKI 2T	2010296479 (8121)	15 HP	GASOLINA	DPF/JPN
14	JOHNSON 2T	2010294058 (3712)	45 HP	GASOLINA	DPF/GMI
15	YAMAHA 2T	2010297186 (8860)	200 HP	GASOLINA	DPF/GMI
16	YAMAHA 2T	2010299420 (11582)	200 HP	GASOLINA	DPF/GMI
17	YAMAHA 2T	2010299421 (11583)	200 HP	GASOLINA	DPF/GMI
18	YAMAHA ENDURO 2T	2010296476 (8115)	40 HP	GASOLINA	DPF/GMI
19	MARINER 2T	2010293224 (0248)	40 HP	GASOLINA	BO/PIMENTEIRAS
20	SUZUKI 2T	2010298681 (10774)	15 HP	GASOLINA	BO/PIMENTEIRAS
21	YAMAHA 2T	2010295109 (6019)	40 HP	GASOLINA	BO/PIMENTEIRAS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



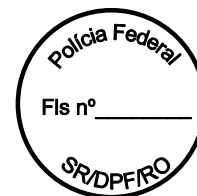
**COMPOSIÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE: BAPV  
UASG 120081**

**1. TERRESTRES**

Nº	FABRICANTE/MODELO	TIPO	ANO FABRICAÇÃO/ MODELO	COMBUSTÍVEL	CIDADE
1	FIAT / DUCATO	EMERGÊNCIA	2005/2006	DIESEL	PVH
2	RENAULT / MINIBUS	EMERGÊNCIA	2013/2013	DIESEL	PVH
3	PEUGOT / BOXER	EMERGÊNCIA	2009/2010	DIESEL	PVH
4	PEUGOT / BOXER	EMERGÊNCIA	2010/2011	DIESEL	PVH
5	GM / ASTRA	PASSEIO	2008/2009	GASOLINA	PVH
6	GM / CORSA CLASSIC	PASSEIO	2003/2003	GASOLINA	PVH
7	FIAT / DUCATO	UTILITÁRIO	2010/2011	GASOLINA	PVH
8	VW / KOMBI	UTILITÁRIO	2008/2009	GASOLINA	PVH
9	VW / KOMBI	UTILITÁRIO	2009/2009	GASOLINA	PVH
10	VW / KOMBI	UTILITÁRIO	2011/2011	GASOLINA	PVH
11	VW / KOMBI	UTILITÁRIO	2012/2012	GASOLINA	
12	RENAULT / MEGANE	PASSEIO	2006/2007	GASOLINA	PVH
13	HONDA / MOTO XRE 300	PASSEIO	2011/2011	GASOLINA	PVH
14	HONDA / MOTO XRE 300	PASSEIO	2011/2011	GASOLINA	PVH
15	VW / ÔNIBUS	UTILITÁRIO	2001/2002	DIESEL	PVH
16	VW / ÔNIBUS	UTILITÁRIO	2008/2009	DIESEL	PVH
17	SCANIA / ÔNIBUS BRANCO	UTILITÁRIO	1988/1988	DIESEL	PVH
18	VW / ÔNIBUS	UTILITÁRIO	2012/2013	DIESEL	PVH
19	AGRALE/ MICROÔNIBUS	UTILITÁRIO	2013/2013	DIESEL	PVH
20	FORD / RANGER	UTILITÁRIO	2010/2010	DIESEL	PVH
21	FORD / RANGER	UTILITÁRIO	2010/2010	DIESEL	PVH
22	GM / S-10	UTILITÁRIO	2006/2006	DIESEL	PVH
23	GM / S-10	UTILITÁRIO	2006/2007	DIESEL	PVH
24	GM / S-10	UTILITÁRIO	2011/2011	DIESEL	PVH
25	NISSAN / FRONTIER	UTILITÁRIO	2012/2013	DIESEL	PVH
26	FIAT / STRADA	UTILITÁRIO	2010/2011	GASOLINA	PVH
27	FIAT / UNO	PASSEIO	1994/1995	GASOLINA	PVH
28	FIAT / UNO	PASSEIO	2008/2008	GASOLINA	PVH
29	FIAT / UNO	PASSEIO	2010/2011	GASOLINA	PVH
30	AGRALE / TRATOR 5075	UTILITÁRIO	2011/2011	DIESEL	PVH
31	AGRALE / TRATOR 4100	UTILITÁRIO	2010/2010	DIESEL	PVH
32	YANMAR / TOBATA	UTILITÁRIO	2008/2008	DIESEL	PVH
33	IVECO / DAILY	UTILITÁRIO	2011/2012	DIESEL	PVH
34	FORD / CARGO 816 S	UTILITÁRIO	2012/2013	DIESEL	PVH



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES

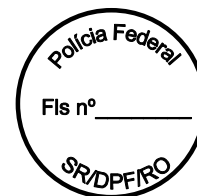


35	FORD / CARGO 2623 6X4	UTILITÁRIO	2012/2013	DIESEL	PVH
36	FORD / CARGO 816 S	UTILITÁRIO	2013/2013	DIESEL	PVH
37	FORD / CARGO 816 S	UTILITÁRIO	2013/2013	DIESEL	PVH
38	FIAT / FIORINO	UTILITÁRIO	2013/2013	GASOLINA	PVH
39	FIAT / FIORINO	UTILITÁRIO	2013/2013	GASOLINA	PVH
40	FIAT / FIORINO	UTILITÁRIO	2013/2013	GASOLINA	PVH
41	FIAT / DUCATO	UTILITÁRIO	2013/2013	DIESEL	PVH
42	AGRALE / JIPE	UTILITÁRIO	2013/2013	DIESEL	PVH
43	VW / CAM. TROPA	UTILITÁRIO	2009/2009	DIESEL	
44	MERCEDES BENZ / CAM. TROPA	UTILITÁRIO	2012/2013	DIESEL	PVH
45	MERCEDES BENZ / CAM. TROPA	UTILITÁRIO	2013/2013	DIESEL	PVH
46	MERCEDES BENZ / CAM. TROPA	UTILITÁRIO	2013/2013	DIESEL	PVH
47	AGRALE / TRATOR 4230	UTILITÁRIO	2001/2001	DIESEL	PVH





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**ANEXO I - B do Termo de Referência**

**Modelo de Proposta Comercial**

**OBJETO:** Serviços de administração, gerenciamento e controle da frota das Unidades do Departamento de Polícia Federal no estado de Rondônia - SR/DPF/RO, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciados, localizados por todo o país, principalmente, para abastecimento de combustíveis e manutenção, preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças de reposição e acessórios, para a frota de veículos e embarcações, consoante GRUPOS 1 e 2:

Item	Descrição	Mensal em R\$	Estimativa anual em R\$	%	Vlr. mensal	Valor Anual
1	Fornecimento de Combustível (Gasolina - comum e aditivada; Diesel – comum, aditivado, S50, S10 e Biodiesel; e Etanol - comum e aditivado)	59.047,50	708.569,97	% Maior desconto		
2	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia por meio de cartão magnético na rede de postos credenciados para o abastecimento dos <u>veículos e embarcações</u> que compõem a frota da SR/DPF/RO.	897,52 <sup>1</sup>	10.770,26 <sup>1</sup>	Taxa máxima de 1,52 %		
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA</b> = Valor total dos itens 1 e 2						

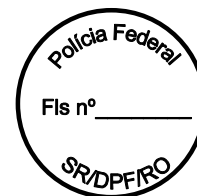
<sup>1</sup> Valor correspondente a taxa de administração sobre a estimativa de consumo de combustíveis.

Obs.: O percentual de desconto deverá ser concedido em toda Nota Fiscal sobre o valor total dos combustíveis e, sobre o valor total após o desconto, será acrescida a taxa de administração.

Item	Descrição	Mensal em R\$	Estimativa anual em R\$	%	Vlr. mensal	Quant.	Valor total
------	-----------	---------------	-------------------------	---	-------------	--------	-------------



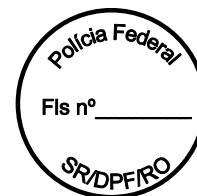
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



8	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia por meio magnético na rede de estabelecimentos credenciados para a manutenção operacional, preventiva e corretiva dos <b>veículos</b> e <b>embarcações</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO. Taxa de Administração de .....%	1.077,20 <sup>2</sup>	12.926,41 <sup>2</sup>	Taxa Máxima de 1,88 %		24 meses	
4	Fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de <b>veículos</b> da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.	35.409,12	424.909,40	% Maior desconto		24 meses	
5	Fornecimento parcelado de peças e	3.766,75	45.201,03	% Maior		12 meses	



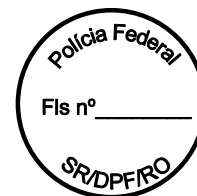
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



	acessórios para <u>embarcações</u> , originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de veículos da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.			desconto			
6	Serviços de manutenção em geral, incluído socorro mecânico e por guincho/reboque dos <u>veículos</u> que compõem a frota da SR/DPF/RO.	16.401,52	196.818,28			24 meses	
7	Serviços de manutenção em geral, incluído socorro mecânico e por guincho/reboque das <u>embarcações</u> que compõem a frota da SR/DPF/RO.	1.659,01	19.908,17			12 meses	
Σ	Serviços de manutenção e reposição de peças (somatório dos itens 4, 5, 6 e 7)	57.236,40	686.836,88				
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA</b> – (resultado do somatório da taxa de administração com o valor total de gastos com serviços de manutenção e reposição de peças -							



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



(soma dos itens 3, 4, 5, 6 e 7 )			
----------------------------------	--	--	--

<sup>2</sup> Valor correspondente a taxa de administração sobre a estimativa de despesas com os serviços de manutenção e fornecimento de peças, ou seja, sobre o valor da linha Σ.

**OBS. OS ITENS 6 e 7 NÃO SERÃO OBJETO DE DISPUTA, DEVENDO O LICITANTE LANÇAR OS MESMOS VALORES EM SUA PROPOSTA DE PREÇOS.**

**OBS 2. O PERCENTUAL DE DESCONTO DEVERÁ SER CONCEDIDO SOBRE O VALOR TOTAL DAS PEÇAS E A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SERÁ ACRESCIDA APÓS O DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA**

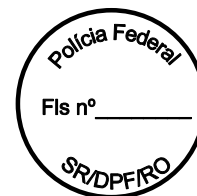
**GRUPO 03 – ÓRGÃO PARTICIPANTE: BASE AÉREA DE PORTO VELHO – BAPV**

**UASG: 120081**

Item	Descrição	Mensal em R\$	Estimativa anual em R\$	%	Vlr. mensal	Valor anual
3	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia por meio magnético na rede de estabelecimentos credenciados para a manutenção operacional, preventiva e corretiva dos <b>veículos</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO. Taxa de Administração de .....%	438,72 <sup>2</sup>	5.264,60 <sup>2</sup>	Taxa Máxima de 1,88 %		
9	Fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de <b>veículos</b> da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.	16.668,00	200.016,00	% Maior desconto		
10	Serviços de manutenção em geral, incluído socorro mecânico e por guincho/reboque dos	6.668,00	80.016,00			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



	<b>veículos</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO.					
Σ	Serviços de manutenção e reposição de peças (somatório dos itens 9 e 10)	23.336,00	280.032,00			
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA</b> – (resultado do somatório da taxa de administração com o valor total de gastos com serviços de manutenção e reposição de peças - <b>(soma dos itens 3, 9 e 10)</b> )						

<sup>2</sup> Valor correspondente a taxa de administração sobre a estimativa de despesas com os serviços de manutenção e fornecimento de peças, ou seja, sobre o valor da linha Σ.

**OBS. O item 10 NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA, DEVENDO O LICITANTE LANÇAR OS MESMOS VALORES EM SUA PROPOSTA DE PREÇOS.**

**OBS 2. O PERCENTUAL DE DESCONTO DEVERÁ SER CONCEDIDO SOBRE O VALOR TOTAL DAS PEÇAS E A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SERÁ ACRESCIDA APÓS O DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA**

Observações:

a) Os quantitativos constantes nas planilhas, referentes a consumos mensal e anual, são apenas estimativos, não constituindo nenhuma obrigação de contratação, parcial ou total, para a SR/DPF/RO;

b) O licitante deverá cotar todos os itens do grupo, sob pena de desclassificação.

Declaramos que os valores contidos na proposta contemplam todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto a SR/DPF/RO, e que estamos cientes de que os valores estimados pela administração não constituem obrigação de contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2013  
(60 DIAS NO MÍNIMO).

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

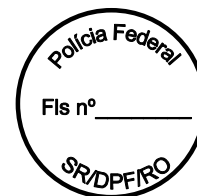
FIRMA: \_\_\_\_\_

CNPJ Nº: \_\_\_\_\_

CARIMBO PADRONIZADO CNPJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

FONE/FAXP/CONTATO: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Banco (CÓD): \_\_\_\_\_

Agência (CÓD) \_\_\_\_\_ Praça : \_\_\_\_\_

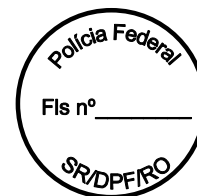
Optante pelo SIMPLES: ( ) Sim ( ) Não

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
Responsável –  
cargo/função - cpf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



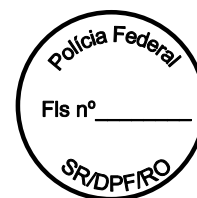
**ANEXO I - C do Termo de Referência**  
**Modelo CHECK LIST DE RECEBIMENTO DE VEÍCULO - CONTRATO XXX**

PLACA NO VEÍCULO	MARCA	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO

Nº	CHECAGEM DE ITENS CONSTANTES NO VEICULO	SIM	NÃO	Nº	TESTE DE RODAGEM - VERIFICAR O FUNCIONAMENTO E RUÍDOS, COM OBSERVAÇÃO EM CADA ITEM ANTES DE CADA SERVIÇO/RECEBIMENTO:
1	ESTEPE			1	PARTIDA:
2	CHAVE DE RODAS			2	MOTOR:
3	MACACO			3	EMBREAGEM E ACIONAMENTO DA EMBREAGEM:
4	TRIÂNGULO			4	CAMBIO E COMANDOS DO CÂMBIO:
5	EXTINTOR			5	DIREÇÃO:
6	CRLV (DOCUMENTO)			6	SUSPENSÃO:
7	SINALIZADOR			7	FREIOS:
8	RADIO COMUNICADOR			8	ESCAPAMENTO:
				9	INSTRUMENTOS E COMANDOS DO PAINEL:
				10	LUZES, FARÓIS, LANTERNAS, ESTROBOS, LUZES DE EMERGÊNCIA:
				11	ACESSÓRIOS (AR CONDICIONADO, VIDROS, TRAVAS, SISTEMA DE SOM, ALARME, ETC):
				12	DESEMPENHO:
				13	NÍVEL DE ÓLEO DO MOTOR, FLUIDOS DO LIMPADOR E ARREFECIMENTO:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



	<div><div><div>COMBUSTÍVEL</div><div>ENTRADA</div><div></div><div>SAÍDA</div><div></div></div><div><div><input checked="" type="checkbox"/> BATIDO</div><div><input type="checkbox"/> RISCADO</div><div><input type="checkbox"/> QUEBRADO</div></div></div>	<div><div>COR DO VEÍCULO</div><div></div></div> <div><div>ESTADO DOS PNEUS</div><table><thead><tr><th></th><th>B</th><th>M</th><th>R</th></tr></thead><tbody><tr><td>DIANTEIROS</td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td></tr><tr><td>TRASEIROS</td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td></tr><tr><td>ESTEPE</td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td></tr></tbody></table></div>		B	M	R	DIANTEIROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	TRASEIROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ESTEPE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	B	M	R															
DIANTEIROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>															
TRASEIROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>															
ESTEPE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>															

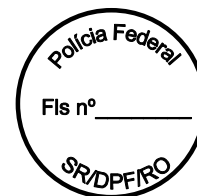
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES


DATA/HORA	RESPONSÁVEL PELA ENTREGRA	
____/____/____  ____H____M	NOME:	
	ASSINATURA	
	RECEBEDOR	
	NOME	
	ASSINATURA	





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

#### PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2013- SR/DPF/RO

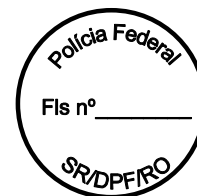
**OBJETO:** Serviços de administração, gerenciamento e controle da frota das Unidades do Departamento de Polícia Federal no estado de Rondônia - SR/DPF/RO, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciados, localizados por todo o país, principalmente, para abastecimento de combustíveis e manutenção, preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças de reposição e acessórios, para a frota de veículos e embarcações, consoante GRUPOS 1 e 2:

##### GRUPO 01

Item	Descrição	Mensal em R\$	Estimativa anual em R\$	%	Vlr. mensal	Valor Anual
1	Fornecimento de Combustível (Gasolina - comum e aditivada; Diesel – comum, aditivado, S50, S10 e Biodiesel; e Etanol - comum e aditivado)	59.047,50	708.569,97	% Maior desconto		
2	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia por meio de cartão magnético na rede de postos credenciados para o abastecimento dos <u>veículos e embarcações</u> que compõem a frota da SR/DPF/RO.	897,52 <sup>1</sup>	10.770,26 <sup>1</sup>	Taxa máxima de 1,52 %		
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA</b> = Valor total dos itens 1 e 2						



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



<sup>1</sup> Valor correspondente a taxa de administração sobre a estimativa de consumo de combustíveis.

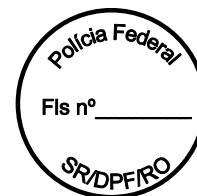
Obs.: O percentual de desconto deverá ser concedido em toda Nota Fiscal sobre o valor total dos combustíveis e, sobre o valor total após o desconto, será acrescida a taxa de administração.

GRUPO 02

Item	Descrição	Mensal em R\$	Estimativa anual em R\$	%	Vlr. mensal	Valor anual
8	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia por meio magnético na rede de estabelecimentos credenciados para a manutenção operacional, preventiva e corretiva dos <b>veículos e embarcações</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO. Taxa de Administração de .....%	1.077,20 <sup>2</sup>	12.926,41 <sup>2</sup>	Taxa Máxima de 1,88 %		
4	Fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de <b>veículos</b> da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.	35.409,12	424.909,40	% Maior desconto		
5	Fornecimento parcelado de peças e acessórios para <b>embarcações</b> , originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de veículos da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.	3.766,75	45.201,03	% Maior desconto		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



6	Serviços de manutenção em geral, incluído socorro mecânico e por guincho/reboque dos <b>veículos</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO.	16.401,52	196.818,28			
7	Serviços de manutenção em geral, incluído socorro mecânico e por guincho/reboque das <b>embarcações</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO.	1.659,01	19.908,17			
Σ	Serviços de manutenção e reposição de peças (somatório dos itens 4, 5, 6 e 7)	57.236,40	686.836,88			
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA</b> – (resultado do somatório da taxa de administração com o valor total de gastos com serviços de manutenção e reposição de peças - <b>(soma dos itens 3, 4, 5, 6 e 7)</b> )						

<sup>2</sup> Valor correspondente a taxa de administração sobre a estimativa de despesas com os serviços de manutenção e fornecimento de peças, ou seja, sobre o valor da linha Σ.

**OBS. OS ITENS 6 e 7 NÃO SERÃO OBJETO DE DISPUTA, DEVENDO O LICITANTE LANÇAR OS MESMOS VALORES EM SUA PROPOSTA DE PREÇOS.**

**OBS 2. O PERCENTUAL DE DESCONTO DEVERÁ SER CONCEDIDO SOBRE O VALOR TOTAL DAS PEÇAS E A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SERÁ ACRESCIDA APÓS O DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA**

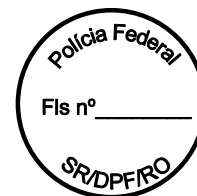
**GRUPO 03 – ÓRGÃO PARTICIPANTE: BASE AÉREA DE PORTO VELHO – BAPV**

**UASG: 120081**

Item	Descrição	Mensal em R\$	Estimativa anual em R\$	%	Vlr. mensal	Valor anual
3	Serviços de gestão de frota com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia por meio magnético na rede de estabelecimentos credenciados para a manutenção	438,72 <sup>2</sup>	5.264,60 <sup>2</sup>	Taxa Máxima de 1,88 %		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



	operacional, preventiva e corretiva dos <b>veículos</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO. Taxa de Administração de .....%					
9	Fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos, de primeiro uso, necessários a manutenção da frota de <b>veículos</b> da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.	16.668,00	200.016,00	% Maior desconto		
10	Serviços de manutenção em geral, incluído socorro mecânico e por guincho/reboque dos <b>veículos</b> que compõem a frota da SR/DPF/RO.	6.668,00	80.016,00			
Σ	Serviços de manutenção e reposição de peças (somatório dos itens 9 e 10)	23.336,00	280.032,00			
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA</b> – (resultado do somatório da taxa de administração com o valor total de gastos com serviços de manutenção e reposição de peças - <b>(soma dos itens 3, 9 e 10)</b> )						

<sup>2</sup> Valor correspondente a taxa de administração sobre a estimativa de despesas com os serviços de manutenção e fornecimento de peças, ou seja, sobre o valor da linha Σ.

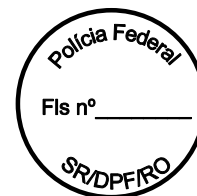
**OBS. O item 10 NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA, DEVENDO O LICITANTE LANÇAR OS MESMOS VALORES EM SUA PROPOSTA DE PREÇOS.**

**OBS 2. O PERCENTUAL DE DESCONTO DEVERÁ SER CONCEDIDO SOBRE O VALOR TOTAL DAS PEÇAS E A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SERÁ ACRESCIDA APÓS O DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA**

Observações:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



a) Os quantitativos constantes nas planilhas, referentes a consumos mensal e anual, são apenas estimativos, não constituindo nenhuma obrigação de contratação, parcial ou total, para a SR/DPF/RO;

b) O licitante deverá cotar todos os itens do grupo, sob pena de desclassificação.

Declaramos que os valores contidos na proposta contemplam todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto a SR/DPF/RO, e que estamos cientes de que os valores estimados pela administração não constituem obrigação de contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2013  
(60 DIAS NO MÍNIMO).

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

FIRMA: \_\_\_\_\_

CNPJ Nº: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

FONE/FAXP/CONTATO: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Banco (CÓD): \_\_\_\_\_

Agência (CÓD) \_\_\_\_\_ Praça : \_\_\_\_\_

Optante pelo SIMPLES: ( ) Sim ( ) Não

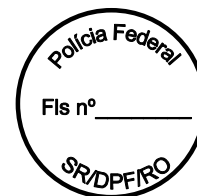
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

CARIMBO PADRONIZADO CNPJ

\_\_\_\_\_  
Responsável –  
cargo/função - cpf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



### **ANEXO III**

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2013**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2013**

PROCESSO Nº 08475.017512/2013-63

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos **XX** dias do mês de outubro de 2013, a União, por intermédio da Superintendência do Departamento de Polícia Federal em Rondônia, com sede na Av. Lauro Sodré, nº 2905, Nacional, Porto Velho-RO, CEP 76.802-449, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.494/0038-28, neste ato representado por **(NOME DA AUTORIDADE E CARGO)**, nomeado pela Portaria nº XXXX, de XX/XX/XXXX, publicada em XX/XX/XXXX, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2.394/2012, publicada em 20/04/2012;

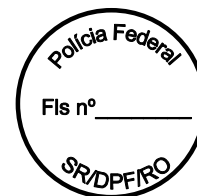
Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do **Decreto nº 7.892, de 2013**; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; do Decreto nº 2.271, de 1997; da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2013**, conforme homologado pelo Ordenador de Despesa;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) nas quantidades cotadas, para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, cuja proposta foi classificada em **XX** lugar no certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual contratação do serviço de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTA com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, localizados por todo o país, principalmente junto às unidades elencadas no item 2.7 do Termo de Referência, para abastecimento e manutenção operacional, preventiva e corretiva, incluído o fornecimento de peças de reposição, acessórios, socorro mecânico e transporte por guincho dos veículos e embarcações que compõem a frota da Superintendência Regional em Rondônia e órgão participante, conforme especificações do Termo de Referência e quantitativos estabelecidos abaixo:

### GRUPO 01

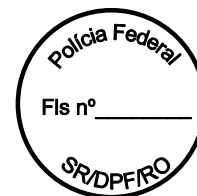
Item	Descrição/ Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Valor total
1					
2					

### GRUPO 02

Item	Descrição/ Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Valor total
8					
4					
5					
6					
7					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



GRUPO 03

<b>I t e m</b>	<b>Descrição/ Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço Unitário</b>	<b>Valor total</b>
3					
9					
10					

**1.1.1.** A descrição e a especificação detalhada do serviço e das tarefas que o compõem constam do Termo de Referência.

**1.1.2.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

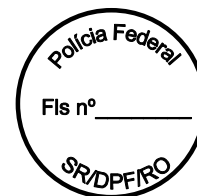
**2.1.** O órgão gerenciador será a Superintendência do Departamento de Polícia Federal em Rondônia.

**2.2.** São participantes os seguintes órgãos, que manifestaram sua concordância com o objeto a ser licitado, mediante o procedimento da Intenção do Registro de Preços (IRP) anexado a este Edital, ou de forma direta e prévia, e que formalizaram estes atos, conforme os documentos aprovados pela autoridade competente, também anexados ao processo administrativo, nas quantidades e condições especificadas no termo de referência:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>
3	BAPV	MENSAL	12
9	BAPV	MENSAL	12
10	BAPV	MENSAL	12

**2.3.** São de competência do órgão participante:

**2.4.** a) tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

**2.5.** b) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador”

### **3. DA ADESÃO À ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**3.1.** A adesão à ata por órgãos não participantes seguirá o seguinte procedimento:

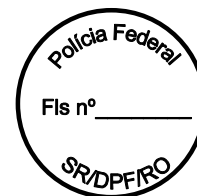
**3.2.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993. A adesão à ata por órgão não participante somente será autorizada pelo órgão gerenciador após a primeira aquisição ou contratação por órgão que integre a ata, exceto quando, mediante justificativa anexada aos autos, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

**3.2.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.2.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.2.3.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao .....(preencher com o quantitativo permitido, lembrando-se que o máximo previsto no Decreto nº 7.892/2013 é o quádruplo) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata

**3.2.4.** Após a autorização do órgão gerenciador, caberá ao órgão não participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observando-se o prazo de vigência da ata.

**3.2.5.** Cabe ao órgão não participante realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento por parte do fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das cláusulas contratuais relativas às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciado.

**3.2.6.** Faculta-se aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a esta ata de registro de preços.

**3.2.7.** Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se de que a contratação atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

#### **4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (**doze**) meses, a contar da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 (doze) meses.

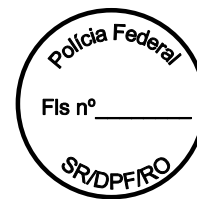
#### **5. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892 de 2013.

**5.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**5.3.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**5.4.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**5.4.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**5.4.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**5.4.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**5.5.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitaram reduzir seus preços aos valores de mercado, se houver, observará a classificação original.

**5.6.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**5.6.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**5.6.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**5.7.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

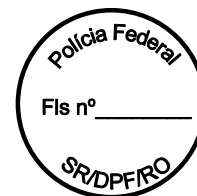
**5.8.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## **6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**6.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**6.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**6.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**6.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666 de 1993 ou no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

**6.1.5.** Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**6.2.** Ocorrendo fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o seu cumprimento, devidamente comprovados e justificados, a Ata poderá ser cancelada:

**6.2.1.** por razão de interesse público; ou

**6.2.2.** a pedido do fornecedor.

**6.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## **7. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

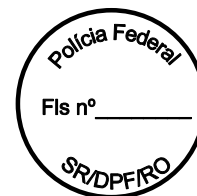
**7.1.1.** A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2013

**7.1.2.** As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

**7.2.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 9º, inciso XI, do Decreto nº 7.892, de 2013).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**7.3.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em ata para, a cada contratação, no prazo de 10 **(dez) dias úteis**, assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**7.3.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, desde que se respeite o prazo de validade da Ata.

**7.4.** Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010.

**7.5.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7.5.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**7.6.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**7.7.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**7.8.** A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

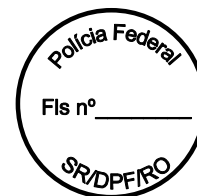
**7.9.** Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

## **8. DA GARANTIA**

**8.1.** A prestação de garantia segue o quanto estabelecido no edital, se for exigida.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



## **9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO**

**9.1.** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por **períodos sucessivos**, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.1.1.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**9.2.** Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

**9.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando:

**9.3.1.** A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos;

**9.3.1.1.** Para tanto, a Contratante consultará o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), em nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**9.3.2.** A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.3.3.** A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

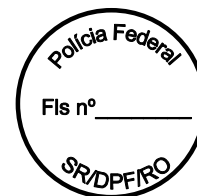
**9.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência, que estabelece as Obrigações da Contratante e Contratada, os critérios de Recebimento e Aceitação do Objeto, a disciplina



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



do pagamento, do controle da execução do contrato e das infrações e sanções administrativas.

**10.2.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 03/2013** e a proposta da empresa.

**10.3.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**10.4.** O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Seção Judiciária de Porto Velho/RO - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Município de **XXXX, XX** de Outubro de 2013.

Representante do Órgão

Representante da Empresa

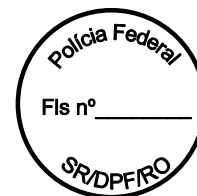
#### **ANEXO IV**

#### **MINUTA DO CONTRATO**

PROCESSO Nº 08475.017512/2013-63



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



CONTRATO Nº XXXX/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM  
RONDÔNIA, E A EMPRESA XXXX.

A União, por intermédio da **Superintendência Regional do DPF em Rondônia**, com sede no XXXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXXX, neste ato representado pelo **(NOME DA AUTORIDADE E CARGO)**, nomeado pela Portaria nº XXXX, de XX/XX/XXXX, publicada em XX/XX/XXXX, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº XXXX, de XX/XX/XXXX, publicada em XX/XX/XXXX, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor XXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX, e o resultado final do **Pregão nº 003/2013**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, no Decreto nº 2.271, de 1997, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O contrato tem como objeto a prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de frota, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, localizados por todo o país, principalmente junto às unidades elencadas no subitem 3.33 deste, para abastecimento e manutenção operacional, preventiva e corretiva, incluído o fornecimento de peças de reposição, acessórios, socorro mecânico e transporte por guincho dos veículos e embarcações que compõem a frota da Superintendência Regional em Rondônia, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

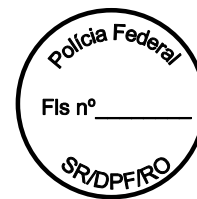
**1.1.1.** Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão nº 003/2013**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**2.1.** O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**3.1.** Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

**3.2.** A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

**3.3.** Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador - servidor designado pela CONTRATANTE – mediante opções de execução oferecidas (menus).

**3.4.** O prazo máximo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante é de 4h (quatro horas).

**3.5.** Os estabelecimentos da rede credenciada pela Contratada deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação do estabelecimento credenciado.

**3.6.** Para o montante das peças a substituir, a CONTRATADA através da rede credenciada deverá fornecer orçamento contendo a relação de peças e valores para apreciação da CONTRATANTE, discriminando o preço de cada peça, o qual se limitará ao preço sugerido pela fabricante do veículo quando referir-se a original.

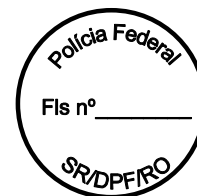
**3.7.** As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão entregar à CONTRATANTE todas as peças substituídas e/ou inutilizadas nas embalagens das novas peças adquiridas, devidamente protegidas de qualquer vazamento de óleo tão logo executado e relação de peças utilizadas constando marca e modelo antes da efetiva aprovação dos serviços no sistema e ainda os certificados de garantia das novas peças, obedecidos os prazos estabelecidos neste e ou pelo fabricante.

**3.8.** As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

**3.9.** Para os veículos terrestres:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



- a)** As peças, materiais ou acessórios a serem utilizados nos consertos dos veículos deverão ser sempre originais, compatíveis com o veículo, observada a garantia estipulada pelo fabricante, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is), mesmo após o encerrado o contrato;
- b)** 06 (seis) meses ou 10.000 KM (dez mil quilômetros), prevalecendo aquele que ocorrer primeiro,- para os serviços executados pelas oficinas credenciadas da Contratada onde não houver utilização de peças, inclusive os que se referirem a peças de retifica de motor, lanternagem e pintura, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is), exceto alinhamento de direção e balanceamento que será de 30 (trinta) dias.

Para os veículos fluviais:

- a) A garantia das peças repostas deverá compreender o disposto no item 3.9, letras a e b, quando aplicáveis.
- b) 03 (três) meses ou 50 (cinquenta) horas de navegação, o que ocorrer primeiro, para os serviços executados pelos estabelecimentos credenciados pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is), mesmo após o encerramento do contrato, independentemente do local realizado.
- c) Para os serviços de pintura fica estabelecida a garantia mínima de 03 (três) meses, sem limite de horas de funcionamento, exceto fundo do casco após raspagem

**3.10.** Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a SR/DPF/RO, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, obrigam-se a:

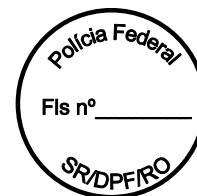
- \* Substituir o material defeituoso;
- \* Corrigir defeitos de fabricação;
- \* Trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação pela SR/DPF/RO, este prazo poderá sofrer alteração mediante justificativa da contratada e acatada pelo(s) fiscal(is) do contrato.

**3.11.** Todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de reparação, despesas com deslocamento de equipes, comunicação, entre outros, será por conta e responsabilidade da CONTRATADA.

**3.12.** Todos os serviços executados ou produtos fornecidos pelos estabelecimentos conveniados (postos, oficinas, concessionárias) pela Contratada estarão sujeitos à aceitação pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia, que aferirá se satisfazem o padrão de qualidade necessário e exigido em cada caso, sob pena de providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando a CONTRATADA com todas as



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



despesas decorrentes, tão logo comunicado a não aceitação pela CONTRATANTE.

**3.13.** Os serviços serão executados com observância dos prazos, condições e valores constantes nas tabelas e ferramenta abaixo citadas, que deverão ser fornecidas à SR/DPF/RO pela CONTRATADA após a assinatura do(s) instrumento(s) contratual(is):

- a) Tabelas do Fabricante de Tempo Padrão de Reparos (hora-trabalho), para os serviços de mão de obra;
- b) Tabela Oficial de Preços de Peças e Acessórios Novos e Genuínos, emitida pelos fabricantes dos veículos.
- c) Sistema eletrônico nacionalmente reconhecido para utilização de tabelas de Tempo Padrão. (Ex: Audatex).

**3.14.** A Contratante deverá adquirir as peças ou acessórios sendo considerado como critério de aceitabilidade além do preço, a proximidade do local de execução dos serviços, avaliando-se o custo/benefício.

**3.15.** No caso de comprovada necessidade para aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do(s) GESTOR(ES) DA BASE e/ou servidor designado pela SR/DPF/RO.

**3.16.** A fiscalização de preços ficará a cargo do(s) fiscal(is) designado(s) pela SR/DPF/RO, devendo a Contratada garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite máximo o praticado nas autorizadas dos veículos e/ou com os valores médios praticados no mercado, o que for mais vantajoso a CONTRATANTE.

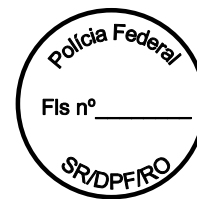
**3.17.** A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo da viatura (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

**3.18.** O prazo para execução dos serviços será informado em cada orçamento, obedecendo ao seguinte:

- a) para manutenção operacional e preventiva: máximo 48 (quarenta e oito) horas após a aprovação do respectivo orçamento;
- b) para manutenção corretiva: máximo 120 (cento e vinte) horas após a aprovação do respectivo orçamento, acrescido do prazo de entrega, pelo(s) fornecedor(es), da(s) peça(s) eventualmente necessária(s);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



c) para serviços especiais (assim considerados os serviços de manutenção corretiva especializada não realizada pela Contratada): prazo a combinar com a fiscalização do contrato, o qual deverá ser compatível com o total de horas despendidas para o conserto, conforme orçamento, tendo como base o tempo padrão de mão-de-obra .

**3.19.** Na execução dos serviços de manutenção dos veículos (terrestres e fluviais) deverão ser disponibilizados, no mínimo, os seguintes equipamentos e instalações quando aplicáveis:

**I – MECÂNICA/ELÉTRICA**

- \* Equipamento de análise eletrônica e diagnóstico (para análise e leitura das partes elétrica e eletrônica);
- \* Multímetro;
- \* Lavadora de peças;
- \* Macaco para motor;
- \* Medidor de pressão do sistema de arrefecimento;
- \* Medidor de compressão de cilindros;
- \* Medidor de pressão para sistema de injeção eletrônica;
- \* Elevador de veículos;
- \* Equipamento para limpeza e regulagem de bicos injetores;

**II – TAPEÇARIA/FUNILARIA**

- \* Rebitador;
- \* Tracionadores: conjunto para reparo de carroceria;
- \* Ventosas para manuseio de vidros;
- \* Máquina e/ou equipamento para soldagem, etc;

**III – PINTURA**

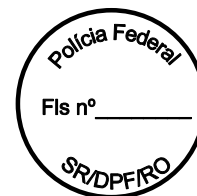
- \* Cabine de pintura e estufa de secagem;
- \* Pistola;
- \* Compressor;
- \* Laboratório de tintas, etc;

**IV – GERAIS**

- \* Iluminação adequada;
- \* Sistema de proteção contra incêndio dentro dos padrões do Corpo de Bombeiros;
- \* Ferramentas adequadas para cada tipo, ano e modelo do veículo;
- \* infraestrutura necessária à realização dos serviços, local para docagem, estadia, execução dos serviços de mecânica, ajustagem, raspagem do casco e outros serviços que só podem ser feitos com a embarcação fora da água;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



\* disponibilizar todo o material de consumo e material de uso duradouro, necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, como correias, anodos, anticorrosivos, filtros, tubos, adesivos (para as embarcações ostensivas), graxas, todo material de apoio utilizado na pintura como plástico, lona de cobertura, lixas, pincéis, espátulas, detergente neutro, cera e outros materiais de insumo necessários à realização da manutenção preventiva diária das embarcações, bem como toda ferramenta necessária para sua realização.

**3.20.** O veículo da CONTRATANTE só poderá ser testado, num raio de até 20 km do local da execução dos serviços, com os distintivos do veículo cobertos por faixa ou adesivo com a inscrição “VEÍCULO EM TESTE”.

**3.21.** Determinados veículos poderão necessitar que sua manutenção seja efetuada em concessionária autorizada do respectivo fabricante do veículo, seja pela especificidade do serviço ou para fins de manutenção de sua garantia, sempre a critério da CONTRATANTE.

**3.22.** Quando da entrega do veículo na oficina e no seu recebimento deverá ser preenchido *Check list*, em formulário próprio, de duas vias, logo que chegar ao local, antes de iniciar qualquer atendimento ao veículo e no recebimento pelo GESTOR DA BASE, contendo no mínimo os seguintes dados: identificação do veículo (marca, modelo, cor, ano e placa); data e hora do recebimento; nível de combustível e quilometragem; marca/modelo e estado de conservação dos pneus; citar os acessórios (rádio/CD, sirene, rádio comunicador policial, sinalizador automotivo, etc.), equipamentos obrigatórios macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), condições aparentes de sua lataria, carroceria e tapeçaria, pertences deixados no seu interior; descrição resumida dos serviços requeridos ou dos defeitos apresentados; validação do recebimento das peças substituídas, nome e assinatura do usuário e recebedor, consoante modelo do ANEXO I – C deste.

**3.23.** Deverão ser efetuadas no formulário de *check-list* ressalvas no momento do recebimento do veículo pela CONTRATADA, caso haja alguma divergência ou avaria.

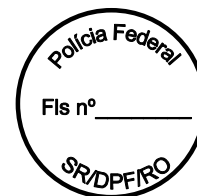
**3.24.** O “*check-list*” para ter validade deverá ser assinado pelo usuário e recebedor.

**3.25.** Os serviços para manutenção dos veículos constantes deste é exemplificativo não excluindo nenhum outro serviço necessário para o bom funcionamento do bem.

<b>Mecânica Geral</b>	Consiste em serviços de mecânica em motor, retífica, caixa de câmbio, caixa de direção, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, turbina, sistema de freios e embreagem e todos os outros serviços afins.
-----------------------	---



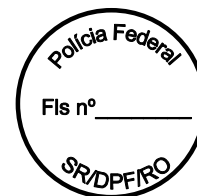
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



<b>Lanternagem</b>	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio (tipo baú), solda em geral e todos os outros serviços afins.
<b>Pintura / Estufa</b>	Consiste em serviços de pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, identificação visual e adesivagem de caracterização de viatura ostensiva e todos os outros serviços afins.
<b>Capotaria</b>	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins.
<b>Sistema Elétrico</b>	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização identificadora, luz e som (giroflex, kojack e sirene), (faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de parabrisa e outros).
<b>Sistema Hidráulico</b>	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros).
<b>Borracharia completa</b>	Consiste em remendos, em pneus com e sem câmara de ar, troca de pneus, câmaras de ar, colocação de rodas, calotas e todos os outros serviços afins.
<b>Balanceamento, Alinhamento Cambagem</b>	Consiste em serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins.
<b>Suspensão</b>	Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins.
<b>Instalação de Acessórios</b>	Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos, assim como, o conserto e instalação de acessórios de som e imagem, tapetes, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, película de insulfilm.
<b>Vidraceiro</b>	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



	lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas e polimento dos parabrisas e todos os outros serviços afins.
<b>Chaveiro</b>	Confecção de chaves, codificação e outros serviços afins.
<b>Ar condicionado</b>	Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins.
<b>Troca de Óleo</b>	Consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, do câmbio e da direção hidráulica, com substituição dos elementos filtrantes (ar, combustível, óleo lubrificante).

**3.26.** Os serviços de manutenção serão efetuados de acordo com as normas e padrões do fabricante, bem como de toda legislação aplicável, não só para contribuir para o aumento da vida útil do veículo, mas também para obedecer às normas legais em vigência.

**3.27.** A Contratada deverá prestar contas e esclarecimentos sobre as peças e acessórios adquiridos e serviços subcontratados, fornecendo toda e qualquer informação a CONTRATANTE para regular acompanhamento da execução contratual.

#### ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA POR REBOQUE E SOCORRO MECÂNICO

\* Fornecer serviços de reboque por carro guincho ou plataforma hidráulica quando os veículos da Contratante não puderem trafegar, em consequência de defeitos mecânicos, elétricos ou quaisquer outras avarias ou panes ocorridas, ou no caso de veículos apreendidos pela Contratante, que necessitem de deslocamento até uma das unidades da Polícia Federal.

\*) O serviço de reboque será prestado em regime de plantão de 24 horas x 7 dias por semana, devendo ser disponibilizado a Contratante número de telefone para chamada direta fora do horário de expediente, sem qualquer ônus a SR/DPF/RO.

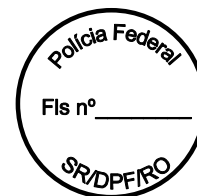
\* O prazo máximo para atendimento de chamados/solicitações será:

- i) No perímetro urbano dos municípios elencados no item 2.7 deste: 01 (uma) hora;
- ii) Em outras regiões de Rondônia: 02 (duas) horas para cada 100 km, ou fração, de distância entre a localização do veículo e o município de destino indicado pela Contratante.
- iii) Caso haja necessidade de serviço de reboque fora dos limites do Estado de Rondônia será solicitado à contratada orçamento prévio.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**iv)** No caso de prestação de serviços dentro do Estado de Rondônia, a autorização verbal do Fiscal de Contrato, via telefone, bastará para que a credenciada da CONTRATADA inicie a prestação do serviço, quando a urgência da situação o demandar.

**3.28.** Nos serviços de socorro mecânico e/ou guincho deverá ser preenchido check-list nos termos do Termo de Referência:

**a)** O termo socorro mecânico deve ser entendido como a ida até o local da ocorrência, e reparo, ainda que paliativo, mas sem comprometimento da segurança de trânsito, ou reparo definitivo no local, nos casos de serviços mais simples. Entretanto, nos casos de serviços que envolvam maior complexidade, em que somente a estrutura da oficina permita o reparo, deverá a contratada efetuar o reboque até o endereço do estabelecimento a realizar os serviços de manutenção. No caso de pequenos reparos que possam ser feitos no local, o Fiscal de Contrato poderá dar sua anuência para execução do serviço, depois de informado previamente dos custos aproximados com peças e mão de obra que coloquem o veículo em condições de mobilidade.

**3.29.** A Credenciada pela CONTRATADA poderá submeter o serviço de socorro mecânico e de reboque a terceiros, sem prévia autorização da Contratante responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços.

**3.30. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LAVAGEM**

**3.30.1.** O serviço de lavagem compreende a lavagem interna e externa do veículo da Contratante com a utilização de produtos adequados, aplicação de cera em sua lataria e respectivo polimento.

**3.30.2.** A Contratada poderá submeter o serviço de lavagem a terceiros, sem prévia autorização da Contratante, porém responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados.

**3.30.3.** No caso dos veículos pesados, além do serviço de lavagem deverá ser realizada lubrificação, no(a)(s):

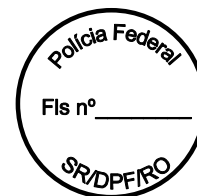
- a) eixo de acionamento do rolamento da embreagem/sapatas do garfo;
- b) juntas universais e os entalhos das árvores de transmissão (cardã);
- c) articulações da suspensão dianteira e traseira.

**3.31.** A entrega do veículo deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas a partir da





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



disponibilização do mesmo pela Contratante, no caso de veículos leves e médios, e em até 8 (oito) horas no caso de veículos pesados. Casos excepcionais serão avaliados pela fiscalização do contrato.

**3.32.** O preço a ser pago pelo serviço de lavagem será o equivalente ao valor de 1 (uma) hora de trabalho de serviço mecânico para veículo leve/utilitário e; valor de 2 (duas) horas de trabalho de serviço mecânico para veículo pesado.

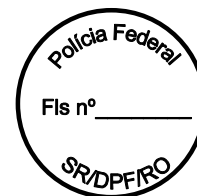
**3.33.** A prestação dos serviços de gestão da frota atenderá as Unidades Administrativas da Polícia Federal em Rondônia:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO
Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/DPF/RO)	Av. Lauro Sodré, n° 2905, bairro Nacional <b>Porto Velho/RO</b>
Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná (DPF/JPN/RO)	Rua Eng. Manoel Barata Almeida da Fonseca, 262 – Dois de Abril - <b>Ji-Paraná/RO</b>
Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO (DPF/GMI/RO)	Av. Presidente Dutra, n° 108 - bairro Centro <b>Guajará-Mirim/RO</b>
Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO (DPF/VLA/RO)	Av. Quinze de Novembro, n° 3.485 – bairro Centro - <b>Vilhena/RO</b>
<b>Posto Avançado – Operação Roosevelt</b>	Rua Floriano Peixoto, 336, bairro Alvorada <b>Pimenta Bueno – RO</b>
<b>Base Operacional – CONFRON</b>	Avenida Brasil n° 883, bairro Centro - <b>Pimenteiras - RO</b>
<b>Base Operacional – Arco de Fogo</b>	Rua Independência, n° 1950, bairro Centro <b>Espigão Doeste - RO</b>

**3.33.1.** A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, conforme disposto no Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1.** A CONTRATADA obriga-se a:

**4.2.** Prestar os serviços objeto deste, cuja abrangência estender-se-á a todas as unidades da Polícia Federal em Rondônia, de acordo com as especificações e normas previstas e vigentes, utilizando-se de recursos tecnológicos apropriados, de infraestrutura adequada e equipe técnica exigida.

**4.3.** Fazer apresentação de funcionamento do cartão e protocolos de atendimento no ambiente web, bem como das situações relativas à perda ou extravio de cartão, em local e horário determinados pelo SELOG/SR/DPF/RO.

**4.4.** Fornecer manual para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web, abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade definida pelo SELOG/SR/DPF/RO.

**4.5.** Arcar com as despesas necessárias à implantação do sistema, tais como, instalação, gerenciamento eletrônico, gravação, transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras de produtos, prestadoras de serviços, manutenção do sistema, treinamento de pessoal indicado pela CONTRATANTE, equipamentos e outros necessários a efetiva prestação dos serviços.

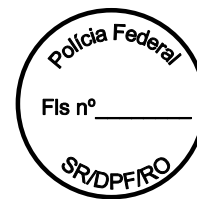
**4.6.** Fornecer, sem ônus a CONTRATANTE cartões magnéticos por veículo, assim como login e senha aos condutores cadastrados. Devendo ainda emitir novos cartões para os casos de inutilização ou extravio, sem custos adicionais, com prazo máximo de reposição não superior a 3 (três) dias úteis;

- i)** O cartão único de cada veículo deverá ser parametrizado e vinculado à placa oficial do bem, de forma a impedir o abastecimento ou a manutenção de qualquer outro veículo;
- ii)** Confeccionar os cartões magnéticos imprimindo em cada um a identificação da CONTRATANTE, o modelo, a cor e a placa oficial do veículo e;
- iii)** Fornecer senhas pessoais aos condutores, de modo a identificá-los por ocasião da realização dos serviços (abastecimento e/ou manutenção).
- iv)** Fornecer tantas senhas quanto solicitadas, sem qualquer ônus adicional.

**4.7.** Fornecer 3 (três) cartões a cada BASE DE GERENCIAMENTO do tipo reserva, genérico, não vinculado, os quais permanecerão em poder do GESTOR da respectiva BASE,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



a fim de viabilizar o abastecimento e/ou manutenção de veículo apreendido ou oficial que se encontre em trânsito no estado de Rondônia;

**4.8.** A critério da CONTRATANTE e de acordo com sua necessidade, poderão ser solicitados à CONTRATADA novos cartões não vinculados, não recaindo qualquer ônus àquela.

**4.9.** Manter atualizada a relação das empresas com as quais mantenha credenciamento.

**4.10.** Adotar imediatamente providências para solução de problemas oriundos dos serviços prestados pelos estabelecimentos conveniados, resolvendo-os em até 24h (vinte e quatro horas) da solicitação;

**4.11.** Encarregar-se do acionamento do(s) estabelecimento(s) credenciado(s) envolvido(s) para cumprimento do período de garantia das peças, de acordo com estabelecido pelo fabricante, assim como o prazo de garantia dos serviços prestados, a contar da data de entrega do veículo a CONTRATANTE;

**4.12.** Fiscalizar os serviços prestados por sua rede credenciada objetivando garantir nível satisfatório de qualidade, compreendendo a disponibilização dos equipamentos, horários de funcionamento, presteza no atendimento e o que mais couber para a perfeita execução do disposto neste;

**4.13.** Efetuar, sob sua exclusiva responsabilidade, os pagamentos devidos aos estabelecimentos credenciados, com os quais esteja vinculada;

**4.14.** Indicar preposto, informando telefone fixo, celular e endereço eletrônico, comunicando qualquer alteração;

**4.15.** A Contratada deverá manter exclusivamente sob responsabilidade toda a supervisão e direção sobre a execução dos serviços e/ou produtos fornecidos, e ainda, todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados.

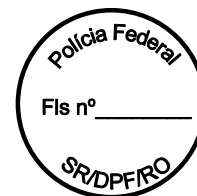
**4.16.** Treinar os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução proposta nas instalações da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de entrega dos dados cadastrais (veículos e usuários) ;

**4.17.** Responsabilizar-se pela guarda e segurança do veículo enviado para manutenção, ressarcindo a SR/DPF/RO por quaisquer danos que venham a ocorrer desde que a CONTRATANTE não tenha dado causa.

**4.18.** Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer total ou parcialmente, às suas expensas, dentro de 5 (cinco) dias úteis, as aquisições e/ou serviços recusados pela CONTRATANTE, em que se verifiquem vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão-de-obra inadequada ou não correspondente às especificações, acessórios ou materiais impróprios ou de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



qualidade inferior resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir dentro do prazo de garantia, mesmo após o vencido o contrato;

**4.19.** Deverá fornecer, mensalmente, Nota Fiscal única, com a consolidação financeira dos abastecimentos realizados por tipo de combustível e quantitativo e/ou serviços prestados, discriminado o total com peças e mão de obra, separadamente.

**4.20.** Enviar **juntamente com a nota fiscal** (item 10.18), relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, constando demonstrativo de compras, discriminação do valor de peças adquiridas, serviços prestados, descontos praticados, taxa de administração, bem como comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

**4.21.** Manter durante a vigência do contrato as condições de qualificação e habilitação exigidas para contratar com a Administração Pública.

**4.22.** Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, formalmente todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se, ainda, a atender prontamente as reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual.

**4.23.** Assumir como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da execução das obrigações assumidas.

**4.24.** Recompôr o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha o seu valor reduzido em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do contrato durante sua vigência.

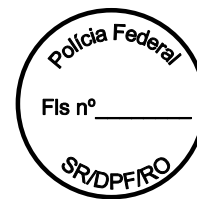
**4.25.** Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando a Superintendência Regional em Rondônia de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do contrato.

**4.26.** Responsabilizar-se integralmente pelo veículo recebido da CONTRATANTE, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contido, obrigando-se à reparação total em casos de furto/roubo, incêndios ou acidentes, desde o momento da entrega do veículo para o orçamento até o recebimento pela CONTRATANTE.

**4.27.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo que tenha concorrido, inclusive por seus empregados, representantes, prepostos ou subcontratada, direta ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



indiretamente, à CONTRATANTE, à União ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços ou aquisições com vícios, defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois de vencido o Contrato.

**4.28.** À Contratada serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços contratados.

**4.29.** A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em qualquer operação de desconto bancário, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

**4.30.** Facilitar a ação de fiscalização da Superintendência Regional em Rondônia, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências apresentadas.

**4.31.** Aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal, referentes aos serviços prestados por servidor designado pela CONTRATANTE.

**4.32.** Atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus a Administração.

**4.33.** Responsabiliza-se pelo fiel e pontual pagamento à sua rede credenciada até 45 (quarenta e cinco dias) após o recebimento das notas fiscais pertinentes, independentemente de contrapartida pela CONTRATANTE.

**4.34.** São de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com:

- e.** Equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência;
- f.** Operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;
- g.** Manutenção permanente de modo à inocular a descontinuidade dos serviços;
- h.** Os custos diretos e indiretos necessários a execução dos serviços objeto do Contrato.

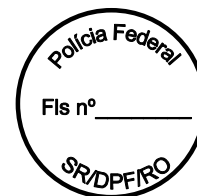
**4.35.** Providenciar o credenciamento de oficinas em localidades onde sejam instaladas novas unidades de Polícia Federal, em todo o território nacional, de interesse da Contratante por razões operacionais, procedendo à confecção e a entrega de senhas adicionais, conforme o caso, atendendo às solicitações do Gestor do Contrato, sem custos adicionais.

**4.36.** Prestar aos veículos da CONTRATANTE os seguintes serviços, através dos estabelecimentos credenciados:

- a.** assistência mecânica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



- b. manutenção operacional, preventiva e corretiva;
- c. revisão;
- d. assistência e reparos no sistema elétrico;
- e. lanternagem em geral, pintura e funilaria;
- f. substituição e instalação de peças e acessórios;
- g. vidraçaria, capotaria e tapeçaria;
- h. troca de óleo, elementos filtrantes e lubrificantes;
- i. socorro mecânico
- j. reboque de veículo 24 horas;
- k. chaveiro.

**4.37.** Permitir ao(s) servidor(es) credenciado(s) pela CONTRATANTE fiscalizar os serviços objeto do contrato, que tiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo o mesmo suspender, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança de usuários ou terceiros;

**4.38.** Utilizar peças e acessórios originais, novos e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, excetuando-se nos casos de veículos fora de linha de fabricação de peças novas;

**4.39.** Exigir que o estabelecimento credenciado devolva a CONTRATANTE as peças, materiais e acessórios substituídos por ocasião dos reparos realizados;

**4.40.** Fornecer ao NUTRAN/SELOG/SR/DPF/RO todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços do fabricante (TMO), códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, a Lista ou Tabela de Tempo de Serviço e reparos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação formal;

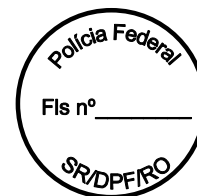
**4.41.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em horário noturno, do tipo perigoso ou insalubre;

**4.42.** Substituir preposto desde que constatado o não preenchimento das condições exigidas ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função que desempenham perante a CONTRATANTE.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**5.1.** Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

**5.1.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:

**6.1.1.** proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

**6.1.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**6.1.3.** exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

**6.1.4.** notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

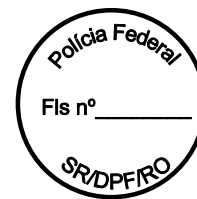
**6.1.5.** Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado;

**6.1.6.** Para os serviços de abastecimento, a SR/DPF/RO poderá promover mensalmente pesquisa da média de preços praticada no estado de Rondônia e fornecida pela Agência Nacional do Petróleo, a fim de apurar a razoabilidade dos preços praticados pelos estabelecimentos credenciados;

**6.1.7.** Para os serviços de manutenção os preços deverão estar de acordo com os valores médios praticados no mercado local e/ou regional e não ultrapassar ao praticado pela autorizada do veículo quando se tratar de peça original.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**6.1.8.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;

**6.1.9.** Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário, para execução dos serviços;

**6.1.10.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do Contrato;

**6.1.11.** Efetuar o pagamento da fatura a Contratada, de acordo com os serviços prestados e condições estabelecidas no Edital e anexos, após consulta a(o):

a- SICAF – Sistema Unificado de Fornecedores, a fim de consultar as Certidões obrigatórias e, também;

b- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

c- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e;

d- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

**6.1.12.** pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

**6.1.13.** zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

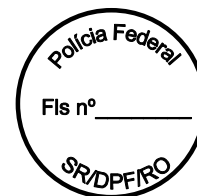
## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO**

**7.1.** O valor mensal do contrato é de R\$ **XXXX (XXXX)**, perfazendo o valor total para 12 (doze) meses de R\$ **XXXX (XXXX)**, sendo R\$ **XXXX (XXXX)** para o exercício de **XXXX** e R\$ **XXXX (XXXX)** para o exercício de **XXXX**.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**7.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

**7.1.2.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA**

**8.1.** Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (**cinco por cento**) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de 10 (**dez**) úteis dias a partir da data da celebração do contrato.

**8.1.1.** Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Contratante fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

**8.2.** A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a.** Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b.** Seguro-garantia; ou
- c.** Fiança bancária.

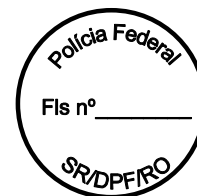
**8.2.1.** Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tal como a responsabilidade por multas.

**8.3.** No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

**8.4.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**8.5.** A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

**8.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**8.7.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**8.8.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 **(dez) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.

**8.9.** Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**9.1.** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.1.1.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

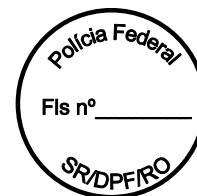
**9.2.** Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

**9.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando:

**9.3.1.** A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**9.3.1.1.** Para tanto, a Contratante consultará o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), em nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**9.3.2.** A CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.3.3.** A CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

**9.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **10. CLÁUSULA DEZ - DO PAGAMENTO**

**10.1.** O prazo para pagamento será de 30 (**trinta**) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

**10.2.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

**10.2.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados.

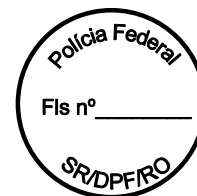
**10.3.** Os valores a serem efetivamente pagos serão:

**10.3.1. PARA OS COMBUSTÍVEIS:** Será considerado como unidade de medida para fins de pagamento, o valor, em reais, da nota fiscal referente ao preço do combustível abastecido cobrado à vista pelo estabelecimento credenciado decrescido do de desconto e após acrescido o percentual de Administração, se existente.

**10.3.2. PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS:** os praticados no mercado, por ocasião da demanda. O valor de mercado será considerado o valor médio dos preços praticados pelas empresas que compõem a rede credenciada da CONTRATADA, bem como outras empresas do ramo, todas localizadas nos municípios



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



mencionados no item 2.7 do Termo de Referência ou para o município em que se encontre o veículo, no caso de deslocamento fora de sua sede; e para as peças o valor total decrescido do percentual do desconto.

**10.3.3. PARA A ADMINISTRADORA:** pelos serviços de gerenciamento de frota para abastecimento e manutenção dos veículos, com utilização de um sistema informatizado integrado e pagamento por meio de cartão magnético, será pago à administradora uma taxa de administração em percentual incidente sobre os valores das faturas de fornecimento de combustíveis e/ou peças e serviços de prestados, conforme subitens anteriores, após a incidência dos descontos legais cabíveis (Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e demais tributos e contribuições incidíveis).

**10.4.** Não será admitida taxa percentual de administração igual a 0 % (zero por cento). Admitir-se-á, no entanto, o percentual zero, convencionando-se, para tal, o valor de R\$ 0,0001.

**10.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**10.6.** Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a- não produziu os resultados acordados;

b-deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

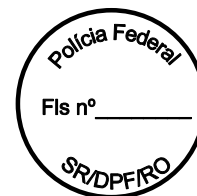
c-deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

**10.7.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**10.8.** Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**10.9.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**10.10.** Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

**10.11.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**10.12.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**10.13.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.14.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**10.15.** Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

**10.15.1.** não produziu os resultados acordados;

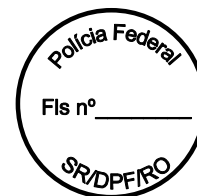
**10.15.2.** deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**10.15.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

**10.16.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**10.16.1.** Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

**10.17.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**10.17.1.** Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

**10.17.2.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**10.18.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**10.19.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.20.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**10.21.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

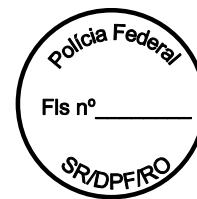
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6 / 100)$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**365**

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## **11. CLÁUSULA ONZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:**

**Fonte:**

**Programa de Trabalho:**

**Elemento de Despesa:**

**PI:**

**11.2.** As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

## **12. CLÁUSULA DOZE - DA FISCALIZAÇÃO**

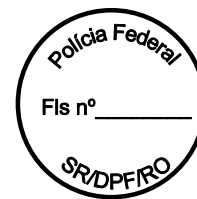
**12.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

**12.1.1.** O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**12.2.** Além das disposições previstas nesta cláusula, a fiscalização contratual dos serviços continuados deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local..

**12.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

**12.4.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

**12.4.1.** os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

**12.4.2.** os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

**12.4.3.** a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

**12.4.4.** a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

**12.4.5.** o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

**12.4.6.** a satisfação do público usuário.

**12.5.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

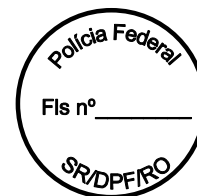
**12.6.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**12.7.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**12.8.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.9.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13. CLÁUSULA TREZE - DAS ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.1.1.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**13.1.2.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

### **14. CLÁUSULA CATORZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

**14.1.1.** inexecutar total ou parcialmente o contrato;

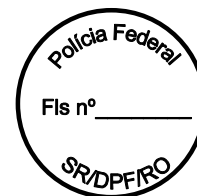
**14.1.2.** apresentar documentação falsa;

**14.1.3.** comportar-se de modo inidôneo;

**14.1.4.** cometer fraude fiscal;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**14.1.5.** descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato.

**14.2.** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até **0,33% (trinta e três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 (**trinta**) dias;

**b.2.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, conforme percentual do subitem acima será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, de acordo com a Tabela de grau atribuído à infração constante no subitem xxxx;

**b.3.** Compensatória de até 10% (**dez por cento**) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Superintendência do Departamento de Polícia Federal em Rondônia, pelo prazo de até dois anos;

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

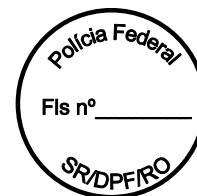
**14.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**14.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



fiscal no recolhimento de tributos;

**14.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**14.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**14.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**14.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**14.6.** No caso de inadimplementos em que não haja reflexo financeiro, quando devidamente formalizados, serão atribuídos pontos de acordo com a gravidade, cumulativos, atribuindo-se a multa de 0,2% do valor total do contrato a cada 10 pontos acumulados, conforme segue:

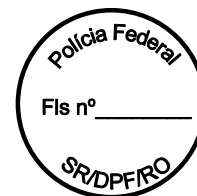
<b>Tabela de pontuação das ocorrências</b>
<b>1 PONTO POR OCORRÊNCIA</b> (cômputo mensal enquanto perdurar a ocorrência): a) Apresentação de fatura com erro b) Atraso na reposição de cartões magnéticos, após 3 dias úteis da solicitação
<b>2 PONTOS POR OCORRÊNCIA</b> (cômputo mensal enquanto perdurar a ocorrência): a) Atraso na apresentação de relatório solicitado, após 30 dias da solicitação b) Inobservância do item 12.4 e do termo de referência
<b>3 PONTOS POR OCORRÊNCIA</b> (cômputo mensal enquanto perdurar a ocorrência – exceto “c”): a) Inexistência de relatório estipulado em contrato; b) Falta de credenciamento de estabelecimento em local solicitado sem apresentar justificativa plausível, após 15 dias da solicitação; c) Estabelecimento credenciado não aceita operação por falha da CONTRATADA.

**14.7.** As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da ciência.

**14.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**14.8.1.** Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**14.10.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **15. CLÁUSULA QUINZE - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**15.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

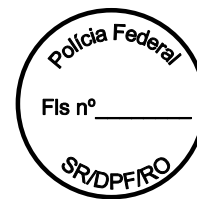
#### **16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**16.1.** São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no início do serviço;
- V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**IX.** a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

**X.** a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

**XI.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

**XII.** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**XIII.** a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

**XIV.** a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**XV.** o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

**XVI.** a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

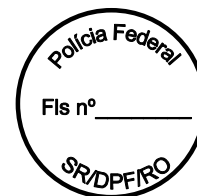
**XVII.** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

**XVIII.** o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**16.2.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



**16.3.** A rescisão deste Contrato poderá ser:

**16.3.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

**16.3.2.** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

**16.3.3.** judicial, nos termos da legislação.

**16.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**16.5.** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

**16.5.1.** devolução da garantia;

**16.5.2.** pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

**16.6.** A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

**16.7.** O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

**16.7.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**16.7.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

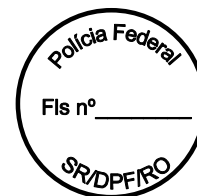
**16.7.3.** Indenizações e multas.

## **17. CLÁUSULA DEZESSETE - DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
SETOR DE LICITAÇÕES



123, de 2006, no Decreto nº 2.271, de 1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

#### **18. CLÁUSULA DEZOITO - DA PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

#### **19. CLÁUSULA DEZENOVE - DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Porto Velho/RO - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de **XXXX**, **XX** de **XXXX** de 2013.

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA